

LUIZ FELIPE BARBOZA LACERDA

GOVERNAR-SE PARA QUÊ? AS PRÁTICAS DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS:

In memorem de Giselda Maria Guimarães Barboza

Resumo

A reflexão acerca das inúmeras configurações do trabalho na contemporaneidade é fundamental para a compreensão de nossa sociedade. Na contramão da lógica vigente onde a otimização do tempo e a maximização dos lucros são princípios imperativos, a Economia Solidária propõe formas diferenciadas de organização social, comunitária e laboral. Entre os mais de 40.000 empreendimentos de Economia Solidária mapeados em todo o Brasil, pelo Ministério de Trabalho, somam-se histórias de valorização das culturas locais, diminuição das desigualdades sociais, resgate da cidadania e do protagonismo comunitário. Este livro, debruçando-se sobre um destes casos específicos, propõe uma análise detalhada de como vem se desenvolvendo o projeto de constituição de uma Cadeia Produtiva e Solidária chamada Justa Trama. A Justa Trama é a Cadeia Produtiva e Solidária de Algodão Ecológico e possui uma estrutura composta por seis empreendimentos localizados em seis estados do país (RS, SC, PR, SP, CE e RO). Esta cadeia produtiva contempla a plantação e a colheita do algodão ecológico, assim como o processo de fiação e tecelagem chegando ao fim, com a confecção de roupas totalmente naturais.

Este livro é fruto de um processo de investigação realizado durante os anos de 2007 a 2009, quando realizei o mestrado em ciências sociais no programa de pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, orientado pela Doutora Marília Veronese. A dissertação se propôs a analisar a Justa Trama sob três categorias: desenvolvimento local, gestão operacional da Cadeia Produtiva e o processo de subjetividade dos trabalhadores envolvidos nesta diferenciada proposta laboral. Em última análise, buscamos perceber como suas experiências propiciam alternativas objetivas e subjetivas frente à lógica vigente de relações e produção na esfera do trabalho.

PREÂMBULO

“A investigação da função da experiência deve proceder qualquer determinação do objeto” (Locke in Santos, 2007, p.254).

Com a primeira gota de tinta que cai sobre a folha em branco é possível perceber a cor, textura e forma daquilo que, através de palavras, constituirá o que está por vir. A junção destes elementos compõe todo um contexto que, através desta primeira gota, apresenta o conjunto do percurso a que se propõe a obra. Em sua trajetória esta gota, transformando-se em palavras, encontra sujeitos, analisa objetos, conjuga ações, para assim atingir seu objetivo último de constituir-se mensagem. Sem aquela primeira gota este objetivo torna-se impossível, assim como sem certo contexto, o objetivo transforma-se em soltas palavras sem a menor reverberação.

O objetivo deste preâmbulo se coloca na busca do sentido desta primeira gota, no ponto inicial de uma escrita que se pretende articulada em certo contexto para atingir o objetivo último de produzir reverberações. Desta forma, o preâmbulo traz consigo justamente o desafio de apresentar ao leitor o mundo de onde surge esta escrita, ou mais, talvez, se possível, um convite de imersão neste contexto, pois só assim suas palavras atingirão algum sentido.

É importante frisar que este espaço inicial da escrita não será guiado fundamentalmente pelo rigor científico, mas também e principalmente pelo processo de auto-observação ao longo deste caminho. Portanto, configura-se como espaço de relatos pessoais, abertos, flexíveis, que possibilitam análises subjetivas, com o intuito de colaborar para o processo de contextualização deste estudo de caso. Com este objetivo nosso exercício direciona-se no mesmo sentido de uma cartografia, na medida em que, como cita Rolnik (1987), é tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades do seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe pareçam elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias.

Com tal objetivo, este primeiro momento encontra-se dividido em quatro pontos fundamentais: A caminhada percorrida até o ponto de definição do objeto desta pesquisa; as atuais condições e atravessamentos daquele que escreve; o território ou o local de onde se produz a escrita e, por fim, o desafio de escrever.

A primeira gota deste percurso está datada em 1995 quando estudava, cursando a sétima série em uma escola de ensino médio, e junto com outros colegas lutávamos pela constituição de um grêmio estudantil. A direção da escola mostrava-se contrária e inflexível frente as nossas manifestações. Certo dia, ao sabermos da visita de um superior à escola, encontramos uma maneira de colocá-lo a par de nossas reivindicações. Nossa ousada atitude surtiu efeitos positivos e no mês seguinte inauguráramos nosso órgão representativo dos estudantes. Ali foram reunidos os primeiros sujeitos e conjugadas as primeiras ações, de maneira plural. Logo em seguida a mudança de escola para a realização do chamado segundo grau, trouxe para o contexto o contato com um movimento social muito interessante chamado Pastoral da Juventude Estudantil. Este movimento acrescentou a textura da militância, a supremacia do plural sobre o singular e através de meu envolvimento profundo, incorporou nesta trajetória a concepção política.

Alguns anos depois, já no ensino superior, na função de presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Psicologia da PUC de Porto Alegre, as formas se definiram, as texturas aprofundaram, os sujeitos ganhavam caráter cada vez mais ativo e o envolvimento com aquilo que denominamos *campo social* assumiu a centralidade do processo. Agradeço de maneira especial à pessoa de Pedrinho Guareschi que, na qualidade de professor-doutor e orientador do grupo de pesquisa do qual eu fazia parte, apresentou-me o encantador universo da Psicologia Social e Comunitária.

Estes foram os primeiros parágrafos de uma história que, na época, resultou em um trabalho de conclusão de curso intitulado “Auto-Imagem dos jovens de comunidades periféricas”, realizado no ano de 2004. Neste caminho tive a possibilidade de trabalhar com diversos grupos de jovens moradores de comunidades periféricas localizadas na zona norte de Porto Alegre. Entre as conclusões obtidas, a formação de grupos comunitários como estratégia de sobrevivência e de novas formas de inserção no contexto social mostrou-se fator de extrema importância, pois visivelmente, na medida em que os jovens se agrupam em torno de certa necessidade comum sua causa ganhava força, tanto nos processos internos do grupo e da comunidade, quanto frente à sociedade mais ampla. (LACERDA, 2004).

Na mesma época, tive a possibilidade de acompanhar junto à comunidade a estruturação de uma cooperativa que trazia como objetivo direto sanar as dificuldades financeiras de seus associados. Apresentou-se novamente a importância dos grupos comunitários que propõem possibilidades alternativas de inserção no contexto social e, neste caso específico, no mercado de trabalho. Contudo, a experiência deste grupo de geração de trabalho e renda foi mais longe, ultrapassando seus objetivos estritamente econômicos; mostrou-se evidente a relação direta

entre a pertença a este grupo cooperativo e um aumento na auto-estima e, conseqüentemente, na qualidade de vida daquelas pessoas.

Estas percepções iniciais, somadas aos estudos relacionados à Psicologia Social, trouxeram o desejo de aprofundar meus conhecimentos sobre os empreendimentos econômicos solidários (EES). Nesta busca, guiado pela professora, doutora, orientadora e amiga Marília Veronese, o programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos com seus significativos estudos já desenvolvidos nesta área apresentou-se como um interessante caminho a ser seguido.

Iniciado o processo de mestrado, tomar conta deste amplo universo da Economia Solidária não foi tarefa fácil. Por sorte, concomitantemente a este processo eu iniciava o trabalho de assessor de projetos sociais na AVESOL - Associação do Voluntariado e da Solidariedade que, através do Programa Comunidade Produtiva, oferece apoio e fomento a aproximadamente cem grupos de geração de trabalho e renda de diversos segmentos, em diversas localidades do Rio Grande do Sul. A possibilidade de trabalhar e estudar de maneira concomitante foi fator decisivo para minha apropriação teórica e prática a respeito da Economia Solidária

Colocava-se adiante o desafio de delimitar o tema da pesquisa, assuntos como redes, relações de poder, liderança, entre muitos outros, pareciam extremamente pertinentes, mas era necessário foco. Foi então que acontece, em Porto Alegre, em setembro de 2007, o lançamento da Cadeia Produtiva de Algodão Agroecológico Justa Trama. Este se apresentava como um pertinente caso a ser estudado, por inúmeras questões que esclareceremos nos capítulos seguintes referentes à contextualização da Economia Solidária. E assim, delimitava-se o objeto da pesquisa, contudo ainda ficava em aberto sob qual enfoque o objeto deveria ser observado e foi então que, através de aulas, leituras, e principalmente de encontros e conversas informais, delimitaram-se os desejos de compreender a gestão desta Cadeia Produtiva, qual a relação que ela, através de seus diversos elos, estabelece com seu entorno e também, por fim, como se constituem os processos de subjetivação dos trabalhadores envolvidos nesta diferenciada proposta de organização do trabalho.

Assim, sucintamente, apresenta-se a caminhada percorrida até a delimitação do objeto desta pesquisa e os enfoques pelos quais olhar este objeto. Uma gota que, se alastrando por este caminho, já constituiu e vem constituindo alguns parágrafos de minha vida.

Seguindo adiante neste processo cartográfico, apresentou-se com fundamental importância a necessidade de delimitarmos quem é este que escreve, quais seus atravessamentos, suas condições, suas múltiplas interfaces. A relevância desta questão amplia-se para além deste

caso específico, pode-se colocar no sentido de questionar quem é este sujeito que estuda, que atua, que busca compreender a Economia Solidária e o mundo do trabalho nos tempos atuais.

“O autor é, com certeza, apenas uma das especificações possíveis da função sujeito. Especificação possível ou necessária?” (FOUCAULT, 1992, P.70).

Na busca pela resposta a respeito de quem é este autor, este sujeito, entre muitos sujeitos que compõem o movimento da Economia Solidária, encontra-se uma composição de devires, um mosaico de possibilidades que, no momento, apontam fundamentalmente para três Eu's: O Eu militante, o Eu pesquisador e o Eu técnico.

O Eu militante é aquele diretamente ligado à prática, aos grupos de base, aquele que possui como habitat natural as comunidades, as oficinas, o contato cotidiano com os trabalhadores; aquele que vive os processos dinâmicos de resistência e inovação dos movimentos sociais. Sua postura é de luta, de reivindicação, seu repertório surge das práticas desenvolvidas dentro destes movimentos sociais, das pastorais, dos sindicatos, dos diretórios, enfim, emerge dos órgãos representativos das lutas de classe e dos embates sociais. Seu ponto de maior força é a crença na causa que defende. Referindo-nos especificamente ao campo da Economia Solidária, esta crença lhe confere esperança nas alternativas possíveis a respeito das estruturas vigentes de mercado, trabalho, comércio, produção e consumo. A crença daquele que milita neste movimento também lhe confere fé na prática da solidariedade como alternativa maior para uma transformação social, assim como fé na ascensão de grupos comunitários como forma de combate à exclusão social e à degradação da cidadania. Contudo, seu ponto fraco pode residir em sua visão limitada a respeito do próprio movimento social em que atua. Por vezes lhe falta certa análise racional e objetiva dos fatos, seu caráter emotivo e apaixonado encontra dificuldades em apontar defeitos e fragilidades dentro deste movimento, tornando-os, por vezes, mais difíceis de serem superados.

No processo de produção de uma escrita científica, este devir militante por vezes torna-se um complicador. Não que impere ainda, como em tempos remotos, uma concepção neutra de pesquisa ou do papel do pesquisador, mas frente a tanta fé e entusiasmo torna-se difícil apontar erros e defeitos a serem corrigidos, assim como, por vezes, torna-se complicado aderir a certos rigores metodológicos em suas ações. O militante que existe em cada um de nós possui como desafio desidealizar o movimento em que atua sob o risco de permanecer em uma constante e insuperável utopia.

Por fim, este Ser militante é aquele que luta pelo primado da comunidade, sente a ordem vigente como caos e a solidariedade como princípio de sabedoria (Santos, 2006).

Aparentemente no lado oposto deste Eu militante, o Eu pesquisador é aquele diretamente ligado aos aspectos racionais, ao método, ao intelecto, se apropria dos conhecimentos teóricos para produzir certa compreensão da realidade. Seu habitat natural são os núcleos científicos, aos grupos de estudo e pesquisa, congressos, salas de aula, e seus pares apresentam-se geralmente na figura do professor e do aluno. Este devir pesquisador transita pelo mundo dos saberes, pelo universo das “verdades” científicas, por vezes movimentando-se em espaços de robustas estruturas egóicas e isto faz com que nem sempre se sinta à vontade em seu próprio habitat. O julgamento é uma prática corriqueira neste mundo, um mundo na maioria dos casos com funções, papéis e hierarquias claramente definidas por instituições de ensino, onde, por várias vezes, a relação entre as pessoas é mediada por um protocolo e certa burocracia. O repertório deste Eu pesquisador origina-se de sua formação acadêmica, de alguns professores, livros, pesquisas, palestras e, por vezes, vive o desafio de conciliar suas práticas e concepções com aspectos e fenômenos que fogem as explicações racionais, inclusive, muitas vezes percebe-se envolvido no conflito paradigmático entre o sentir e o pensar. Seu ponto forte claramente é sua objetividade, o rigor metodológico lhe concebe uma postura e uma intervenção prática e assertiva frente aos fenômenos estudados. Por outro lado, seu ponto fraco se manifesta quando se afasta da prática e suspende-se em um plano estritamente teórico onde, em última conseqüência, seus estudos não produzem mais reverberações na realidade.

Obviamente, este Eu pesquisador assume caráter fundamental na produção da escrita acadêmica, sem assumi-lo como ator direto e central do processo este projeto tornar-se-ia inviável, por exemplo. Por fim, cabe colocar que este devir pesquisador assume como princípio de sabedoria a metodologia científica e encara como caos, ou na melhor das hipóteses, como dúvida e curiosidade aquilo que não é empírico, geralmente o que surge dos conhecimentos populares e não pode ser mesurado, quando muito observado.

Completando esta tríade que compõe as principais interfaces deste que escreve, encontramos o Eu técnico. Aparentemente, este Eu se coloca em uma posição intermediária entre o Eu militante e o Eu pesquisador, apropria-se da teoria com um estrito senso utilitarista que visa à prática. Permeia a realidade acadêmica, mas sente-se mais à vontade nos grupos de base e nas comunidades. Mesmo assim, por vezes, olha com ressalvas para o empolgado processo da militância, apesar de compreender que esta empolgação é elemento fundamental para o sucesso de sua intervenção. Seu repertório origina-se da prática profissional; geralmente seu marco inicial está datado em seu primeiro trabalho onde, assim como o pesquisador e por vezes também o militante, encontra suas ações e relações intermediadas por

alguma instituição. Pelo visto, quando possui qualidade em sua prática, caracteriza-se como um dos melhores tradutores entre os processos sociais.

Santos (2007) aponta que a tradução configura-se como uma postura prática que fomenta as trocas entre as diversas realidades sociais, saberes, experiências, através da criação de uma inteligibilidade entre os diferentes discursos. A importância da prática da tradução está colocada principalmente em sua possibilidade de aproximar de forma íntima as práticas que, de maneira dispersa, lutam por causas semelhantes, como o exemplo o movimento feminista com o movimento da multiplicidade de gêneros, ou o movimento de defesa do meio ambiente e da Economia Solidária juntamente com o movimento da expansão dos conteúdos curriculares nos ambientes escolares, e assim por diante.

Como refere Veronese (2004, p. 59) “A tradução é o procedimento que permite criar a inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo.”

No caso do processo que venho relatar, o devir técnico sugere este movimento de tradução principalmente entre os conhecimentos produzidos dentro da academia e aqueles produzidos nas bases dos movimentos sociais. Este movimento de tradução é um dos seus pontos mais fortes. Em contrapartida seu ponto fraco apresenta-se quando, abduzido pela lógica da instituição em que trabalha, perde autonomia e passa a priorizar os interesses institucionais em detrimento dos interesses daqueles a quem seu trabalho realmente se destina (ou deveria se destinar). Sendo assim, sabedoria corresponde à autonomia e o caos corresponde ao excesso de burocracia e abdução pela lógica político-institucional desvinculada das necessidades originais do público alvo.

Claramente a relação entre estas maneiras de Ser não é estanque ou predeterminada, por vezes, inclusive, apresenta-se de maneira não muito nítida. Estas múltiplas facetas encontram-se em constantes trocas, de maneira dinâmica e aleatória. De fato, o que podemos apontar com alguma clareza é que constituem partes fundamentais daquele que escreve sobre o objeto estudado e do próprio processo da escrita e que por vezes, esta inter-relação não se faz de outro modo se não através do embate, do conflito, do confronto e da disputa interna entre estes e outros múltiplos devires.

Como cita Deleuze e Guattari (1995), este ponto de intersecção entre múltiplos aspectos do Eu representa uma batalha, é como uma zona de turbulência e de furacão, onde se agitam pontos singulares e relações de forças entre estes devires. Neste processo, as singularidades não têm forma e nem são corpos visíveis, nem pessoas falantes. Entramos no domínio dos duplos incertos, portanto, uma microfísica, uma micropolítica.

Sendo assim, muito mais do que delimitar pontos fortes e fracos, características e habitats na tentativa de minimamente descrever cada um destes Eu's, o desafio se apresenta para além de um ou de outro. O desafio encontra-se justamente na busca pela mestiçagem de seus aspectos, é nesta junção onde residem suas verdadeiras potencialidades: um borrar de fronteiras subjetivas que obriga a implicar outra dinâmica na vigente lógica segmentaria das personalidades.

Na ação deste cartógrafo que vos fala não é um ou outro que escreve, que milita, que pesquisa, ou que atua, são todos estes juntos e também estes juntos com muitos outros inimagináveis, tantos outros quantos são possíveis ou necessários.

Assim, outro desafio se apresenta: mesmo que tenhamos limitações em perceber as trajetórias e territórios de onde falamos, ou, no caso, escrevemos, devemos estar atentos, pois estes elementos influenciam profundamente naquilo que vem a ser dito.

De maneira sucinta, para ilustrar o caso, trabalharemos com dois inquestionáveis campos ou territórios que referem-se à produção desta escrita: a Psicologia e a Sociologia. Primeiramente, a evidente apreciação destes campos se apresenta de maneira concreta em minha trajetória visto que, respectivamente, correspondem às áreas onde realizei a graduação e o mestrado.

Sobre as delimitações do campo da psicologia, como citam Shultz e Shultz (2006, p.18) “o primeiro indício de um campo distinto de pesquisa conhecido como psicologia manifestou-se no último quarto do século XIX, quando os métodos científicos foram adotados”. Antes disso os estudos sobre a psique orientavam-se primordialmente no campo da filosofia. Em 1879, na Alemanha, W. Wundt implantou o primeiro laboratório de psicologia do mundo e em 1887 foi criada a primeira revista de psicologia nos Estados Unidos.

Por volta de 1850, com Ernest Weber, abre-se um campo que se aproxima da fisiologia e que se aprofunda no estudo das percepções e das sensações, contudo, ainda sobre uma visão funcionalista da estrutura humana. Deste ponto também derivaram os estudos quantitativos da psicofísica, posteriormente as correntes Behavioristas e mais a frente, as correntes Cognitivistas. Assim, a Psicologia passou por tendências estruturalistas, funcionalistas, comportamentais, e só no século XX, isto é, a partir de 1900, com o surgimento da Gestalt, da Psicanálise, da Teoria Junguiana e, nos anos 60, da Teoria Humanista, consegue promover mudanças significativas de inversão na lógica hegemônica da época (empirista, racionalista, mecanicista e funcionalista) que predominava entre seus estudos científicos (Shultz e Shultz, 2006). Sobre este movimento de abertura da Psicologia podemos também encontrar propulsão na ampliação do campo de atuação do próprio

psicólogo que, ampliando seu espaço de intervenção, começa a pensar sua prática no contexto das escolas, das instituições, dos campos sociais, dos hospitais, entre outros espaços que exigiam a ampliação na compressão dos fenômenos estudados, assim como o diálogo maior com outras disciplinas.

A respeito de suas práticas e aspirações, podemos superficialmente delimitar a Psicologia como aquela área do conhecimento que busca a compreensão dos indivíduos através do estudo dos elementos que o constituem e não o constituem. Poderíamos chamar a composição destes elementos de processo de subjetivação, processo este que pode ser compreendido de inúmeras formas, como uma composição não linear entre desejos, condições de desenvolvimento, possibilidades e frustrações ou impossibilidades. São palavras familiares ao repertório deste campo o próprio termo subjetivação, assim como ego, inconsciente, consciente, pulsão, sentimento, pensamento, memória, cognição, representações, afeto, inteligência, vínculo, psique, entre muitos outros. Através deste manancial de conceitos, a Psicologia busca oferecer ao sujeito (elemento sempre único e peculiar), uma possibilidade de compreensão aprofundada sobre si mesmo e seu entorno.

Desta forma, vale deixar claro que assumimos aqui uma concepção de sujeito originária da Teoria Social Crítica, sendo assim, constituído por um campo de forças centrífugas e centrípetas de ordem social, emocional e mental derivadas dos mais diversos campos que ocupa como o trabalho, a escola e a família. Desta forma, o principal conceito para a compreensão deste indivíduo é o conceito de relação.

Guareschi (2004, p.60) nos auxilia na compreensão crítica deste conceito apontando que:

Quando se pergunta o que é relação, a primeira resposta que surge é que relação é troca, relação é comunicação, para que haja relação é necessário que haja sempre ao menos dois etc. Mas relação é muito mais. Uma coisa só, singular, também pode ser relação. Mas como defini-la então? Poderíamos dizer que é o ordenamento, o direcionamento intrínseco, isto é, do próprio ser em direção a outro ser. Mas este ser, essa realidade, continua 'uma', com a diferença que há nela, algo que, necessariamente, na sua própria definição, a obriga a se ligar a outro, a incluir em si um outro, os outros. Conclui-se daqui, conseqüentemente, que para haver relação, não é necessário que haja duas coisas: basta apenas uma que contenha em si, em sua definição, a necessidade, a orientação intrínseca em direção a outro (s).

Este é o campo originário desta escrita, um território com repertório próprio, mas que encontra no conceito de relação, seja entre pessoas, conhecimentos, ciências, estruturas, etc., sua verdadeira riqueza. Uma ciência que responde a si mesma ao pensar as condições internas dos indivíduos, mas que se vê inclinada à interdisciplinaridade ao pensar este indivíduo em seus múltiplos contextos.

Na outra margem desta escrita, compondo com a Psicologia o território vivencial dos três Eu's citados anteriormente encontram-se as Ciências Sociais. Este conjunto de disciplinas dedica-se aos estudos dos coletivos articulados nos contextos sociais, assim como a dinâmica das instituições, normas e valores que daí resultam. Geralmente coloca-se com pouca ênfase sobre a compreensão do indivíduo, ou do sujeito, seu foco direciona-se sobre tudo, para a análise dos grupos – coletivos de pessoas que encontram-se ligadas mediante alguma(s) afinidade(s), ligadas por um acordo ou contrato, formal ou informal. (MARTINS, 2004).

Estes aspectos contratuais são de clara importância para as Ciências Sociais, pois apresentam-se referencial fundamental da própria concepção de Estado, elemento que surge através de um acordo social objetivando trazer paz aos homens e busca evitar que, vivendo em um estado bestial denominando estado de natureza, pela luta de posses, terras e bens, acabassem por se matar. (ROUSSEAU, 2007).

Delimitando a gênese do campo científico das Ciências Sociais encontramos uma ciência que estuda o comportamento, através de suas manifestações em grupos, seus processos de comunicação e a inserção destas pessoas ou grupos nas instituições que constituem o tecido social. Por esta razão, o conhecimento sociológico através de seus conceitos, teorias e métodos se apresenta como um excelente instrumento de compreensão das situações com as quais nos defrontamos na vida cotidiana, das suas múltiplas relações sociais e, conseqüentemente, de nós mesmos como seres inevitavelmente relacionais.

A sociologia surge como disciplina no século XIX, na forma de resposta acadêmica para um desafio da modernidade: se por um lado, o mundo está ficando mais integrado, a experiência das pessoas no mundo é crescentemente atomizada e dispersa. Sociólogos esperavam não só entender o que unia os grupos sociais, mas também desenvolver um “antídoto” para a desintegração social. Atualmente, muitas vezes ainda focados nestes objetivos, suas pesquisas voltam-se para as macroestruturas inerentes à organização da sociedade, como as instituições religiosas, de ensino, jurídicas e também para os elementos que subsidiam o caráter das relações sociais, como as questões referentes à raça, etnia, classe, gênero, etc.

A história remete a Auguste Comte como preconizador do termo *Sociologie*, que esperava unir todas as ciências que estudavam algum aspecto do homem na mesma área. Montesquieu também pode ser considerado um dos fundadores da sociologia – muitas vezes posto por alguns como último pensador clássico, por outros como primeiro pensador moderno dentro deste campo. Comte possuía um esquema sociológico positivista (enfoque predominante no século XIX), acreditava que toda vida humana tinha atravessado as mesmas

fases históricas distintas e que, se a pessoa pudesse compreender este processo, poderia prescrever os remédios para os problemas de ordem social de maneira geral.

Outro fator importante para o desenvolvimento das Ciências Sociais foram as grandes transformações do século XVIII, como a revolução industrial e revolução francesa. A primeira, por exemplo, significou muito mais do que a introdução da máquina a vapor, representou, sobretudo, a racionalização da produção. Acontecidos tais fenômenos, não tardou para que as manifestações de revolta dos trabalhadores em relação as condições de trabalho e remuneração iniciassem. Assim, as greves, paralisações, associações livres, sindicatos, cooperativas e outros movimentos revolucionários preencheram a cena social e super-produziram elementos possíveis de análises e estudos por parte da Sociologia. Por este caminho aprofundam-se estudos sobre o Estado, as classes sociais, as lutas de interesses e outras áreas clássicas de intervenção das ciências sociais. (Aquino, 2008).

No Brasil, nas décadas de 20 e 30, desenvolveram-se através da Sociologia estudos sobre a formação da sociedade brasileira, abolição da escravatura, êxodos e migrações dos povos indígenas e negros. Já nas décadas de 40 e 50 os estudos voltaram-se primordialmente para as questões trabalhistas, como salários, jornadas de trabalho, direitos básicos, etc. Na década de 1960 a Sociologia ocupou-se em grande parte do processo de industrialização do país, das questões de reforma agrária, dos movimentos sociais urbanos e das gestões ditatoriais. Na década de 1980 a Sociologia é incorporada novamente às grades curriculares das escolas públicas, desenvolvem-se estudos sobre a classe média, consumo, iniciam-se os estudos aprofundados sobre os meios de comunicação de massa e principalmente sobre o processo de redemocratização do país e a instalação da Nova República. Por fim, nos anos 90 os estudos sobre os meios de comunicação ganham profundidade, ressurgem as questões de gênero, raça, movimentos sociais, a exemplo dos trabalhadores sem terra, sem casa, atingidos por barragens, processos alternativos de geração de trabalho e renda, constituição de políticas públicas, rediscussão dos planos diretores e das formas viáveis e desejáveis de ocupar as cidades, enfim, um pulverizar de movimentos que contribuíram para a vasta ampliação dos campos de estudo das Ciências Sociais.

Cabe ainda ressaltar que a Sociologia possui pelo menos três linhas mestras, fundadas por seus clássicos autores: a positivista funcionalista, corrente de Comte e Émile Durkheim; a corrente de fundamentação analítica, como a sociologia compreensiva iniciada por Max Weber e, por fim, a linha que busca a explicação sociológica pela dialética, que possui como maior expoente a figura de Karl Marx.

São conceitos de familiaridade das Ciências Sociais termos como grupo, social, estado, conflito, classes sociais, fato social, contrato social, cultura, desigualdades, exclusão/inclusão, trabalho, etnia, comunicação, entre outros. Conceitos, em última análise, se agenciam no sentido de produzir a compreensão sobre as formas de organização social que atravessam as épocas e culturas da humanidade e encontram-se em constante mudança.

Erroneamente estabelecem-se indicadores que tendem a diferenciar estas duas áreas (Psicologia e Ciências Sociais) pela simples oposição entre subjetividade e objetividade. Com certeza a relação entre elas não se resume a este paradigma, contudo, podemos partir dele para uma rápida análise: se partirmos da análise do termo objetividade, perceberemos que este nos remete a objetivo, objeto, algo direto e substantivo, aquilo que pode ser reduzido a uma unidade de análise, usualmente entendido como aquilo que é palpável, concreto, mensurável.

A ciência moderna, e com ela toda a produção de conhecimento ocidental, orientou-se sob a luz do positivismo em direção ao caminho da objetividade. Assim, almejando constituir-se como espaço produtor da “verdade” a ciência buscou no empirismo a contraposição às ordens transcendentais espirituais e religiosas. Contudo, como afirma Santos (2007), ao buscar para si o status de única fonte produtora da verdade a teoria da ciência moderna transformou-se na secularização messiânica de esperança bíblica.

O avanço desenfreado destas concepções modernas de ciência, verdade e empirismo, produziu, entre muitas outras problemáticas, a extrema segmentação de nossos conhecimentos e de nossas ações. Como referem Deleuze e Guattari (1995) somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente. Somos segmentarizados binariamente, a partir de grandes oposições duais: classes sociais (ricos e pobres), homens e mulheres, crianças e adultos, e assim por diante. Somos segmentarizados circularmente, em círculos cada vez mais vastos, com minhas ocupações, as ocupações de minha casa, meu bairro, minha cidade, meu Estado... Somos segmentarizados linearmente, em linhas retas onde cada segmento representa um episódio, ou um processo, mal acabamos um processo e já estamos começando outro, demandantes ou demandados para sempre, família, escola, exército, profissão. Então nos dizem “Ora, você não está mais em família.” E o exército nos diz “ora, você não está mais na escola” e assim por diante. Diferentes segmentos remetem a diferentes indivíduos ou grupos, mas na verdade é o mesmo indivíduo ou o mesmo grupo que passa de um segmento a outro.

Assim, achamos arriscadas as análises que delimitam a relação entre Psicologia e Ciências Sociais pela simples dialética segmentada entre subjetividade e objetividade.

Inclusive observamos a existência de uma psicologia objetiva tanto quanto subjetiva e isto serve também para as ciências sociais.

De fato toda a ciência positivista trouxe uma verdade excludente, o lado de uma moeda que desejava ser ao mesmo tempo cara e coroa. A serviço desta proposta foi subtraída toda e qualquer alteridade do campo social, étnico, religioso, cultural e simbólico daqueles que, de alguma forma, não se enquadravam nos pré-requisitos daquilo que constituía esta nova verdade (talvez para nós brasileiros a prova mais clara disto é o sufocamento da cultura e da ciência indígena no campo do mito e da espiritualidade). Esta concepção ocidental moderna produz a tendência a percebermos como ameaçador tudo aquilo que se mostra como diferente, essa concepção ultrapassou o campo científico e transformou-se em um problema político e social.

Outro ponto propagado pela ciência positivista, a máxima de São Tomé, “só acredito no que vejo”, assumida pela nossa sociedade como termômetro para mensurar a verdade, oferece um caminho previamente esquadrihado, um repertório pronto, fechado, sem espaços para as diferenças e principalmente para as transformações. Isto se torna um extremo problema na medida em que, na verdade, as pessoas e os grupos não são apenas aquilo que se mostra no exato momento em que podemos vê-los ou mensurá-los, mas sim, também, tudo aquilo que já foram e principalmente o inimaginável do que poderão vir a ser.

Contudo, não restringimos nossa ressalva apenas aos enfoques por demais objetivos e empiristas, as análises desenvolvidas sobre excessivos enfoques subjetivos também encontram seus perigos. Se seguirmos o usual, a subjetividade nos aponta para algo não tão mensurável, mas não menos complexo. Podemos pensá-la como fruto da incorporação e desenvolvimento de valores, sentimentos e acontecimentos realizados através de processos de assimilação ou simples afetações sofridas pelo sujeito. Contudo, corriqueiramente percebe-se o erro de generalizações a respeito destes processos.

Por este motivo que Guattari e Rolnik (1993) adotam o termo subjetivação ao invés de subjetividade, como um claro movimento de resistência em compreendê-la como algo acabada, estanque, linear e predeterminada, tentando evitar o erro de pensar que, por exemplo, todos trabalhadores de uma certa fábrica, do mesmo setor, com a mesma função, moradores do mesmo bairro, nascidos e criados na mesma cidade, possuam os mesmos traços e tendências subjetivas simplesmente por compartilharem contemporaneamente destas mesmas importantes categorias.

Atualmente uma ciência guiada apenas pela lógica exacerbada da subjetividade perde seu poder argumentativo em relativismos extremos, de modo que cada vez mais é questionada

sua utilidade social. Neste sentido, o complemento com certo caráter objetivo mostra-se essencial.

Sendo assim, percebemos o erro em delimitarmos Psicologia e Ciências Sociais ou Sociologia como, respectivamente, subjetiva e objetiva, isto apenas dificulta o diálogo entre os profissionais e a compreensão de seus objetos de estudo. Deve-se abrir mão desta dicotomia, assim como de muitas outras que colocam abismos entre campos que, na verdade, estão profundamente ligados, assim como a dicotomia entre individual e coletivo, dentro e fora, mente e espírito, saúde e doença, indivíduo e meio ambiente.

O território desta escrita, portanto, coloca-se justamente neste entre-lugar. Em primeira análise poderíamos produzir certa localização entre a Psicologia e as Ciências Sociais, próxima aos territórios da Psicologia Social; é deste lugar que falamos, que escrevemos e que vivemos estes Eu's e estes caminhos até aqui relatados.

Resgatando o histórico processo de constituição de uma psicologia social, Scarparo (2000) aponta que a trajetória desta psicologia na América Latina constitui-se num claro exemplo da construção de saberes pautados pela realidade política, cultural e social na qual se inscreve. Assim, seu percurso pautou-se pela perturbação e pela urgência de contribuir com a transformação da inquietante e indigna realidade social que assolava os povos latino-americanos, principalmente a partir dos anos de 1960.

A psicologia social e comunitária, portanto, é um campo de trabalho interdisciplinar comprometido político-socialmente com o desenvolvimento de saberes e práticas que possibilitem estabelecimento de relações igualitárias e emancipatórias através da dialógica. Tem como objeto de estudo a subjetividade que se dá concretamente a partir das relações sociais cotidianas. A produção do conhecimento se faz, portanto, a partir do diálogo entre o saber popular, o saber acadêmico e os contextos nos quais estes saberes se inscrevem, garantindo desta forma a coordenação de ações coletivas de enfrentamento do instituído na realidade. (SCARPARO, 2000).

Sendo assim, a psicologia social-comunitária rompe com a tendência de especializar-se enquanto área de saber segmentarizada e coloca-se a serviço do diálogo e da troca com outras disciplinas. Podemos, portanto, localizá-la em um espaço denominado por Santos (2007) como espaço de fronteira.

A fronteira surge como uma forma privilegiada de sociabilidade. São características da vida na fronteira: o uso seletivo e instrumental das tradições trazidas pelos pioneiros e imigrantes, invenção de novas formas de sociabilidade, hierarquias fracas, pluralidade de poderes e de ordens jurídicas, fluidez nas relações sociais, promiscuidade entre estranhos e

íntimos, assim como a mistura de heranças e invenções. A sociabilidade da fronteira é também a fronteira da sociabilidade. Está colocada sobre limites assim como sobre a transgressão deles, sendo assim, o poder que cada um possui ou sob qual é submetido tende a ser exercido de modo flexível, aberto às novas possibilidades. (SANTOS, 2007).

“Na fronteira todos somos, por assim dizer, migrantes indocumentados ou refugiados em busca de asilo.” (SANTOS, 2007, p. 351).

Quando se fala deste espaço de fronteira, não se refere apenas às áreas de produção de conhecimento, mas também de práticas e, essencialmente, de produção de subjetividades. Esta subjetividade é participativa, o que na maioria das vezes permite que a participação seja orientada pelo princípio da comunidade ou da localidade. A fronteira prospera no limite entre o ser e o não ser.

Como aponta Veronese (2004) na fronteira há de se inventar tudo, pois o contexto é novo e inesperado, existe pouca demarcação sobre quem é e quem não é membro deste espaço, e as relações são mais fluídas e abertas, assim, a fronteira constitui-se por um constante processo de reconstrução e reinvenção.

Santos (2007) aponta que existem, entre muitas, duas formas que no nosso caso são relevantes para pensarmos a subjetividade, as áreas de conhecimento e a constituição de territórios de fronteira. São elas a cabotagem e a hibridação.

A cabotagem foi uma forma de navegação dominante desde tempos imemoriais até a expansão europeia do século XV. Implica em navegar fora dos limites mas em contato físico com eles, e ir realizando outras atividades ao longo do trajeto, como a pesca ou o comércio. Quanto mais longe se estiver e mais pequeno, porque vistos de longe, forem os limites, maiores serão as oportunidades de autonomia. A navegação de fronteira cabota entre dois limites: um de cada lado do barco. A trajetória raramente é guiada pelos dois limites ao mesmo tempo: assim em determinado momento aquele limite que encontra-se mais próximo serve de referência.” (SANTOS, 2007, p. 354).

Exatamente neste espaço de fronteira, sob a forma de cabotagem, é onde sugerimos localizar-se a Psicologia Social em relação à própria Psicologia e as Ciências Sociais. Este espaço do entre, hora guiado por uma, hora guiado por outra. Mas para além disto, também se caracteriza como prática auto-reflexiva e, sendo assim, também se coloca sob a forma de experimentação destas fronteiras através da prática da hibridação.

A hibridação trata-se de uma atuação sobre os próprios limites, desestabilizando-os até o ponto de ir para além deles sem ter de os superar. Consiste em atrair os limites para um campo argumentativo que cada um deles, em separado, possa definir exhaustivamente. Esta incompletude torna os limites vulneráveis à idéia de seus próprios limites e abertos à possibilidade de interpenetração e combinação com outros limites. No campo da hibridação, quanto mais limites, menos limites. (SANTOS, 2007, p. 355).

Ao atrair a Psicologia Social para as fronteiras que demarcam os campos da Psicologia e das Ciências Sociais, mas ao mesmo tempo incorporá-la à temática do trabalho, da produção de subjetividade neste campo da Economia Solidária, rompendo com seus próprios limites, propomos uma construção híbrida das análises que realizaremos ao longo deste livro. De fato, é este o espaço ao qual está atrelada a produção desta escrita.

Analisado o percurso, observado os múltiplos atravessamentos que compõem aquele que escreve, assim como o espaço de fronteira de onde se produz este processo de vivência-escrita, passaremos de maneira sucinta ao último ponto a ser analisado neste espaço cartográfico: os desafios da produção da escrita.

A produção de uma dissertação é apresentada como último requisito para a obtenção de grau de mestre no âmbito do conhecimento acadêmico, e apresenta-se como instrumento fundamental que sintetiza e encerra os trabalhos do curso de mestrado, servindo de principal operador em sua principal cerimônia. No final deste percurso é requerido ao mestrando a articulação de uma escrita coerente acerca de determinado tema. Ao aspirante é solicitada uma coerente e articulada revisão bibliográfica, o manejo adequado de certa metodologia, que compreende uma boa maneira de conhecer o objeto, clareza na exposição de informações acumuladas e que, ao final, apresente uma interpretação articulada entre dados, referenciais e a própria escrita. (CAIAFFO, 2004).

A desafiadora produção desta escrita sugere uma autoria que, assim como referimos no processo de tradução proposto por Santos (2007), possibilite a inteligibilidade entre os diversos universos que transita, para isto é necessário captar a realidade e transformá-la em palavras e assim em linguagem. Contudo, muitas vezes, a linguagem exigida na produção acadêmica de uma dissertação não é a linguagem usual do campo das práticas e inter-relações pessoais, poderíamos denominar esta linguagem usual de *selvagem*. A linguagem acadêmica é, sim, uma linguagem outra, de preferência reta, clara, estruturada e funcional. Cabe, assim, ao pesquisador domar a língua.

A própria produção deste preâmbulo até o momento não comporta os critérios para esta dita escrita acadêmica; para isto, provavelmente deveria estar dividido em seções e capítulos. Contudo, as experiências não são divididas em seções ou capítulos, e o objetivo deste espaço é justamente relatar o processo vivido, sendo coerente não dividi-lo.

Contudo, domar a língua desperta-me para algo um tanto quanto incomodativo ao recordar-me do processo descrito por Foucault (1984) de docilizar, ou docificar, os corpos.

Houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. O corpo que se manipula, se molda, se treina, que obedece, responde, se torna hábil. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Estes métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que consistem na sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade são o que podemos chamar de disciplinas. (FOUCAULT, 1984.P. 125).

Desta forma, assim como docilizar os corpos, em alguns aspectos domar a escrita implica em um caráter funcional e pacífico. Diferente do realizado até o momento, provavelmente, teremos que dividir esta produção em capítulos e seções, usando este exemplo como uma das possíveis formas de domá-la. Faz-se isto com o objetivo de atingir com maior clareza e facilidade seu caráter de inteligibilidade. Em alguns pontos isto pode apresentar-se como contraditório ao proposto até o momento, contudo, por enquanto, sobre isto, nada mais podemos apontar do que a necessidade de estarmos abertos à contradição, neste caso em prol de certa funcionalidade, mas uma funcionalidade não em sua conotação pacífica, mas sim por seu potencial protagonizante e emancipatório.

Funcionalidade é um conceito que agregou, ao longo dos tempos, um caráter pejorativo, pois na maioria das vezes, é compreendido como processo de submissão, porém, em si, funcional não é algo positivo ou negativo, visto que sempre se é funcional a algo, e este algo, o próximo elemento do enunciado, este sim, é que define o caráter moral da funcionalidade.

Desta forma, que esta funcional (porém não pacata) escrita apresente-se no sentido de contribuir de maneira emancipatória e propositiva. Retomando a metáfora proposta por Caiaffo (2004), quando acolhemos a idéia de navegador para a imagem do mestrando e sua pesquisa, podemos enfim, propor uma outra forma de interpretação para as dissertações: a dissertação como paradoro, como território de passagem. Isto não quer dizer que encerre a totalidade dos caminhos por onde passa, mas que apenas propõe certo mapa, único, nunca antes visitado e, sendo assim, que indica sempre para caminhos e fronteiras não antes conhecidos.

Portanto, domar a língua não é, de forma alguma, instalar-se em uma escrita hegemônica e aceita. Esta forma de escrita acadêmica, ‘cinzenta’, contribui para o abismo entre a academia e a realidade social, agravando certa crise de legitimidade. Através desta doma, constituir um campo de sentidos e intensidades é o nosso desejo e nosso desafio.

Por fim cabe apenas ressaltar que refiro ‘*nosso desafio*’ porque o processo da escrita pode ser solitário, mas a autoria é coletiva. Ela é constituída na medida em que compartilhamos nossas vivências com coletivos, autores, colegas, livros, imagens, sensações,

lugares e acontecimentos. Nada se produz por si mesmo, fechado em seu singular, como já referimos anteriormente, nem é possível a existência de um singular que não seja em comum existência com um coletivo, assim como cita Foucault (1985, p. 368) a respeito deste ser que denominamos homem e que por vezes assume o papel de autor:

É como ser vivo que ele cresce, tem funções e necessidades que vê abrir-se um espaço cujas coordenadas móveis ele articula em si mesmo; de um modo geral, sua experiência corporal faz-lo entrecruzar-se, de parte a parte, com o ser vivo, produzindo objetos e utensílios, trocando aquilo de quem tem necessidade, organizando toda uma rede de circulação ao longo da qual perpassa o que ele pode consumir e onde ele próprio se acha definido como elemento de troca, aparece ele em sua existência, imediatamente imbricado com os outros; enfim, porque tem uma linguagem pode constituir para si todo um universo simbólico, em cujo o interior se relaciona com seu passado, com coisas, com outrem, a partir do qual pode imediatamente construir alguma coisa com um saber.

Pedimos desculpas ao leitor se de alguma forma fugimos do tema central que se pretende analisar este trabalho, acreditando que este processo cartográfico de (re)análise e de (re)vivência dos caminhos traçados até o momento da produção desta escrita são extremamente pertinentes, principalmente em vista daquilo que Santos (2007) aponta como uma das principais problemáticas que ciência moderna deve enfrentar: a produção de um conhecimento engajado e contextualizado na realidade social e prática. A isto o autor chama de conhecimento prudente para uma vida decente e defende-o como principal fundamento ético de uma nova ciência, assim como um novo paradigma social que deve emergir.

Enfim, agora já apresentados, passaremos de imediato para o tema a que se propõe este livro.

Boa leitura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	4
2.1 QUESTÕES A CERCA DO TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS	6
2.2 QUESTÕES A CERCA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS	15
2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA	20
2.3.1 O HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	22
2.3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	23
2.2.4 UM FENOMENO ESPECÍFICO: AS CADEIAS PRODUTIVAS	28
2.2.5 A ESPECIFICIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE ALGODÃO	31
2.3 A RELEVÂNCIA DO ESTUDO DE CASO DESENVOLVIDO NESTA DISSERTAÇÃO: O CASO DA JUSTA TRAMA	34
3. METODOLOGIA.....	36
4. EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
4.1 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA	40
4.1.1 ITAJAÍ-SC.....	44
4.1.2 MARINGÁ/MOREIRA SALES - PR.....	46
4.1.3 NOVA ODESSA - SP	49
4.1.4 SANTO ANDRÉ - SP	53
4.1.5 FORTALEZA/ TAUÁ – CE.....	54
4.1.6 PORTO ALEGRE – RS.....	57
4.1.7 APONTAMENTOS	59
4.2 ANÁLISE FORMAL OU DISCURSIVA	63
4.2.1 SUBJETIVIDADE	65
4.2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	84
4.2.3 GESTÃO DA CADEIA PRODUTIVA.....	95
4.3 INTERPRETAÇÃO/ REINTERPRETAÇÃO	116
5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
ANEXO I – PERCURSO PERCORRIDO NO TRABALHO DE CAMPO	130
ANEXO II- IMAGENS QUE FALAM.....	131
ANEXO III- TÓPICO GUIA DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	132

TABELAS

Tabela 1: Índice de desemprego do Brasil entre 1989 e 2001 -----	33
Tabela 2: Interesse político-acadêmico pela ECOSOL -----	48
Tabela 3: Suprimento de algodão no Brasil -----	56
Tabela 4: Coleta de Dados da Pesquisa -----	65
Tabela 5: Formas de autogestão -----	115

GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da qualidade da mão de obra brasileira entre 1986- 1996 -----	34
37	
Gráfico 2: Mapa da Economia Solidária e seus agentes -----	52
Gráfico 3: Coleta, análise e exposição dos dados da pesquisa -----	67
Gráfico 4: Organograma da Justa Trama proposto por Mettelo (2007) -----	72
Gráfico 5: Organograma da Justa Trama proposto por nossa pesquisa (2008) -----	73
Gráfico 6: Elementos que compõem um EES -----	150

1. INTRODUÇÃO

Este livro é fruto de um profundo processo de imersão no mundo da geração do trabalho e da renda que, através de dois anos, aliando estudos teóricos e experiências práticas, propõe-se a desenvolver um estudo a respeito de uma cadeia produtiva. As cadeias produtivas caracterizam-se como um dos possíveis arranjos dos empreendimentos guiados pela lógica da Economia Solidária (ECOSOL).

Nosso estudo de caso refere-se a Cadeia Produtiva e Solidária de Algodão Ecológico Justa Trama. Esta escolha mostra sua relevância na medida em que esta cadeia representa uma experiência pioneira e desafiadora em inúmeros aspectos, como os referentes ao desenvolvimento regional, ganhos econômicos e as inovações produtivas. Com o objetivo de coletar o maior número de dados e compartilhar do dia-dia dos trabalhadores e trabalhadoras que estão construindo esta história, nosso trabalho de campo caracterizou-se por um intenso processo de seis semanas percorrendo cinco dos seis estados onde se encontram os elos produtivos da Justa Trama.

Buscando compreender em que aspectos as práticas de gestão desenvolvidas pelos empreendimentos solidários que compõem a Cadeia Produtiva Justa Trama propiciam alternativas objetivas e subjetivas frente à lógica vigente de relações e produção na esfera do trabalho, dividimos nossa análise em três grandes eixos: Subjetividade do Trabalhador(a), Desenvolvimento Local e Gestão da Cadeia Produtiva.

Assim este livro divide-se nas seguintes seções:

A contextualização onde situamos a Economia Solidária e a Justa Trama no universo das questões relativas ao trabalho e dos movimentos sociais. Neste capítulo sugerimos uma análise que parte do macro-universo social e afunila-se até a caracterização do fenômeno estudado.

Logo após, no capítulo referente à metodologia, descrevemos de maneira sucinta como foi realizada a coleta dos dados, através da observação participante e de entrevistas semi-estruturadas, assim como a análise dos dados, embasada na Hermenêutica de Profundidade sugerida por J.B. Thompsom.

Por fim, expondo os dados analisados ressaltamos possíveis apontamentos que nos auxiliem na compreensão da realidade que tal estudo dedica-se a imergir, mas, para além disto, objetivamos trazer ao leitor um pouco do gosto, do cheiro, da visão, do sentido, enfim, da rica vivência que este estudo nos proporcionou ao possibilitar contato direto com histórias tão ricas de trabalhadores e trabalhadoras que de alguma forma nos ensinaram a motivação e o sentido que está por trás da questão: governar-se para quê?

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Nesta primeira sessão, que denominamos contextualização, objetivamos situar nosso objeto de pesquisa no amplo universo dos debates a respeito da temática do trabalho, da econômica solidária e dos fenômenos sociais ocorridos nos últimos anos, processos estes que possibilitaram a emergência de novas formas de gestão dos processos laborais.

Apresentaremos duas linhas paralelas de análise: começaremos analisando as transformações histórico-sociais ocorridas sob o conceito e o status do trabalho, como ele se reformulou ao longo do tempo, e como suas transformações, em certo momento histórico, encontraram-se com nossa segunda linha de análise, a respeito das transformações sócio-históricas no conceito e nas novas estratégias adotadas no campo dos movimentos sociais.

Estas duas linhas (trabalho e movimentos sociais) encontram-se e unificam-se em um terceiro momento da análise, onde apresentaremos suas influências para a emergência e consolidação de um novo campo, uma nova dinâmica e um novo movimento social que atualmente denomina-se Economia Solidária.

Contextualizado este novo campo, aprofundaremos nossa análise sob uma das inúmeras expressões da Economia Solidária: as Cadeias Produtivas. Elas representam uma temática que se encontra diretamente ligada aos objetivos específicos desta pesquisa, pois contextualizando tais Cadeias Produtivas apresentaremos a Justa Trama, objeto enfocado por nosso estudo. Assim, estudaremos sua relevância no contexto nacional e internacional no apoio e incentivo à consolidação das formas de geração de trabalho e renda.

Desta maneira, produziremos certa análise que pode ser representada através da imagem de um funil: uma análise histórico-social, gradualmente aprofundada, que parte dos processos macrossociais até encontrar-se com as questões específicas e norteadoras desta pesquisa, como podemos perceber na ilustração a baixo.



2.1 QUESTÕES ACERCA DO TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS

O trabalho tem sido tema central para as análises das dinâmicas sociais desde a fundação da pesquisa social moderna. Já nos escritos dos fundadores das ciências sociais (Marx, Weber e Durkheim) percebemos a abordagem do trabalho como fenômeno que implica certo laço social, analisado de diferentes ângulos: Marx via o trabalho ideal como aquele que possibilitaria a realização da essência humana e a libertação do homem, para ele o trabalho no contexto capitalista foi caracterizado como fonte de alienação e exploração. Weber, por sua vez, entendia a ética protestante como a forma possível de valorizar o trabalho e a acumulação, ingredientes essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, contudo, também apontava o trabalho como fonte de encerramento do homem numa sociedade dominada pela burocracia. Durkheim, com uma análise mais estrutural, percebia na divisão social do trabalho os elementos que garantiam a coesão social, apontava também a desvalorização do trabalho como fenômeno de anomia social. (NARDI, 2006).

Com o emergir da revolução industrial e suas reverberações, o trabalho como elemento de coesão social passa a ser encarado com certo questionamento. O desenvolvimento do capitalismo industrial, atingindo posteriormente escalas globalizadas, explicita que as aspirações de uma sociedade de pleno emprego, desenvolvimento e auto-sustentabilidade, (instigada pela livre concorrência e não interferência da esfera estatal no mercado financeiro) não acontecia, isto quando não gerava efeito contrário, produzindo desigualdades sociais, bolsões de pobreza e escassez dos recursos naturais.

Não encontrando legitimidade nas análises que lhe atribuíam influências no processo de coesão social, o trabalho passa a ser questionado inclusive em seu caráter inato, permanente e natural dentro do desenvolvimento da humanidade. Surgem deste movimento as análises críticas a respeito do trabalho como categoria construída socialmente. Como refere Nardi (2006), as sociedades modernas são fundadas no trabalho, mas se analisarmos as origens da sociedade ocidental, datadas no desenvolvimento da civilização grega, perceberemos que o trabalho – enquanto suporte de sobrevivência e inserção comunitária não foi o fundamento do laço social, eram as atividades éticas e políticas que estavam ligadas às funções dos cidadãos ditos livres.

Nesta sociedade clássica a escala social reproduzia divisões hierárquicas do mundo do trabalho, estando o operário no patamar mais inferior desta hierarquia, seguido do artesão, do agricultor e do cidadão livre que exercia ofícios políticos.

Na sociedade feudal, da mesma forma que na sociedade grega, se estabelecia uma hierarquia onde se encontrava no topo o clero, o senhor feudal, seguido de seus trabalhadores e servos. A igreja, representante dos valores morais, não valorizava o trabalho, o ofício carregava uma herança bíblica atrelada ao castigo, assim como o lucro que era considerado pecado.

Porém, estas concepções passam por transformações históricas e o trabalho, com o tempo, ganha centralidade no contexto social. Méda (2005, p. 18) aponta:

O trabalho é uma atividade essencial do homem, graças ao qual ele é colocado em contato com sua exterioridade, a natureza, a qual ele se opõe para criar as coisas humanas, - é com os outros e para os outros que ele realiza sua tarefa. O trabalho é, portanto, aquilo que exprime de forma mais importante nossa humanidade, nossa condição fim, criador de valor, mas também de nossa auto-criação como seres sociais. O trabalho é nossa essência e também nossa condição.

O marco inicial do ciclo onde o trabalho cada vez ganhará maior centralidade nas estruturas sociais encontra-se representado na reforma protestante, onde o lucro deixou de ser punido para ser desejado: acumular e conquistar bens materiais era considerado uma benção de Deus. Neste sentido uma série de pequenos elementos nos desenha os pensamentos da época, como em 1748, quando Benjamin Franklin cria a famosa expressão “tempo é dinheiro”, e em 1776, quando Adam Smith publica *A riqueza das nações*, identificando o trabalho como principal elemento na produção das riquezas. A citação de Méda exposta acima, apresenta a confluência das concepções cristãs, marxistas e humanistas a partir das quais o trabalho se torna a essência do homem. (NARDI, 2006).

Com o tempo desenha-se cada vez mais a consolidação de uma sociedade salarial. No século XX as relações de trabalho assumem caráter contratual, transformando-se assim no chamado emprego. O emprego seria a forma primordial de inclusão na sociedade salarial, pois atrelado a ele passaram a estar os direitos sociais e cívicos, e, a partir dele, desenvolveu-se um complexo universo jurídico para estabelecer as relações de direitos e deveres entre empregados e empregadores.

Sobre esta transformação histórica a respeito do trabalho e a consolidação de uma sociedade industrial/salarial, Robert Castel (1997), sociólogo francês, desenvolve vasta obra. O autor denomina *A questão social*, referindo-se a um fenômeno a partir do qual, frente a uma dificuldade central, a sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Esta ameaça de fratura é representada historicamente pelo o movimento dos primeiros proletários que passam a assumir lugar marginalizado no contexto social e assim ameaçam a ordem vigente pelas ações revolucionárias organizadas. Esta situação encontra-se como consequência direta da transformação do trabalho em emprego.

O trabalho assalariado, até o processo de industrialização, sempre esteve relacionado a concepções pejorativas, atrelado às condições de miséria, pois, no fundo, quem trabalha é o escravo,

quando há escravos, ou o servo, quando há servos, o camponês curvado sobre suas terras, isto é, pessoas de bem não trabalham, pelo menos não com seus próprios braços. O assalariado, antes de tudo, é aquele que não tem nada, não tem propriedade, aquele que tem apenas a força de seus braços para vender. Era este o imaginário social a respeito do trabalho assalariado que se apresentava ao longo do século XVIII e no início do século XIX.

De acordo com Castel (1997) é na segunda metade do século XIX que ocorre um conjunto de conflitos e lutas que convergem para a idéia de que o salário não é mais uma situação provisória e miserável. Com o desenvolvimento da industrialização e da urbanização, o trabalho se instala e passa a ser um estado permanente e desejável de sobrevivência.

Sobre o desenvolvimento da sociedade salarial, analisando o caso específico da América Latina, Wanderley (2004) aponta que a questão social fundante perpetuada sob formas variáveis nestes últimos 500 anos, centra-se nas desigualdades e injustiças que imperam no contexto social dos países latino-americanos. Ela se funde aos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais e religiosas, polarizando o conjunto das sociedades entre os detentores de certos bens e capitais e os marginalizados.

Uma sociedade salarial é sobre tudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salário, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade. Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio. Antes do estabelecimento desta sociedade salarial ser protegido era ter bens; somente quando se era proprietário é que se estava garantido contra os principais perigos da existência social, que são a doença, o acidente, a velhice sem pecúlio. (CASTEL, 1997, p. 243).

Desta forma, o salário se consolidou e se dignificou, possuindo um efeito atrativo em torno do qual a sociedade moderna se organizou. Deu-se o ápice do processo de legitimidade deste novo momento de constituição de uma sociedade salarial quando os próprios proprietários de grandes empresas, representantes da classe burguesa, passaram a colocar seus filhos no mercado assalariado por meio de grandes escolas, cursos, diplomas, etc. Transforma-se, portanto, o salário em algo seguramente rentável, atrelando-o de maneira hierárquica a posições de prestígio e poder social.

Como aponta Castel (1997) a sociedade salarial é uma sociedade que permanece fortemente hierarquizada, não é uma sociedade de igualdade, permanecem as injustiças e explorações e assim caracteriza-se como uma sociedade conflituosa, onde diferentes grupos sociais são concorrentes. Estas percepções fazem cair por terra os ideais das correntes sociais – democratas que, através do lema do livre progresso financeiro, acreditavam na diminuição das injustiças e desigualdades sociais.

Dedecca e Baltar (1997) apontam que o crescimento do mercado de trabalho assalariado, apesar de substancial, não consolidou a esperada tendência de homogeneização da estrutura operacional, tanto se tratando das formas de trabalho como dos padrões de remuneração. As dificuldades de conseguir uma inserção produtiva mais estável, com melhores condições de trabalho, amparada por um sistema de proteção social, assim como um nível de remuneração mais elevado, continuaram presentes para a maioria da força de trabalho, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Como aponta Wanderley (2004), inicialmente os problemas gerados pela industrialização e a concentração de mão-de-obra nos centros urbanos foram considerados pelas autoridades como assunto de higiene pública e de controle da ordem social, o que é simbolizado pela célebre frase, atribuída a Washington Luís, de que a questão social é uma questão de polícia. Esta mentalidade trouxe como consequência a criminalização do pobre e do desempregado, posteriormente contribuindo também para a construção da imagem da classe trabalhadora como uma classe perigosa.

Castel (1997) aponta que a sociedade contemporânea vivencia um novo fenômeno que refere-se à globalização, ou como prefere denominar o autor, mundialização do mercado, com suas crescentes exigências de concorrência e competitividade. Neste contexto, o senso comum assume a equação que minimiza o preço da força de trabalho e ao mesmo tempo maximiza a eficácia produtiva dos grandes complexos empresariais. Assim, desvinculadas de um território específico, as grandes corporações permitem-se migrar pelo globo em busca de maiores incentivos fiscais e menores valores a serem pagos à força de trabalho. Sem compromisso, inclusive ético, destas grandes corporações com os estados nacionais e a sociedade civil, estes conglomerados empresariais passam instigando concorrência, promovendo utilitarismo arbitrário e irresponsável dos recursos naturais, além de promoverem o aumento dos índices de desemprego em todo mundo.

Assim, conceituamos globalização como um fenômeno ao mesmo tempo complexo, ambíguo e ideológico. Geralmente é entendido como processo de mutação dos mercados financeiros em busca de uma abrangência mundial, mas não apenas os mercados se globalizam, mas também as informações, os valores, as culturas, criando um sistema de comunicação e troca permanente entre países e continentes. Obviamente, por si, globalização não carrega tendências positivas ou negativas, assim como parece óbvio também que o capitalismo, desde sua origem, desenvolveu um processo de internacionalização do capital, desigual e combinado, rompendo e integrando fronteiras geográficas com vistas a explorar novos campos e aumentar os lucros.

Uma das grandes consequências deste processo de mundialização das fronteiras econômicas é a degradação do trabalho e a pauperização de alguns setores produtivos. Sobre esta precarização

das formas de trabalho, Castel (1997) aponta o exemplo da França, que no momento mais abundante da sociedade salarial na Europa, na década de 70, os contratos por tempo indeterminado de trabalho eram praticamente hegemônicos, um tipo de contrato que gerava a situação de pleno emprego ocasionando inclusive, estabilidade nas condições de renda. Em contrapartida, atualmente 70% das novas admissões na França se fazem sob formas ditas atípicas, ou seja, contratos de tempo determinado, interinos, tempo parcial, substitutos e provisórios. Este acontecimento sócio-histórico reverte a lógica da estabilidade para uma situação de instabilidade do emprego como regime dominante.

A precarização do trabalho alimenta o desemprego em última análise, colocando as pessoas em condição de vulnerabilidade. Mas este fenômeno não é homogêneo, toca de diferentes maneiras as diferentes categorias sociais – afeta principalmente os trabalhadores e entre eles os menos qualificados, mas isto não quer dizer que não exista o fantasma do desemprego para os quadros superiores. Refletindo sobre a condição deste último grupo, Castel (1997) cunhou o termo “os desfiliaados” para referir a desestabilização dos estáveis; trabalhadores que ocupavam uma posição sólida na divisão clássica de trabalho e que atualmente se encontram cada vez mais ejetados dos circuitos produtivos.

Analisando de maneira conjuntural a sociedade capitalista, percebemos que este universo cada vez maior de desfiliaados desenvolve papel fundamental para a funcionalidade do sistema vigente, pois garante a concorrência e assim a fácil substituição (alta volatilidade) da mão de obra; contribuindo também para seu baixo custo e baixa remuneração. Senett (2002, in Veronese 2004) aponta as conseqüências destas condições de precariedade na construção subjetiva do trabalhador, afirmando que o trabalho na contemporaneidade exerce profunda influência sobre o caráter humano. Nesta medida, o medo do fracasso, a falta de relações de longo prazo e a rapidez na experimentação subjetiva do tempo são elementos que causariam seqüelas aos sujeitos através de seus processos subjetivos relacionados ao trabalho.

Ainda refletindo sobre as afetações subjetivas deste processo, Tittoni (1994) destaca a importância da vivência como dimensão subjetiva da experiência. Assim, os significados atribuídos à experiência no trabalho compõem a maneira como o sujeito apreende e expressa seu recorte singular do mundo. Desta forma, viver sob condições precárias de trabalho provoca a tendência à precarização de outras esferas da vida, e em últimas e profundas situações, à precarização da própria auto-imagem por parte deste trabalhador.

Adorno (1985), refletindo sobre o caso brasileiro aponta que são inúmeros os casos de permanente desrespeito aos direitos do trabalhador que não são conseqüências apenas da exploração econômica, mas antes de tudo, da permanência de relações guiadas pela dependência pessoal que

desqualifica os desempregados ou subempregados de sua condição de cidadão, atrelando o trabalhador à figura de um personagem infantilizado e incapaz dentro do contexto social.

Este sujeito desfilado é uma das figuras que compõem a nova questão social. Um questionamento, frente à desmontagem dos sistemas de proteções e garantias que no passado foram atreladas ao emprego e que hoje encontram-se cada vez mais incoerentes e frágeis. Uma possível saída para os desfilados, sejam eles de classes altas, médias ou baixas, encontra-se na constituição de coletivos fortes, protetores, que resgatam as estruturas de suporte e proteção da pessoa traçando novos horizontes e diluindo suas dificuldades no coletivo, promovendo assim processos de solidariedade coletivas entre iguais. Dentro desta lógica encontramos alguns movimentos de bairro, movimentos sociais mais amplos, inclusive a própria Economia Solidária em sua gênese com os mercados de trocas e a agricultura familiar (Castel 1997).

Através deste percurso de transformação da questão do trabalho/emprego, chegamos aos dias atuais com uma cena que aponta para a continuidade do desfalecimento do trabalho enquanto elemento de coesão social. Analisando as últimas três décadas dos movimentos econômicos ocorridos dentro da América Latina, Wanderley (2004, p.54) ilustra: “se nos anos 70 o crescimento econômico flutuou entre 6% e 8%, a década de 80 foi considerada perdida, a dívida externa atingiu níveis alarmantes, a inflação era crescente, parecia incontrolável e os países da região (com exceção de Chile, Cuba e Colômbia) tiveram perdas expressivas na renda per capita.” Frente a esta situação houve implementações políticas neoliberais, como os programas especiais de ajustes econômicos, principalmente no início dos anos 90, monitorados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

Aprofundando-nos no caso específico do Brasil, sustentados pelo texto de discussão número 743 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), editado em 2000, percebemos que a economia brasileira passou por importantes modificações ao longo da década de 90, pois nesse período ocorreu uma forte abertura econômica ao fluxo de capital estrangeiro, a queda da taxa de inflação (comparada com a década anterior) e a redução da presença do Estado na economia. Essas mudanças estruturais resultaram em efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia brasileira, afetando significativamente o desenvolvimento do mercado de trabalho.

Uma das primeiras percepções a respeito da abertura do mercado aos investimentos estrangeiros foi a queda do emprego na área industrial. Através de reengenharias, fusões e reestruturações das fábricas nacionais e estrangeiras com filiais no país, formaram-se grandes contingentes de desempregados que, em um primeiro momento, foram absorvidos pelo mercado de serviços e comércio que se encontrava em expansão, entretanto, a partir de 1997, esse fenômeno não foi mais observado, de modo que a taxa de desemprego passou a aumentar. (IPEA, 2000).

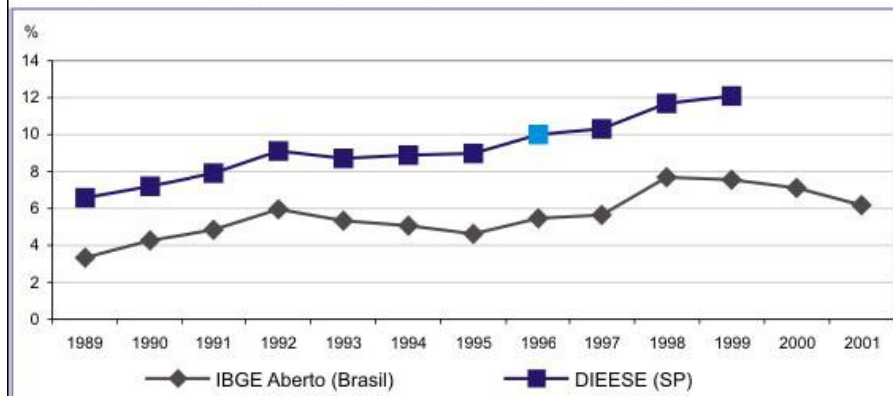
Se traçarmos um panorama geral do mercado nacional na década de 90, perceberemos que entre 1990 e 1992 o país viveu uma forte recessão, com redução do nível de atividade e o aumento do desemprego. A partir de 1993, principalmente em 1994, este processo foi revertido com o crescimento da economia até 1997, mas com o advento da crise asiática e da crise financeira internacional em meados de 1998, o crescimento econômico foi interrompido.

A economia brasileira iniciou a década de 90 com forte recessão. Após um período de elevadas taxa de inflação no final dos anos 80, quando o crescimento dos preços chegou a 80% ao mês, no início de 1990 uma moratória da dívida interna implementada pelo governo, teve efeito fortemente recessivo. A taxa de desemprego aberto (dessazonalizada), que em março de 1990 era de 4% da força de trabalho, atingiu 6% dessa força no segundo semestre de 1992, auge da recessão. (IPEA, 2000, p. 3).

Outro elemento que acentua as taxas de desemprego de maneira crescente ao longo da década de 90 é a especialização da mão de obra. Os mercados tornaram-se cada vez mais técnicos e específicos, sendo valorizada a especialidade do profissional. Por um lado, como podemos perceber na tabela 1, este fenômeno apresenta relação com o aumento no índice de escolaridade, mas, ao mesmo tempo, tornou mais efetivos os processos de concorrência e conseqüente desemprego e marginalização dos desqualificados.

O gráfico 1 exprime o aumento dos índices de desemprego na década de 90, no Brasil, comparados com São Paulo que, pelo que percebemos, acompanha as mesmas tendências nacionais:

GRÁFICO 1 - ÍNDICES DE DESEMPREGO - BRASIL - 1989-2001



FONTES: IBGE. DIEESE

Tabela 1: Evolução da qualificação da mão de obra – 1989/96:

(Em %)

ANOS	0 Ano de estudo	Até 4 anos de	4 a 8 anos de estudo	8 a 12 anos de	Mais de 12 anos

		estudos		estudo	de estudo
1989	8	30	20	31	11
1990	8	29	21	32	11
1991	7	29	20	33	11
1992	7	29	20	33	11
1993	7	28	20	34	11
1994	6	28	20	34	11
1995	6	27	21	35	12
1996	5	26	21	37	12

Fonte: IPEA, 2000.

A tabela acima evidencia o aumento da escolaridade da força de trabalho empregada na economia brasileira entre 1989 e 1996. A percentagem dos trabalhadores com menos de quatro anos de estudo declinou de 38% em 1989 para 31% em 1996, enquanto a dos trabalhadores com mais de oito anos de escolaridades aumentou de 42% para 49% da força de trabalho. (IPEA, 2000).

Este processo de especialização do mercado de trabalho, somado à insuficiência dos demais setores em absorver os desfiliaados do setor industrial, colocou à margem dos setores econômicos modernos uma ampla parcela da população economicamente ativa. A não incorporação deste segmento populacional aos novos setores econômicos acarretou em um grande contingente de excluídos dos processos de produção e de consumo, assim como a acentuação dos desníveis sociais. (DEDECCA e BALTAR, 1997).

Maria da Glória Gohn (2000) aponta que se criou um sistema produtivo mundial, fragmentado, altamente competitivo, baseado na qualidade, nos preços dos produtos, e ao mesmo tempo gerador de mais miséria. Os desempregados, sem salário, acentuam proporcionalmente as estatísticas da fome, perdem os benefícios sociais e assim contribuem para o crescimento dos mercados informais e dos subempregos.

Neste contexto Dedecca e Baltar (1997, p. 71) apontam:

O setor informal aparecia como parte subordinada deste desdobramento da estrutura produtiva capitalista moderna e oligopolizada, que, ao não absorver toda força de trabalho disponível, ao mesmo tempo em que gerava um intenso aumento da renda, com uma distribuição extremamente concentrada, alimentava o surgimento de pequenos negócios e formas precárias de relações de trabalho. Nesta reformulação, o setor informal passa a ser denominado não-organizado, em comparação com o setor formal organizado. A diferenciação era basicamente ditada pela lógica do lucro e da acumulação de capital do setor organizado, que, ao comandar a dinâmica do conjunto da economia, regulava também os espaços ocupados pelas atividades não-organizadas da maneira capitalista.

Com o tempo, o campo informal de trabalho ganha espaço na sociedade brasileira a ponto de torna-se a principal alternativa de ocupação para trabalhadores assalariados expulsos do segmento formal. O setor informal, com o tempo, começa a traçar um outro circuito em espaços produtivos que geralmente não eram passíveis de exploração pela grande empresa capitalista. As atividades informais pouco se articulavam com os segmentos modernos, e nelas, por vezes, valorizavam-se princípios diferentes daqueles atrelados à lógica da competitividade e da maximização do lucro.

Gohn (2000) aponta que, neste momento histórico, o setor informal não é mais visto como uma manifestação da pobreza urbana e um atraso econômico, é sim, considerado uma fonte de riqueza, um grande campo potencial inexplorado de riquezas e renda, mesmo sendo a pauperização de grande parte da população uma das principais causas de seu crescimento.

Dedecca e Baltar (1997), em contraponto as observações positivas a respeito do mercado informal propostas por Gohn (2000), apontam que a reforma do sistema nacional nas relações de emprego é uma solução, mas deve ser orientada no sentido de contrapor-se, em vez de se adaptar às tendências da crescente informalidade. De acordo com Dedecca e Baltar (1997), o setor informal não tem imaginação criadora, não detêm capacidade produtiva de criação própria, sendo totalmente determinado pelo setor formal.

Discordamos de tais autores sobre as ditas incapacidades do setor informal, assim como da necessidade urgente de regulamentá-lo de modo a (re)aderi-lo ao setor formal (se é que isto é possível), pois, como evidencia Santos (2007) o processo de regulação, desenvolvido através da primazia da lógica hegemônica sobre as demais lógicas possíveis no espaço social, tende a eliminar os processos de diversificação, sobrepor-se às peculiaridades das demandas específicas e, assim, homogenizar os agentes envolvidos. Ao contrário do proposto por Dedecca e Baltar (1997) acreditamos que as formas emergentes de organização do trabalho ao longo do processo histórico devem ser respeitadas e garantidas em suas peculiaridades dentro do contexto social. Reafirmamos isto justamente por serem práticas que possibilitam a resignificação da esfera do trabalho, inclusive primando por outros princípios que não os da competitividade e da maximização do lucro. Sendo assim, adequá-los ao mercado formal significaria submetê-los aos mesmos princípios e lógicas que em outro momento promoveram sua marginalização, além de atestarmos que este modelo que se apresenta de forma hegemônica na contemporaneidade seria o único, ou talvez o mais correto modo de estruturação da esfera laboral em nossa sociedade.

Dentre estas práticas emergentes que se impulsionaram a partir da cristalização do mercado informal brasileiro encontra-se a Economia Solidária, que vem ganhando força e dinamismo no contexto social, primando por valores outrora excluídos da lógica vigente, como as práticas de

cooperação, integração comunitária, valorização das culturas locais, autogestão dos trabalhadores e associativismo.

Até aqui, analisamos como o desenrolar das questões históricas ligadas ao trabalho e ao emprego influenciaram a construção destas outras possíveis formas de pensar a economia e as relações laborais. Neste momento suspendemos por certo tempo tal análise para realizarmos outro recorte de contextualização histórica dos fatores propulsores na constituição desta nova economia. Este segundo recorte refere-se à influência dos movimentos sociais que, de forma concomitante às transformações do trabalho, desenham o contexto de surgimento destas práticas laborais embasadas na cooperação, na autogestão e no associativismo.

2.2 QUESTÕES ACERCA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS

Os Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiram no cenário sóciopolítico da Europa a partir dos anos 60, passando a influenciar os estudos dos movimentos sociais no Brasil com maior ênfase a partir dos anos 70. Suas principais características apresentavam-se no sentido de se opor à lógica racional e a estratégia dos dispositivos instrumentais. Assim, algumas de suas principais contribuições são as criações de esquemas e categorias analíticas que atribuem centralidade aos conceitos de cultura, identidade, solidariedade, subjetividade, micropolítica, etc. (Gohn, 2000).

A expressão “novos movimentos sociais” foi cunhada pelo sociólogo francês Alan Touraine em 1978, como forma de denominar a emergência de novos sujeitos na história, afirmando que “o movimento social é a ação, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitual, de uma classe social definida pela sua posição de dominação.” Na obra de Touraine existe certa complementaridade entre a concepção de classe e de movimento social, porém, não representam a mesma coisa. A classe, segundo o autor, pode ser definida como uma situação, enquanto o movimento social é uma ação, ação de um os mais sujeitos ou atores.

Uma concepção clássica sobre os movimentos sociais, embasada na dinâmica social dos anos 70, define estes movimentos como todos aqueles movimentos de coletividade que buscam emancipar-se ou transformar as estruturas vigentes. Os movimentos sociais não objetivam integrar-se na sociedade, os movimentos que possuem este objetivo não passam de adaptativos, o verdadeiro movimento social busca manter a distância que separa o sujeito da máquina social e seus mecanismos de autocontrole. Neste sentido podemos lembrar as grandes greves francesas de 1913, 1936, 1948, o Maio de 68, os movimentos civis contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos,

a luta de Salvador Allende no Chile, os Zapatistas mexicanos, enfim, “estes movimentos que fazem tremer por um instante uma terra que parecia tão bem ocupada e controlada pelas forças da ordem.” (TOURAINÉ, 2006, p.141).

Pereira (2001) realiza um profundo resgate da história brasileira e sua ligação com as transformações dos movimentos sociais nacionais. Ele cita que os últimos cinco anos da década de 50 e os primeiros anos da década de 60, representam um período de acontecimentos de profundo impacto nas instituições sociais brasileiras. Neste período, datado pelo governo de Juscelino Kubitschek (56-60) ocorre uma acelerada transposição, para o Brasil, de capitais e indústrias estrangeiras, ocasionando a criação de grandes parques industriais no entorno dos centros urbanos. Os “50 anos em 5”, propaganda oficial do governo JK, conduziram à construção de grandes estradas, a criação de Brasília, grandes projetos hidroelétricos, e outros fatos que sacudiram intensamente a estrutura brasileira no mundo rural e urbano. Estes episódios aceleraram ainda mais uma desordenada modernização do país e de seu processo de industrialização, gerando alguns efeitos traumáticos como a alta da inflação e o aumento da dívida externa.

No início dos anos 60 Jânio Quadros tomou posse e em menos de sete meses renunciou. Nesta circunstância, a América Latina vivia um momento convulsionado pela Revolução Cubana (1959) e pelos movimentos sociais contrários ao imperialismo norte-americano. As idéias revolucionárias espalhavam-se pelo Brasil e encontravam no camponês, no operário e nos moradores das periferias urbanas, assim como na juventude estudantil, um acolhimento especial. Foi um período de intensas movimentações de classe que resultaram na constituição de diversos movimentos sociais. (PEREIRA 2001).

João Goulart toma posse após a renúncia de Jânio, e entre as pressões internacionais e as oligarquias nacionais por um lado e a intensa movimentação dos setores populares de outro, os anos 60 iniciam-se evidenciando que o modelo institucional dos tempos pretéritos estava esgotado e que as instituições sociais apresentavam claros sinais de crise e de fragilidade. (PEREIRA, 2001).

Com o crescimento destas mobilizações populares nos grandes centros urbanos criam-se as primeiras Sociedades de Amigos de Bairros, ou as Associações de Moradores, com o objetivo de organizar a população visando melhorias na qualidade de vida junto aos órgãos públicos. Com isto, muitos movimentos centrados na esfera da necessidade (terra, casa, comida, etc.) chegaram a transcender os objetivos centralizados nos bairros, nas vilas e favelas e adquiriram expressivas conotações políticas que impulsionaram a criação de estruturas de participação popular nos âmbitos municipais, estaduais e federal.

Assim, de acordo com Pereira (2001), podemos apontar algumas características comuns dos movimentos sociais na década de 60: o confronto entre o paradigma que embasava as relações entre

sociedade e Estado na Velha República (focados no clientelismo e no populismo) e a postura reivindicatória dos novos movimentos sociais urbanos que buscavam a radicalização da ética e da democracia. Além disto, há uma desvinculação dos NMS em relação às políticas instituintes e aos protocolos estipulados pelos antigos movimentos, pois mostravam, a partir de sua natureza policlassista, uma capacidade de criar e experimentar formas diferentes de relações sociais cotidianas, principalmente através de laços de solidariedade. Por fim, imperava, na maioria dos movimentos sociais, uma postura de conflito em relação ao Estado: mesmo conquistando espaços democráticos de participação, o objetivo dos NMS apresentava-se claramente na busca pela transformação de uma ordem vigente maior. Neste caso, explicita-se forte atuação do movimento operário, dos movimentos estudantis representados pela União dos Estudantes (UNE), dos movimentos de base da Igreja Católica, representados pela Juventude Universitária Católica (JUC), além das Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PC do B), entre outros.

Em 31 de março de 1964 entra em vigor a ditadura militar. O golpe de Estado foi recebido com simpatia por algumas instituições sociais, como grande parte da Igreja Católica, do empresariado nacional e de grande parte das organizações familiares da média e alta burguesia. Estas classes sociais padeceram sobre o temor de um Estado comunista ao longo do governo de João Goulart.

Em nível local, as organizações sociais são proibidas, os líderes dos movimentos de ocupação de áreas para moradia nos centros urbanos são presos e os políticos apoiadores dos favelados são cassados, as Associações de Defesa Coletiva são extintas, e através de violentas ameaças de prisões e torturas, as formas organizativas das comunidades são reprimidas. Em nível nacional, inaugura-se um longo período de governo autoritário das Forças Armadas, articulando com o capital nacional e internacional, que se caracterizou, no plano político, pela atrofia e neutralização do Congresso e fortalecimento do executivo. A ditadura militar caracterizou-se pela centralização tecno-burocrática inaugurando uma nova relação entre sociedade e Estado: todos os pilares instituintes são destruídos. O fechamento do Congresso Nacional interrompe os canais políticos de participação popular. Posteriormente criam-se dois partidos – ARENA e MDB, para dar legitimidade de fachada às ações ditatoriais. (PEREIRA, 2001, p. 115).

Assim, o período entre 64 e 74 representa uma fase de grande recessão na sociedade brasileira, ocasionado pela ditadura militar. Os movimentos sociais ficaram impedidos de exercer suas reivindicações e a população não encontrava espaços de participação na constituição de uma esfera pública coletiva. Após 1973, quando o modelo brasileiro de milagre econômico se esgotou, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os agentes pastorais e os militantes da nova esquerda passaram a desenvolver um trabalho que se tornou a única forma de participação popular possível. Através da abertura de espaços de participação aos agentes dentro de suas próprias comunidades, abriram-se canais de envolvimento nos movimentos reivindicatórios urbanos. Surgia então, a gênese dos novos movimentos sociais no Brasil.

Neste contexto, vários movimentos sociais de âmbito nacional entraram em cena, os movimentos pela redemocratização do país, os movimentos de estudantes e docentes, as feministas, as lutas pela anistia, as reivindicações por saúde e educação pública, as comissões de pastoral da terra, urbana, dos meios populares, escolares, metalúrgicos, entre outros. Em 1978 e 1979 ocorrem as grandes greves articuladas pelas centrais e comitês dos trabalhadores das indústrias do ABC em São Paulo, quase todos os segmentos sociais organizados aderiram às greves, como a União dos Advogados, os estudantes, jornalistas, artistas, impulsionando assim um novo movimento operário com fôlego e representação política no cenário nacional que culminou, em fevereiro de 1980, no nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1983, na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Esses movimentos se caracterizaram por um repertório comum de linguagem, criando dispositivos próprios de certa pedagogia popular dando origem a um grande ciclo reivindicativo, movidos por metáforas, ideais imaginárias e simbólicas – “povo como sujeito de sua própria história”- e gradativamente se constituindo como base de extensas redes movimentalistas. (DOIMO, 1986, p. 32).

Esta época caracteriza-se também pelo surgimento do chamado terceiro setor, organização civil que constitui uma esfera pública não-estatal que se torna tanto mais importante quanto se tornam ineficientes os órgãos de controle e representação previstos pela constituição. Estas ONGs desempenharam papel fundamental na constituição e manutenção de espaços e fomento de articulações dos Novos Movimentos Sociais, por vezes, inclusive, intermediando uma desgastada relação entre estes e a esfera estatal. Assim, nos anos 80 os Novos Movimentos Sociais encontram-se centrados em valores baseados mais na solidariedade humana e pouco alicerçados em projetos políticos partidários como ao longo dos anos 70. (GOHN, 2000).

Chegamos, portanto, ao início dos anos 90 com duas novidades marcantes no cenário das ações coletivas: primeiramente o fortalecimento das redes e estruturas nacionais de movimentos sociais, coordenadas por ONGs, como a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) a Central dos Movimentos Populares (CMP) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em segundo lugar, o surgimento e o desenvolvimento de movimentos internacionais como o Greenpeace, WWF, a Rainforest, a Anistia Internacional. (PEREIRA, 2001).

De acordo com Gohn (2000), este contexto redefine, nos anos 90, os movimentos sociais em duas direções: o deslocamento das reivindicações (antes atreladas às questões de infra-estrutura básica e ao consumo coletivo, como transportes, saúde, educação, moradia, etc.) para reivindicações relativas à sobrevivência física dos indivíduos em busca da minimização da fome, do frio, do desemprego (como as campanhas da cidadania, Contra a Fome e a Miséria e pela Vida, Campanha

do agasalho). A segunda redefinição surge diante da indignação frente à falta de ética na esfera política e a agressão a certos valores consensuais da sociedade referente à gestão pública.

Assim, se os anos 70 os movimentos sociais caracterizaram-se por uma relação extremamente conflituosa entre a sociedade civil e o Estado, e nos anos 80 abriram-se algumas portas para o diálogo, os anos 90 impulsionaram, via indignação, a criação de ações paralelas por parte de tais movimentos, o que acarretou na constituição de uma nova esfera pública não-estatal, subsidiada pelos NMS e as ONGs nacionais e internacionais que buscam independência e agilidade frente à estrutura estatal.

A capacidade de intervir e construir uma esfera pública não-estatal foi um dos grandes avanços qualitativos desta época. Agregou-se aos movimentos sociais uma postura mais ativa, buscando ações solidárias coletivas dentro das comunidades nas quais as demandas eram enfrentadas de maneira conjunta pelo agregado de sujeitos. Este movimento já era emergente após as eleições de Tancredo/Sarney em 1985, porém ainda com objetivo último de integrá-los nas ações estatais, a chamada fase de institucionalização dos movimentos sociais. Na virada da década, contrapondo-se a este movimento de institucionalização, os movimentos sociais, aliando-se às instituições não-governamentais, ganham mais autonomia. Um dos grandes elementos protagonista destas transformações encontra-se representado pela assembléia Constituinte de 1988. (PEREIRA, 2001).

Como cita Gohn (2000, p.336) “as mudanças advindas com a globalização da economia e a institucionalização/desinstitucionalização dos processos gerados no período da redemocratização levaram a um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centradas nas questões dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social.” Sendo assim, a tendência predominante nos anos 90, na análise dos movimentos sociais, tem sido unir abordagens macro-sociais às teorias que priorizam os aspectos micro da vida cotidiana. Nesta nova era, argumenta-se que se necessita de uma teoria que busque a síntese e não insista na polêmica.

Assim, instala-se um novo paradigma que abrange, entre outros, os NMS, afirmando que existem questões que não podem ser codificadas pelos códigos existentes no universo da ação social, segundo a teoria liberal, que distingue ações entre público e privado. Este espaço de ação pública não governamental ocupado pelos NMS, não se encontra previsto na doutrinas nem na prática da democracia-liberal, nem no Estado de Bem-estar Social. Legitimam-se, desta maneira, formas horizontalizadas, participativas e cooperativas de gestão dos movimentos sociais (GOHN, 2000).

É sobre este contexto, aliada às questões referentes às transformações históricas do trabalho, que se apresentam os elementos necessários para o emergir de outras formas de organização social, especificamente, outras formas de organização do trabalho, do consumo e da produção.

Resgatando alguns princípios do movimento cooperativista do início do século XIX e oportunizando-se do quadro social que apresentamos até aqui, surge com maior ênfase na década de 90 a chamada Economia Solidária que, como veremos a seguir, aflora neste contexto impulsionado pelo crescimento do setor informal e pela consolidação de novas práticas dentro dos movimentos sociais, para colocar-se como alternativa às crises de emprego, cidadania, protagonismo, meio ambiente e consumo, típicas da sociedade contemporânea.

2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como vimos, a temática do trabalho é central nas análises que buscam compreender o processo de desigualdade social em nosso país. As práticas laborais transformam-se ao longo das décadas, variando em cada país, em cada continente, recebendo influências econômicas, políticas e culturais diversas e mesmo passando por profundas transformações não deixam de mostrarem-se fundamentais na compreensão do ser humano e das sociedades.

A importância da temática do trabalho está refletida nas oito metas que foram traçadas em 2000 por diversos líderes mundiais, denominadas Metas para o Novo Milênio. Duas delas (erradicação da pobreza e da fome e a produção de um desenvolvimento sustentável) estão diretamente ligadas à problemática do trabalho e da renda. Além disso, outras metas são influenciadas por esta problemática de maneira indireta. (www.un.org).

O Brasil, hoje convertido numa das principais economias mundiais (8ª em 2007), não deixa de conviver com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2005 o país tinha a 8ª maior desigualdade do mundo. Está em 63º lugar entre 177 países no ranking de qualidade de vida, medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (0,792). (www.pnud.org.br).

Implicada na tentativa de reverter este quadro social, herdando alguns conceitos e práticas do Cooperativismo, a Economia Solidária, no Brasil, principalmente a partir da década de 90, ganha força e propulsão como prática alternativa de organização laboral e social que tem como potencial instigar outras formas de relação entre trabalho e trabalhador, assim como formas alternativas de organização comunitária, promoção do desenvolvimento sustentável e reinserção social pela esfera do trabalho e da renda.

Como citam Veronese e Guareschi (2005), “o campo do trabalho solidário avança, em termos societais e paradigmáticos, como um possível modo de emancipação do trabalhador explorado e alienado, alternativa para os que acreditam em um outro mundo possível, ou simplesmente precisam gerar renda em caráter emergencial.” (p. 4).

Gaiger (2003) nos auxilia na compreensão destas formas alternativas de organização social e laboral ao definir que:

Os empreendimentos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de auto-gestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência. (p.135).

A Economia Solidária vem adquirindo tamanha amplitude e colocando-se de forma tão central na discussão de nossos rumos em busca de formas alternativas de estruturação dos processos produtivos que o Governo Federal desenvolveu o Termo de Referência em Economia Solidária, criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Este termo (2005) aponta a relevância dos empreendimentos solidários ao citar que: “embora sendo um fenômeno recente no país, a Economia Solidária tem se constituído em um processo de organização social e econômica dos (as) trabalhadores (as) na geração de trabalho, renda e inclusão social, bem como desenvolvimento local, por meio de articulação de redes de cooperação.” (p.6).

Para Cattani (2003), o desafio que se coloca para a “outra economia” é reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para sociedade. Não bastam as ações coletivas, as uniões de bairro, os movimentos sociais se o trabalho segue atrelado ao seu repertório repetitivo, desprovido de sentido, alienado e explorado. Assim, para estas práticas coloca-se o desafio de atingir padrões sociais, ecológicos, políticos e também técnicos superiores aos convencionais.

Gaiger (2003) define Economia Solidária como um conceito que gira em torno da idéia de solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o desenvolvimento econômico padrão das sociedades capitalistas. O conceito se refere à organização de produtores e consumidores que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. Neste ponto tornam-se evidentes as influências herdadas das transformações protagonizadas pelos NMS, referidas na sessão anterior.

2.3.1 O HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apesar de seu processo de expansão ao longo da década de 90, como podemos perceber anteriormente, impulsionado pelo aumento do desemprego, do setor informal e de uma específica conjuntura na trajetória dos movimentos sociais, a Economia Solidária possui origens no cooperativismo operário surgido das lutas de resistência contra a revolução industrial, ao longo do século XIX e XX. (SINGER, 2002).

Como cita Singer (2002,p. 24), nesta época “a exploração nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar.”

Frente a estas circunstâncias, proprietários mais humanos e esclarecidos iniciavam a constituição de uma série de direitos ligados à figura do trabalhador, entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, dono de um grande complexo têxtil em New Lanark. Owen (1771-1859) possivelmente foi o mais importante iniciador do que hoje constitui o movimento cooperativo. Diferente de seus contemporâneos Charles Fourier (1772-1827) e Saint Saimon (1760–1825), que se limitavam a escrever obras e sobre elas desenvolver escolas e pensamentos, Owen sempre optou por testar suas preposições na prática do campo social, primeiro em sua grande indústria têxtil, depois na colônia cooperativa de New Harmony, nos Estados Unidos, e posteriormente na militância do movimento sindical (GAIGER, 2003).

A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudi, que reuniu um grupo de jornalistas de Londres para produzirem juntos e viverem de seus trabalhos, dividindo lucros e gastos. Em 1821 e 1822 este grupo publicou o *The Economist*, o primeiro jornal cooperativo, e a partir deste movimento outras experiências proliferaram-se pela Europa e Estados Unidos. (SINGER, 2002). Em 1883, no auge do movimento cooperativista, Owen, à frente do Sindicato dos Trabalhadores em Construção, propõe a construção da Grande Guilda Nacional dos Construtores, com o objetivo de suplantando os empreiteiros privados e tomar toda a indústria em suas próprias mãos, reorganizando-a como uma grande cooperativa nacional de construção.

Assim, o cooperativismo já em seu berço colocava-se no sentido de combater as estruturas da economia capitalista. Porém, os experimentos de Owen chegaram ao fim quando o cooperativismo revolucionário entrou em colapso juntamente com os sindicatos vitimados pelas greves patronais, em 1834. Em 1844, algumas dezenas de operários criaram uma cooperativa sob o

nome de Pioneiros Equitativos de Rochdale, que começou como uma cooperativa de consumo e de aplicação de valores e atingiu grande êxito social e econômico. (Gaiger, 2003).

Quase cem anos depois, com algumas experiências consolidadas e outras fracassadas, em 1956 um padre chamado José Maria Arizmendiarreta fundou a primeira cooperativa de produção, que se tornaria a gênese do grande complexo cooperativo de Mondragon, na Espanha. Cabe lembrar, como vimos em Castel (1997) que esta época, em contrapartida aos avanços das experiências cooperativas, representa a fase onde o trabalho assalariado passa por uma profunda resignificação em nossa sociedade, saindo de uma posição pejorativa para uma posição de estima e seguridade social.

Como refere Gaiger (2003), o complexo de Mondragon, apesar de já reunir cerca de 100 cooperativas, atualmente continua a crescer e é um exemplo vital para o novo movimento que procura, nos princípios da autogestão e da cooperação, uma alternativa factível ao capitalismo e não só ao desemprego e a marginalização.

Esta é a origem histórica da Economia Solidária, que surge nos anos 90 como alternativa, percebidas por uns como paliativas e por outros como transformadoras, das seqüelas ocasionadas pelo sistema econômico e social vigente.

Pinto (2006) argumenta que apesar das afinidades organizativas entre os empreendimentos associados e as cooperativas criadas no século XIX, não se pretende atribuir à Economia Solidária uma existência ‘avant la letre’ que já estaria dada na tradição cooperativista.

2.3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

As primeiras experiências brasileiras de cooperativismo estão datadas no século XIX, onde, em 1847, o imigrante médico francês Jean Fraive fundou uma colônia no Paraná, chamada Tereza Cristina, baseada no modelo do falanstério. Outras cooperativas apareceram na mesma época em Santa Catarina, todas baseadas nas idéias reformadoras de Fourier. Em 1891 o nascimento da Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira–SP, em 1895, da Cooperativa de Consumo de Camaragibe- PE e, em 1898, da cooperativa de consumo dos servidores públicos de Ouro Preto–MG (METELLO, 2007).

Para Singer (2002) o cooperativismo chegou ao Brasil trazido pelos imigrantes europeus no início do século XX. Formou-se principalmente através das cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo. Nas décadas mais recentes, as grandes redes de hipermercados conquistaram os mercados e provocaram o fechamento da maioria das cooperativas de consumo. As cooperativas agrícolas se expandiram e tornaram-se, em muitos casos, grandes complexos

agroindustriais e comerciais. Mas nenhuma destas cooperativas era guiada pela lógica autogestionária, e isto provoca receios em considerá-las como parte integrante da Economia Solidária.

As colocações de Metello (2007) vão ao encontro de nossas percepções ao apontar que, no século XX, a partir da década de 1990, nota-se um aumento significativo de cooperativas no meio urbano, muitas delas dentro do movimento da Economia Solidária. Este crescimento foi alavancado pelo crescente número de desempregados nas grandes cidades, o nascimento das ONGs, a reconfiguração dos Movimentos Sociais e o crescimento do mercado informal.

Como refere Singer (2002), esta década já iniciou com fortes movimentos em busca da consolidação de um campo e um movimento social que pensasse e vivenciasse de maneira permanente o trabalho da geração de renda, cidadania e inclusão social. Em 1991, com a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), foi criada a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e participação Acionária (Anteag), à qual encontram-se filiados hoje mais de uma centena de cooperativas. Assim também iniciaram as atividades da UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo, que posteriormente atingiu abrangência nacional.

Outro movimento de impulsão da Economia Solidária foi, por parte do MST, o assentamento de centenas de milhares de famílias em terras improdutivas com a implementação de uma agricultura organizada em forma de cooperativas autogestionárias, criando o SCA - Sistema de Cooperativas Assentadas.

De acordo com Veronese (2004), na segunda metade da década de 90 surgiram trabalhos de pesquisa no campo acadêmico que apontavam o potencial de expansão das redes de cooperação solidária, integrando organizações no campo político, econômico e cultural. Nesta época nascem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), que são organizações universitárias e multidisciplinares que através da aproximação entre os conhecimentos produzidos academicamente e a realidade social buscam fomentar empreendimentos econômicos solidários (EES) em estágio inicial.

Como cita Veronese (2004), em junho de 2000 ocorreu o lançamento da Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, que realizou em Mendes (RJ) o encontro entre empreendimentos e apoiadores que gerou a Carta de Mendes:

Nós fazemos parte de organizações e iniciativas de Sócio-Economia Solidária. Somos mulheres e homens de várias idades e etnias, profissionais de vários campos, que trabalham no meio rural e urbano, em cooperativas e associações autogestionárias, em sindicatos, instituições de desenvolvimento, educação, meio ambiente e assessoria, representantes de governos democráticos e populares e convidadas de outros países da América Latina e Europa. Procedemos do Amazonas, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rondônia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e

Rio Grande do Sul. Participamos também de redes solidárias que atuam articuladamente para transformar e humanizar as relações sociais na esfera local, nacional e global. Em resposta às propostas do Encontro Latino de Cultura e Sócio-Economia Solidária, realizado em Porto Alegre, em 1998, buscamos criar e gerenciar redes de produção solidária, de comércio justo, de crédito, de consumo ético, de trocas e informática solidária. Fizemos um diagnóstico dos empreendimentos cooperativos e solidários nas diferentes regiões do Brasil aqui representadas e traçamos diretrizes de ação estratégica buscando a construção e o fortalecimento destas redes, assim como uma ação mais efetiva de pressão por políticas públicas a serviço do empoderamento da sociedade e de um desenvolvimento sócio-econômico autocentrado e soberano. Além do trabalho de reflexão e aprofundamento dos conceitos, fizemos um intercâmbio de nossas motivações, experiências e produções que mobilizaram nossa intuição, emoção e espiritualidade, bem como facilitaram nossa disponibilidade para ouvir uns aos outros, aprender uns com os outros e consolidar nossa confiança mútua e nosso sentido de irmandade e solidariedade. (www.ecosol.org, em 2001).

A partir deste encontro, que por muitos é considerado um marco na consolidação da Economia Solidária, impulsionado pelas edições do Fórum Social Mundial (FSM) que viriam nos anos seguintes, o movimento cresceu em força, articulação e representatividade. Na edição de 2003 do FSM foi oficialmente criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, composto principalmente pelos empreendimentos, mas também pelas entidades de apoio e os gestores públicos. Posteriormente, no mesmo ano, um dos mais importantes momentos da Economia Solidária acontece com a criação da SENAES - Secretaria Nacional da Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego em Brasília. (SUBSÍDIO DE FORMAÇÃO, 2006).

Assim, concretiza-se um campo de ação social ligada à geração do trabalho e renda que se orienta, como refere Metello (2007, p. 19) “como modelo de produção democrático, onde as trocas não são meramente econômicas, mas também vinculadas ao contexto local das relações sociais. A cooperação e a solidariedade estão presentes nas relações estabelecidas entre seus participantes que têm foco no trabalho, o bem-viver e não na maximização do lucro.”

Gaiger (2004) também nos auxilia na compreensão dos elementos que recentemente em nossa história articulam-se no sentido de proporcionar o nascimento e a consolidação de empreendimentos econômicos solidários. São eles: a) a presença de setores populares com experiências em práticas associativas, b) a existência de organizações e lideranças populares genuínas, c) chances favoráveis que as práticas associativas sejam compatíveis com a economia popular dos trabalhadores, d) a presença de entidades e grupos de mediação, e) a incidência concreta sobre os trabalhadores, dos efeitos de redução das modalidades convencionais de subsistência, e f) a formação de um cenário político e ideológico que reconheça a relevância dessas demandas sociais e das alternativas que apontam.

Concluindo esta etapa de contextualização da Economia Solidária no Brasil, apresentamos abaixo uma tabela referente aos interesses políticos e acadêmicos em relação à Economia Solidária, proposta pelo Grupo de pesquisa em ECOSOL da UNISINOS – coordenado pelo Professor Luiz Inácio Gaiger e, logo a baixo um panorama geral do universo atual da Economia Solidária no

Brasil, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária através do 1º Mapeamento Nacional de Economia Solidária em 2008.

Tabela 2: **O interesse político e acadêmico pela Economia Solidária:**

Período	Relevância da Economia Solidária	Características do ativismo social e político	Características da produção acadêmica
Anos 80 a meados dos 90	Marginal	Restrito	Desconhecimento
Anos 90	Expansão e visibilidade	Interesse e adesão crescente	Ceticismo vs militantismo
Anos 2000	Institucionalização	Constituição de um <i>campo social</i>	Objeto de estudo

UM MAPA DO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

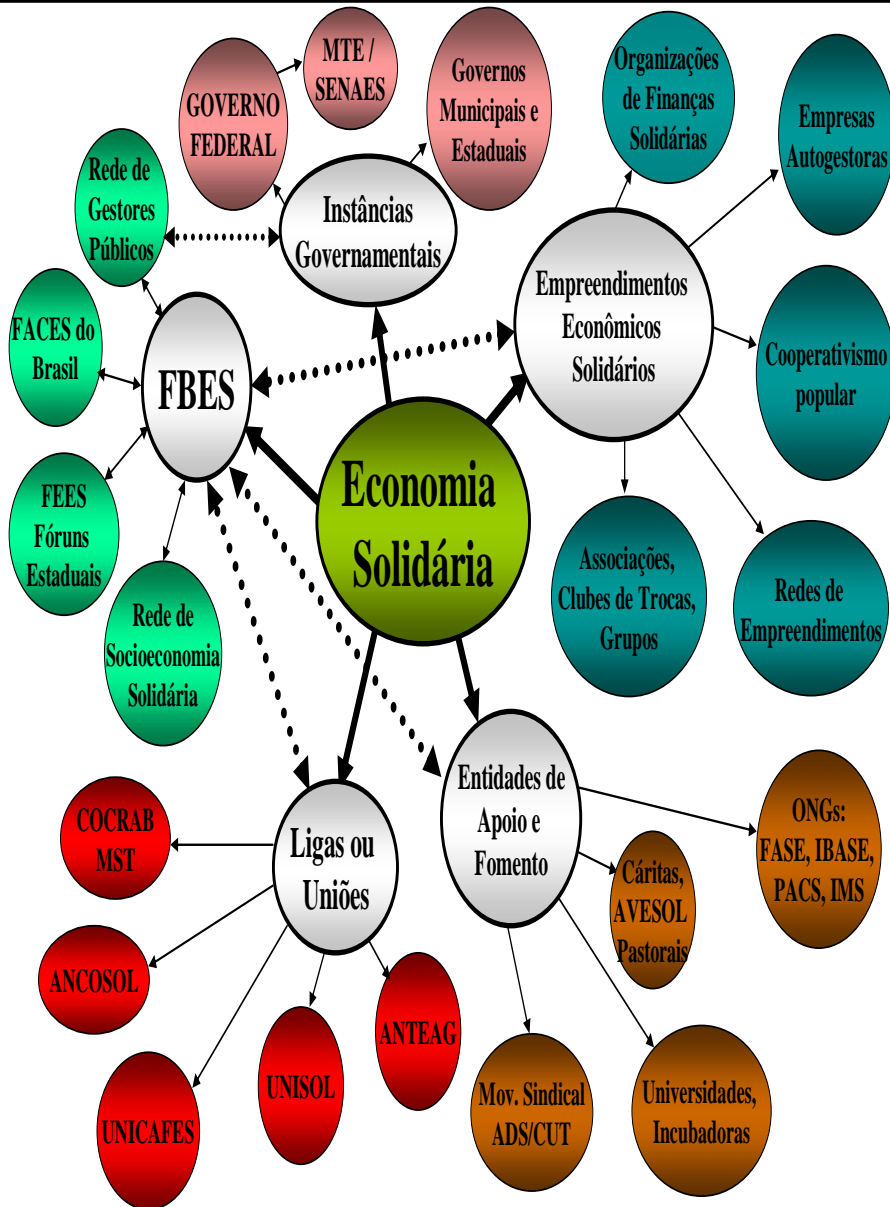


Gráfico3:

2.2.4 UM FENOMENO ESPECÍFICO: AS CADEIAS PRODUTIVAS

Até o presente momento de nossa análise objetivamos apresentar as características e influências histórico-sociais que contribuíram para a consolidação do campo da Economia Solidária. Salientamos como as transformações conceituais a respeito do trabalho em conjunto com a re-configuração dos movimentos sociais no final do século XX contribuíram para a fertilidade de um campo social carente de novas formas organizativas na esfera do trabalho, da renda e da cidadania, principalmente no seio das comunidades periféricas. Além disto, salientamos a influência do movimento cooperativista na consolidação deste novo campo e as articulações promovidas principalmente nos últimos 10 anos, que delineiam o atual panorama geral da Economia Solidária em nosso país. A partir de agora convidamos o leitor para realizar um aprofundamento de nossa análise sobre um ponto específico, um convite de ampliação do foco analítico sobre um dos inúmeros fenômenos que se desenvolvem a partir da Economia Solidária. Este ponto refere-se à constituição de Cadeias Produtivas e encontra-se intimamente ligado aos objetivos deste trabalho.

De acordo com Mance (2003,p.26) “as cadeias produtivas compõem todas as etapas realizadas para elaborar, distribuir e comercializar um bem ou serviço até seu consumo final.” Esta metodologia de produção assume o interesse de paulatinamente fortalecer o campo da Economia Solidária de modo que esta assuma, com o passar do tempo, um caráter hegemônico nas formas de produção. Assim, propõe substituir fornecedores de insumos que operam na lógica do capital por fornecedores que operam na lógica solidária, substituir insumos elaborados dentro de incorretas práticas ecológicas por lógicas ecologicamente sustentáveis, e assim por diante, transformando todas as etapas da produção.

Como refere Castro (2002), o conceito de Cadeia Produtiva foi introduzido como instrumento de visão sistêmica. Parte da premissa que a produção de bens pode ser representada como um sistema, onde os diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos deste sistema.

Esta forma de organização produtiva possui fundamental importância na medida em que as Cadeias Produtivas compreendem e estimulam ao longo de sua constituição a elaboração de redes de cooperação, essenciais para a Economia Solidária. Podem-se reconhecer Cadeias Produtivas locais ou regionais através da existência, na região, de atividades produtivas com características comuns e a existência de infra-estrutura tecnológica significativa, como centros de capacitação profissional, existência de pesquisas de amplo interesse, etc. Além disto, é preciso ter uma relação de boa coesão entre agentes produtores e agentes institucionais locais. (SIES, 2008).

Devemos ter em mente, como cita Parreiras (2007), que no caso da Economia Solidária a Cadeia Produtiva encontra-se intimamente ligada à noção de sustentabilidade. Neste processo, a sustentabilidade é naturalmente favorecida porque as atenções estão voltadas para todas as etapas ou elos que constituem um negócio. Promovendo certo sentido sistêmico, a Cadeia Produtiva promove o crescimento proporcional e equiparado dos diversos elos, e isso contribui para evitar ações pontuais sujeitas a não alcançar as condições de sustentabilidade desejadas no todo do processo.

Outro benefício das Cadeias Produtivas encontra-se na potencialidade de, através de redes de cooperação entre empreendimentos, criarem uma infra-estrutura produtiva específica, na medida em que incluem fornecedores de insumos específicos, serviços, componentes e máquinas em comum. Além disto, outra vantagem são os canais de distribuição comuns. Os canais de distribuição representam as diferentes maneiras pelas quais o produto é colocado à disposição do consumidor. O trabalho em cadeias aumenta a abrangência, a qualidade e a diversidade destes canais, tornando o grupo mais competitivo e aceito frente ao mercado. (SIES, 2008).

Parreiras (2007), desenvolvendo uma pesquisa subsidiada pela Fundação do Banco do Brasil sobre Negócios Solidários e Cadeias Produtivas e aponta as demandas em torno da consolidação de cadeias produtivas ao analisar, em extratos nacionais e internacionais, o crescimento de um campo consumidor consciente que se interessa pelas formas como os produtos que consome foram produzidos, além disto, há a necessidade do fortalecimento de grandes marcas e complexos produtivos que atribuem legitimidade e confiança aos produtos solidários, a necessidade, por parte dos produtores, de diminuir riscos gerando exigência de parâmetros básicos de qualidade em todas as fases da cadeia e, por fim, a necessidade de barateamento da produção gerando produtos com valores mais acessíveis.

Neste sentido, no curto prazo a tarefa é estruturar e consolidar os empreendimentos, ou seja, articular as etapas da cadeia internamente: aumentar a produtividade na produção primária, apropriar-se do valor agregado no estágio de beneficiamento e industrialização, e avançar na comercialização até onde a capacidade da gestão estiver permitindo, dentro das estratégias comerciais prioritárias aconselhadas pelo estudo do mercado. (PARREIRAS, 2007,p.40).

Assim, ao término de seu capítulo o autor aponta os resultados de seus estudos constituindo diretrizes para a estruturação de empreendimentos solidários organizados em cadeias produtivas, objetivando o combate à pobreza, o fortalecimento dessa nova forma de economia e buscando a supremacia do respeito ao meio ambiente. São elas:

1. Desenvolvimento sustentável e solidário: paradigma que integra na produção e na comercialização os valores econômicos, sociais, culturais e ambientais;

2. Geração de trabalho e renda envolvendo populações desfavorecidas: este deve ser o público a exercer, participar e elaborar tais ações, aqueles desempregados, excluídos e marginalizados;
3. Empreendimentos Solidários: priorizar pela constituição de coletivos de trabalho que sigam a lógica da associação, da autogestão e da cooperação;
4. Autonomia dos empreendimentos: os próprios empreendimentos devem ser protagonistas do conjunto das ações, não cabendo aos parceiros qualquer tipo de tutela ou orientação política, ideológica- partidária;
5. Parceria com Multiplicadores: o apoio aos empreendimentos deve propiciar o contato com os conhecimentos técnicos qualificados e a viabilização de parcerias para potencialização do sucesso dos mesmos;
6. Sistematização das experiências: realizando tal sistematização empreendimentos e grupos realizam uma sistemática auto-análise, podendo assim fortalecer seus pontos ainda vulneráveis, produzir compreensão histórica ao longo do processo do grupo e encontrar facilidade para divulgar e transmitir sua caminhada para agentes externos ou novos integrantes;

Para tanto, podemos pensar em indicadores de avaliação que correspondam a estas diretrizes: gestão da eficiência (produtividade e custos em reação aos ganhos), gestão tecnológica (aprimoramento de equipamentos e mão de obra qualificada), gestão de qualidade (diferenciação e acabamento do produto), gestão de sustentabilidade ambiental (análise dos processos produtivos correlacionada com as demandas ambientais), gestão de mercados e oportunidades (foco e abordagem a públicos e mercados específicos potenciais), gestão de contratos (elaboração de parcerias adequadas e produtivas para a cadeia como um todo), conscientização de lideranças (buscando diminuir a centralidade e a burocratização dos processos), melhoria da base de informações (sistematização das experiências, clareza e horizontalidade nas informações que subsidiam as decisões), melhoria da imagem (fortalecimento da marca), geração de novas políticas públicas (influência de suas ações na consolidação de um campo de produção cooperativo e solidário mais forte e fomentado) e por fim, fóruns e instâncias de deliberação que abranjam todos os elos da cadeia. (CASTRO, 2002).

Analisados de maneira complementar estes indicadores subsidiam a base de uma profunda análise sobre os pontos que uma cadeia produtiva deve atingir, traçando assim o direcionamento geral das ações que devem ser tomadas e os processos que demandam ênfase na busca de melhorias e aperfeiçoamentos.

Por fim, cabe ressaltar alguns desafios enfrentados pelas cadeias produtivas: Parreiras (2007) aponta para um desafio que se encontra na consolidação de um padrão de relacionamento entre os produtores e os consumidores. Para alcançar este padrão, o autor sugere a criação de uma comissão de acompanhamento da Cadeia Produtiva com representante de todos os elos, elaboração de um sistema de previsão de produção, estabelecimento de preços justos de acordo com a necessidade de remuneração de cada elo, fixação de padrões de qualidade em todo o processo de produção e o estudo permanente a respeito de novas parcerias e novos mercados.

Outro ponto que se apresenta como um profundo desafio, como aponta Mance (2003), diz respeito à comercialização e propagação de um consumo consciente. Encontrar formas de ampliar a cultura do consumo solidário para além das classes populares e dos agentes de fomento da Economia Solidária apresenta-se como elemento essencial para a sobrevivência deste novo processo. Para isto é necessário tornar os produtos mais acessíveis e instigar o processo consciente de consumir através da apropriação de espaços de divulgação nos meios midiáticos, mas também nas escolas com as crianças, assim como em conjunto com outras esferas da sociedade que apresentem potencial de apreciação a respeito de tal proposta. Conclui-se, assim, que deve-se enfrentar o desafio de transformar a cultura hegemônica de desejo-consumo utilitarista que permeia nossa sociedade em algo mais consciente, socialmente justo e ecologicamente correto.

Um terceiro desafio pode ser encontrado na outra ponta do processo: se por um lado é necessário conscientizar o consumidor pra consumir conscientemente, também é necessário conscientizar o produtor para produzir de maneira consciente, isto é, realizando intervenções que preservem a saúde do meio ambiente assim como sua própria saúde.

2.2.5 A ESPECIFICIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DE ALGODÃO

Kouri e Santos (2007), engenheiros de produção da Embrapa para as questões do algodão, afirmam que durante toda a história do Brasil o algodão constituiu-se como produto de exportação, tendo quedas e retomadas de crescimento sempre que houvesse problemas na produção norte-americana. Somente a partir de 1890, com a consolidação da indústria têxtil brasileira, é que a produção nacional se torna firme e crescente, assumindo, inclusive, condição principal na cultura agrícola dos estados nordestinos, que produziam de 10 a 20% de excedentes para a exportação, tornando o Brasil um dos principais produtores e exportadores de algodão do mundo.

A partir da década de 1970, mesmo baseados na pequena agricultura familiar, São Paulo e Paraná também assumem lugar de destaque na produção nacional. Esta produção era complementar à realizada no nordeste, promovendo o abastecimento regional.

No início da década de 80, porém, diversos problemas ocasionaram uma crise algodoeira no Nordeste, sobressaindo-se o tradicionalismo nas estruturas de produção, a incapacidade de adequado manejo do Bicudo (principal inseto predador do algodão) e a política agrícola do Governo Federal, que inviabilizava a produção ao proibir a exportação de pluma do algodão para garantir o abastecimento interno e facilitar a importação de fibras subsidiadas do exterior. Os preços internos pagos aos produtores caíram vertiginosamente e não acompanhavam mais a elevação do custo. (KOURI E SANTOS, 2007).

Desta forma, no término da década de 80 o quadro era trágico, a produção nordestina havia sido desmontada e a agricultura familiar, emergente no sudeste, foi totalmente inviabilizada. No fim deste período, o Brasil havia passado de um dos maiores exportadores para um dos maiores importadores de algodão do mundo.

O quadro a baixo, proposto por Rolim (1997) exemplifica este fenômeno:

Tabela 3: SUPRIMENTO DE ALGODÃO NO BRASIL.

ANO	Estoque inicial (1000 ton.)	Produção	Importação	Exportação	Estoque Final
1980	118	577	0	9	114
1981	114	594,4	2	30,8	118,6
1982	118,4	680,5	0	56,5	162
1983	162	586,3	2,4	180,2	13,8
1984	13,8	674,5	7,8	32,3	108,6
1985	108,6	968,8	20,5	86,6	379,9
1986	379,9	793,4	67,4	36,6	467,5
1987	467,5	633,4	30	174	182,2
1988	182,2	63,6	81	35	253,8
1989	253,8	709,3	132,1	160	125
1990	125,2	665,7	86	110,5	36,4
1991	36,4	717	105,9	124,3	35
1992	35	6671	167,8	33,8	88,1

Fonte: Rolim, 2007.

(em mil toneladas)

Assim, percebemos que em 1989, com o estoque inicial de 253,8, mais a produção de 709,3, era perfeitamente possível atender um consumo que foi de 810 mil toneladas. Mesmo assim foram importadas 132,1 mil toneladas de pluma. Os anos de 89, 90 e 91 são anos de

elevação das importações e exportações. Isto sugere estratégias de lucratividade das indústrias têxteis importando a pluma, aproveitando a redução das alíquotas e exportando para conseguir melhores preços internacionais, uma vez que as importações derrubavam os preços internos. Este esquema esteve em vigor até 1992, quando o esgotamento dos estoques impediu o seu prosseguimento. (ROLIM, 2007).

A década de 90 foi caracterizada por uma oferta estagnada de algodão no mercado mundial e por um aumento da procura, resultando em preços acima da média entre 1993 e 1997.

Atento a demanda, através de um sutil processo de sacrifício da mão-de-obra, muita tecnologia foi aplicada, e novas regiões do país foram instigadas ao plantio do algodão. Com a adoção de uma postura extremamente empresarial, o Brasil iniciava uma reação na recuperação do mercado de algodão. Assim, a produção brasileira de algodão em caroço passava de 1.424 Kg/há em 1997/98 para 3.751 Kg/há em 2003/04, criando um novo cenário geo-econômico, onde era o cerrado o local de maior concentração da produção, especificamente Mato Grosso, Goiás e Bahia. Com estes recordes alcançados, em 2004/2005 o Brasil tornou-se o quinto maior produtor de algodão do mundo, ficando atrás apenas de China, Estado Unidos, Índia e Paquistão. O Brasil possui a maior produtividade de algodão do mundo em áreas de sequeiras, como o cerrado, que exigem uma produção de caráter 100% irrigado. (KOURI E SANTO, 2007).

Paralelo ao movimento de migração do plantio, a indústria têxtil, na contramão, tem se deslocado para o Nordeste. Lá se localiza o segundo maior parque industrial têxtil do Brasil. Na América Latina apenas o México possui capacidade instalada superior ao nordeste brasileiro. Em Campina Grande – PB, está instalado o maior fiador do mundo, pertencente ao grupo Coteminas.

Após a análise destes períodos a respeito da produção e comercialização de algodão no Brasil, Rolim (1997,p. 23) afirma que “a produção de algodão foi severamente abalada pela liberação das importações. Isso se deve aos grandes estoques que forçaram os preços para baixo. Esta queda reduziu ainda mais os preços recebidos pelos produtores, ocasionando a queda pela metade da área de plantio no país.” E sobre as indústrias têxteis que possuem íntima consonância com a plantação de algodão, o autor afirma: “As indústrias têxteis e de vestuário foram historicamente as mais protegidas indústrias brasileiras. Com o processo de liberação comercial, iniciado no governo Sarney, elas continuaram sendo as mais protegida, isto provocou modernização, expansão e ao mesmo tempo exclusão de parte do contingente de trabalhadores.”

2.3 A RELEVÂNCIA DESTE ESTUDO DE CASO: O CASO DA JUSTA TRAMA

A Justa Trama, lançada publicamente em 23 de outubro de 2005, na comunidade do Canta Galo no Rio de Janeiro, caracteriza-se como uma das primeiras cadeias produtivas da Economia Solidária organizada em escala nacional. Sua importância é vista pela dimensão que seu território abrange, assim como por ser experiência pioneira de desenvolvimento local e articulação global através de grupos de geração de trabalho e renda, além de seu potencial em minimizar os antagonismos entre o meio rural e o meio urbano, unindo sob uma mesma marca produtores rurais, tecelões e costureiras. Outro elemento pioneiro na ação da Justa Trama é o empenho em minimizar as participações de atravessadores no processo da cadeia. Neste caso, os trabalhadores gerenciam e estabelecem condutas para que os próprios elos da cadeia supram algumas das necessidades.

Como refere Metello (2007), a articulação desta cadeia produtiva se inicia dentro das discussões do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, quando as cooperativas UNIVENS, Textilcooper, Cones, também em contato com a cooperativa Açai e a ONG Esplar construíram a ideia de uma produção em conjunto. O grande impulso para o início da produção deu-se com a confecção de 60 mil bolsas de algodão solicitadas pela organização do Fórum Social Mundial, que seria realizado em 2005 em Porto Alegre.

Descreveremos com maior detalhamento tal cadeia produtiva na seção seguinte, referente à metodologia, onde reservamos um propício espaço para a descrição do campo da pesquisa. Contudo, de momento, o que desejamos salientar é o significado econômico e social, real e simbólico que se encontra na constituição de uma cadeia produtiva de algodão que segue os princípios da autogestão, do ecologicamente sustentável, do consumo consciente e da cooperação, principalmente ao encontrar-se ligada, como vimos anteriormente, a certo segmento da produção nacional muito fragilizado nos últimos anos. A possibilidade de reorganização, assim como de resignificação dos próprios plantadores, tecelões, fiadores, costureiras e consumidores em relação ao algodão e suas práticas, encontra-se no cerne da relevância desta experiência.

Atualmente a Justa Trama possui elos em seis estados da Federação (RS, SC, PR, SP, CE, RO), trabalha apenas com algodão ecológico, isto é, sem o uso de pesticidas e agrotóxicos químicos e é totalmente gerenciada pelos próprios trabalhadores da cadeia.

Como veremos na exposição dos resultados, o vislumbrar da possibilidade de plantar sem o uso do veneno é um dos maiores ganhos que a Justa Trama vêm oferecendo aos plantadores de

algodão, assim como ao próprio consumidor, pois os princípios agroecológicos atingem de maneira direta a qualidade de vida dos beneficiados em todos os elos da cadeia.

De acordo com Lima e Castro (2002,p.2) “as razões que determinam a necessidade de se praticar uma agricultura ecológica, que resulte na produção de bases sustentáveis, estão diretamente relacionados aos problemas ambientais causados pela agricultura convencional.”

No Brasil, embora os modelos europeus inspirem formas alternativas de plantio, a agricultura alternativa surge de um contexto de uma política agrária excludente, motivada por organizações politicamente engajadas que carregam como princípio a construção de uma sociedade mais democrática e com uma perspectiva de transformação social. O grande movimento que marca o impulso destas instituições para ações engajadas dentro deste campo é a ECO-92, convenção internacional que tratou de questões sócio-ambientais sob a ótica da sustentabilidade, realizada no Rio de Janeiro. (Brandenburg, 2003).

Uma das mais antigas e potentes regiões brasileiras no plantio do algodão, assim como de outras culturas ecológicas, é o Nordeste, especificamente o Ceará, onde há mais de 15 anos a Esplar (Associação de Pesquisa e Acompanhamento dos Processos Ecológicos de Plantio na Região do Semi-árido) juntamente com a ADEC (Associação de Educação e Cultura de Tauá) fomentam tais práticas. Respectivamente, estas instituições apresentam-se como colaboradora e integrante da Cadeia Produtiva Justa Trama. A Justa Trama encontra-se intimamente ligada a este movimento ecológico e representa, no Brasil, a primeira experiência de cadeia produtiva com abrangência nacional, guiada pelos princípios da Economia Solidária.

Agora, delimitando ainda mais o foco de nossa análise chegamos a questão fundamental desta pesquisa: o que de fato desejamos saber, perceber, estudar com o caso da Cadeia Produtiva Justa Trama? Respondemos ao leitor que nosso interesse coloca-se no sentido de compreender como se estabelece a gestão desta cadeia produtiva de escala nacional, qual é a relação de seus elos (empreendimentos) com seu entorno, e, por fim, como se desenrolam os processos de subjetivação dos trabalhador(a)s envolvido(a)s nesta proposta alternativa de gerar trabalho e renda. A seguir apresentaremos a metodologia empregada em tal pesquisa n busca de encontrarmos está resposta:

3. Metodologia

Este capítulo traz de maneira metódica os objetivos desta pesquisa e as técnicas empregadas na coleta e análise dos dados. O fenômeno ao qual se dedica estudar esta pesquisa é a Cadeia Produtiva e Solidária de Algodão Ecológico Justa Trama, composta por seis empreendimentos de Economia Solidária localizados em seis Estados do Brasil (RS, SC, PR, SP, PE e RO). Uma cadeia produtiva que compreende desde o plantio de algodão, passando pela tecelagem, fiação, costura, até chegar aos pontos de comercialização das roupas de algodão da Justa Trama, toda ela gerenciada pelos próprios trabalhadores.

Desta forma buscamos analisar como se desenvolve o processo de constituição de uma cadeia produtiva dentro dos preceitos da Economia Solidária, assim como perceber quais as conquistas e dificuldades ao longo deste processo. Para isto, estaremos atentos a três pontos básicos: em que aspectos as práticas de autogestão diferenciam-se das práticas de heterogestão, como se desenvolvem as relações estabelecidas entre os empreendimentos autogestionários e as comunidades onde estão inseridos e de que maneira as práticas de autogestão possibilitam a construção de uma relação diferenciada entre trabalho e trabalhador.

Sendo assim, podemos sintetizar nosso desafio na seguinte questão: Em que aspectos as práticas de gestão, desenvolvidas pelos Empreendimentos Solidários que compõem a Cadeia Produtiva Justa Trama, propiciam alternativas objetivas e subjetivas frente à lógica vigente de relações e produção na esfera do trabalho?

Nosso trabalho de campo esteve dividido em duas etapas: A primeira parte dedicou-se a elaboração de um material de apoio e contextualização, para isto utilizamos o 1º Mapeamento Nacional de Economia Solidária*, no qual se buscou informações referentes aos aspectos que indicam movimentos de cadeias produtivas, redes e trocas entre os empreendimentos, assim como indicadores de participação e instâncias deliberativas que presumem a existência ou não de elementos fundantes das práticas de autogestão. Este primeiro momento de coleta, portanto, possibilitou um panorama geral, em nível nacional, a respeito da construção de práticas diferenciadas de gestão nos Empreendimentos de Economia Solidária¹.

¹ O Primeiro Mapeamento Nacional sobre Economia Solidária desenvolveu-se a partir da iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Todos os dados obtidos constituirão um Sistema Nacional de informação sobre Economia Solidária (SIES)

A segunda etapa da coleta de dados baseou-se em duas fontes: Primeiramente, a realização de 15 (quinze) entrevistas semi-estruturadas com três representantes de cinco grupos (elos ou empreendimentos) que compõem a Cadeia Produtiva Justa Trama. A segunda fonte de coleta de dados baseou-se na observação de campo, visto que a imersão no campo de pesquisa possibilitou convívio diário do pesquisador com os pesquisados. A seguir esclareceremos cada uma destas etapas.

De acordo com Bauer e Gaskell (2003): “Nas ciências sociais a entrevista qualitativa é um método amplamente empregado. Ela é essencialmente uma técnica para estabelecer ou descobrir que existem diferentes perspectivas, ou pontos de vistas, sobre os fatos.” (p. 64) Fornece dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação.

Sobre a técnica de observação de campo, ou como melhor podemos denominá-la, observação participante, Bauer e Gaskell (2003) afirmam que “é a forma mais completa de informação sociológica” (p.66). Os autores apontam que a observação participante apresenta vantagens frente às técnicas de entrevistas, visto que nestas o entrevistador pode não compreender a totalidade das falas locais e a partir desta incompreensão realizar inferências. Em contraposição, no ato de observar o pesquisador está sujeito a maior amplitude e profundidade de informação, é capaz de triangular diferentes impressões e observações, além de conseguir conferir discrepâncias emergentes no decurso do trabalho de campo.

Contudo, deve-se ressaltar que o trabalho de observação requer exaustiva atenção e registro de todos os sinais e fenômenos observados, assim como um posterior cuidadoso agrupamento de fenômenos em categorias (Flick, 2004).

Desta forma, nosso quadro estratégico de coleta de dados apresenta-se da seguinte maneira:

Tabela 4: Coleta de dados

ETAPA 1	ETAPA 2
- Dados coletados do 1º Mapeamento Nacional de Economia Solidária	- 15 entrevistas semi-estruturadas
	- Observação participante

Para análise do material obtido através dos procedimentos de coleta, utilizamos a teoria da Hermenêutica de Profundidade (H.P) sugerida por J.B. Thomposon (2000). Este referencial defende que o objeto de análise é uma construção simbólica que exige uma interpretação, pois somente deste modo pode-se fazer justiça ao caráter distintivo do campo – objeto. Como aponta o próprio autor, as

formas simbólicas estão inseridas em contextos sociais e históricos de diferentes tipos, sendo assim, encontram-se internamente estruturadas de diversas maneiras.

A idéia subjacente à H.P é que, na pesquisa social, como em outros campos, o processo de interpretação pode ser, e de fato exige que seja mediado por uma gama de métodos explanatórios ou objetivantes. De acordo com esta concepção, a análise cultural pode ser elaborada como o estudo das formas simbólicas em relação aos contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e através dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas, recebidas. (THOMPSON, 2000, p. 362)

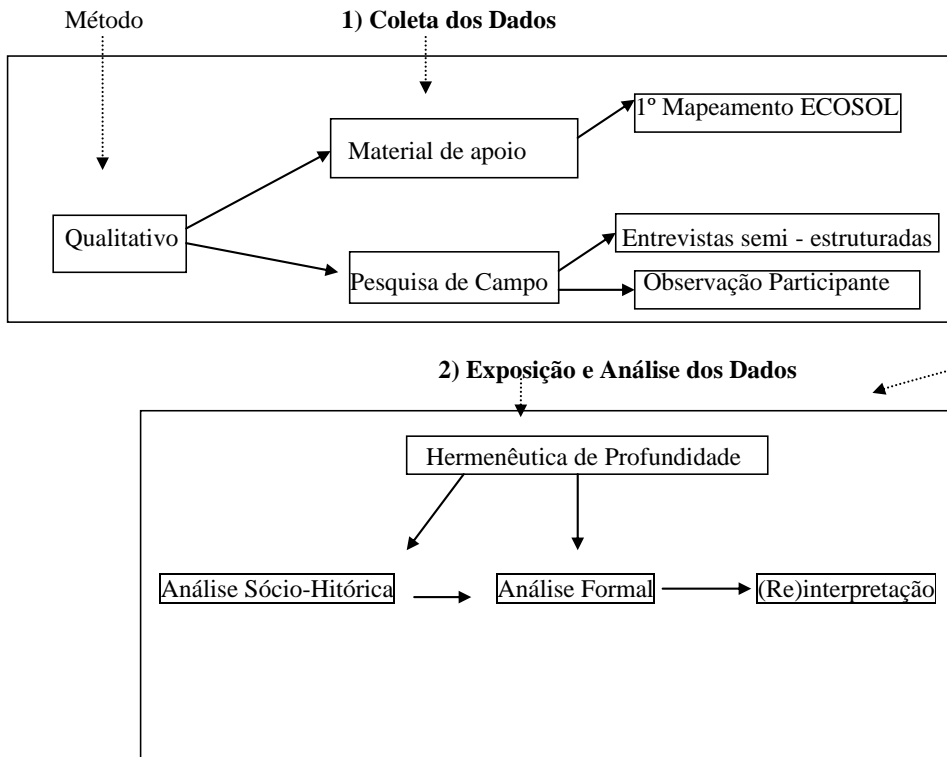
A Hermenêutica de Profundidade é um processo amplo que pode ser compreendido através de três momentos distintos no processo de exposição e análise dos dados:

- 1) Análise sócio-histórica: objetiva reconstruir as condições sociais e históricas de produção do fenômeno analisado,
- 2) Análise formal ou discursiva: trabalha metodologicamente os dados obtidos através do estudo do fenômeno,
- 3) Interpretação/re-interpretação: busca por novos pensamentos que, por via da síntese criativa desvenda possíveis significados.

A baixo apresentamos a síntese que caracteriza nossos entrevistados, todos trabalhadores(as) de algum empreendimento que compõe a cadeia produtiva Justa Trama.

ENTREVISTADO	IDENTIFICAÇÃO	IDAD E	LOCALIDADE	GRUPO
1	Costureira	33	Itajaí- SC	Fio Nobre
2	Associada	45	Itajaí- SC	Fio Nobre
3	Costureira	65	Itajaí - SC	Fio Nobre
4	Plantadora	38	Moreira Sales- PR	Plantadores
5	Plantador	68	Moreira Sales -PR	Plantadores
6	Representante Comercial	36	Nova Odessa- SP	CONES
7	Secretaria Administrativa	52	Nova Odessa - SP	CONES
8	Tintureiro	47	Nova Odessa - SP	CONES
9	Costureira	44	Santo André- SP	Coperstylus
10	Costureira	39	Santo André - SP	Coperstylus
11	Técnico Agrícola	54	Tauá - CE	ADEC
12	Plantador	32	Tauá- CE	ADEC
13	Presidente da associação	55	Tauá - CE	ADEC
14	Costureira	47	Porto Alegre - RS	Univens
15	Costureira	25	Porto Alegre -RS	Univens

Gráfico 3: Síntese das estratégias de coleta, análise e exposição dos dados



Tendo clareza sobre os métodos utilizados ao longo da pesquisa, passaremos para o capítulo de exposição e análise dos dados de acordo com a metodologia exposta anteriormente.

4. EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A exposição e análise dos dados apresentados a seguir, como já apontado em detalhes quanto tratamos da metodologia da pesquisa, seguem as bases do modelo sugerido por J. B. Thompsom (2000), denominada Hermenêutica de Profundidade. De acordo com este modelo podemos pensar em três momentos distintos no processo de exposição e análise dos dados: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva, interpretação/re-interpretação.

Desta forma, em nossa análise sócio-histórica traremos anotações, lembranças, percepções do trajeto realizado na coleta dos dados, onde de fato ocorreu a vivência, o campo de afetação da

pesquisa. Foram cinco semanas contemplando cinco estados do Brasil, realizando a coleta dos dados e o convívio com os trabalhadores da Cadeia Produtiva Justa Trama.

No segundo momento, em nossa Análise Formal, apresentaremos as categorias obtidas através da análise dos dados realizada a partir da metodologia da Análise do Discurso sugerida por Bauer e Gaskell (2003) e apontada por Thompson como uma das possíveis formas de Análise Formal. Tais categorias são obtidas através do emprego do método sobre os conteúdos das entrevistas semi-estruturadas.

Por fim, articulando com elementos teóricos, buscamos por via da síntese, mas também da antítese das categorias, desvendarmos possíveis compreensões e significados a respeito do fenômeno estudado.

4.1 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA

A articulação da Cadeia Produtiva Solidária de Algodão Agroecológico – Justa Trama se inicia dentro das discussões do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, onde as cooperativas Unidas Venceremos – Univens, Têxtilcooper, Fio Nobre e Cooperativa Nova Esperança – CONES, em contato com a coopertiva Açaí, e a ONG Esplar, representando também a ADEC – Associação de desenvolvimento educacional e cultural de Tauá, alavancaram a idéia de uma possível produção em conjunto. O primeiro desafio do grupo (que ainda não se chamava Justa Trama) era o de produzir aproximadamente 60 mil bolsas de Algodão para o Fórum Social Mundial de 2005, que viria a ser realizado em Porto Alegre. Atingiram seu objetivo com o auxílio de mais 30 empreendimentos solidários da região sul, que posteriormente não continuaram na proposta até a consolidação da Justa Trama de fato. (METELLO, 2007).

Para dar início à produção da Cadeia Produtiva, foram levantados os recursos necessários através de projetos apoiados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e Fundação Banco do Brasil (FBB). Estes recursos eram destinados ao capital de giro e ao subsídio das reuniões da coordenação da cadeia. A coordenação da Justa Trama organiza-se através de encontros trimestrais que ocorrem rotativamente nos locais onde seus elos encontram-se situados, e cada empreendimento era representado por no mínimo um integrante. Nestas reuniões também participam a ESPLAR e a UNISOL, instituições de apoio e assessoria da Justa Trama. O desfile de inauguração da primeira coleção da cadeia ocorreu em outubro de 2005 na comunidade do Cantagalo-RJ.

Metello (2007) aponta que, até o momento de sua pesquisa que se intitula “Os benefícios da associação em Cadeias Produtivas Solidárias: O caso da Justa Trama”, a cadeia organizava-se para a constituição de uma Central (que é uma cooperativa formada por no mínimo, três outras cooperativas). Pois a título de atualização, apontamos que esse processo já se efetuou e infelizmente, por requerer estrutura legal de cooperativa aos seus participantes, provocou empecilho e necessidade de reorganização formal para participação de alguns elos da cadeia, como a ADEC e a Fio Nobre, organizadas anteriormente sob o estatuto de associações.

Ainda com o objetivo de atualizar as informações levantadas pelo estudo de Metello, apresentamos o fluxo produtivo da cadeia apontado pela autora e logo em seguida, apresentamos um novo fluxograma, com atualizações dos acontecimentos mais recentes. É importante frisarmos que a diferença de tempo de coleta entre os dados de nossa pesquisa e a da pesquisa de Metello não chega a dez meses, e isto evidencia a intensa dinâmica inerente ao processo de constituição da cadeia, além de lembrar-nos que toda pesquisa representa um estático recorte do objeto estudado em certo tempo-espço. Mas, também é importante frisarmos que nem por isto o estudo da autora, ou mesmo o nosso, perde seu caráter pioneiro e contributivo para a compreensão do fenômeno.

A seguir gráfico apresentado por Metello (2007, p.91):

Gráfico 4: Organograma da Justa Trama proposta por Metello (2007):

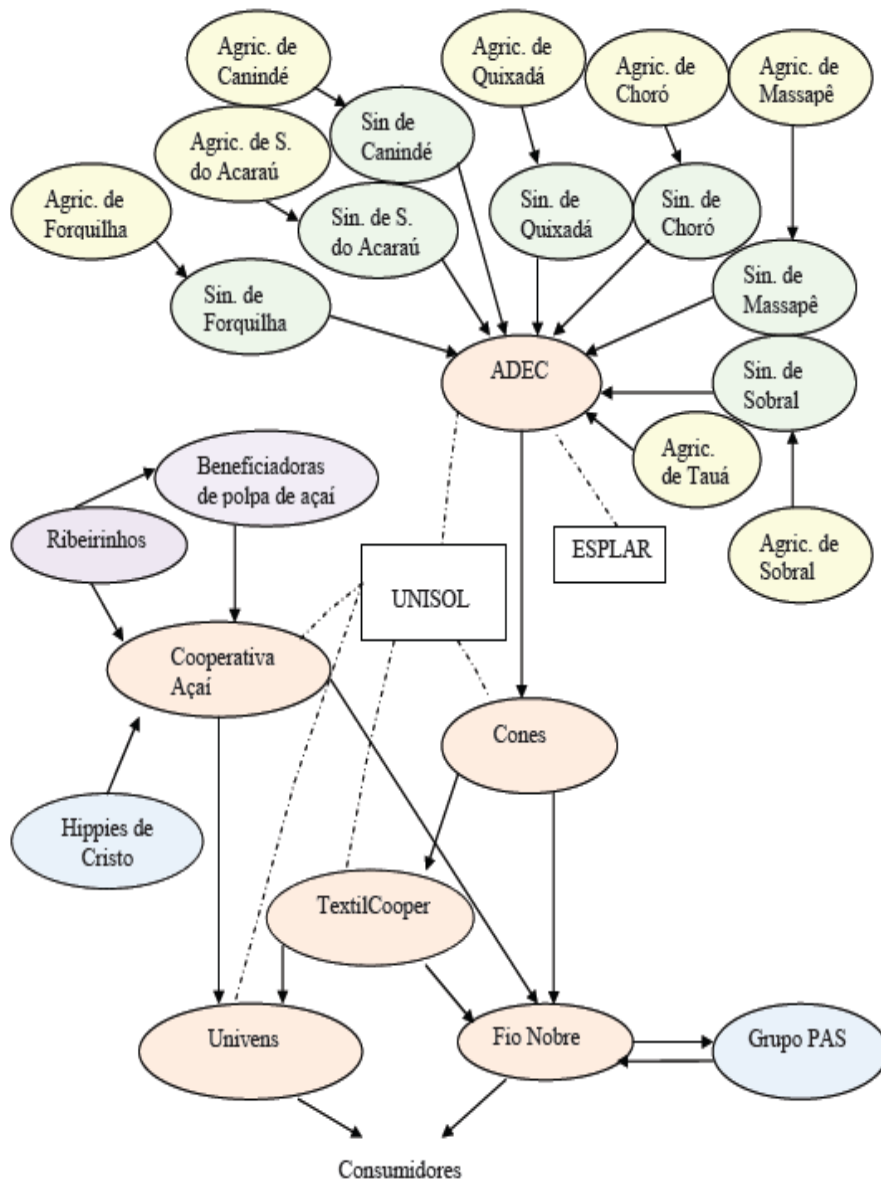
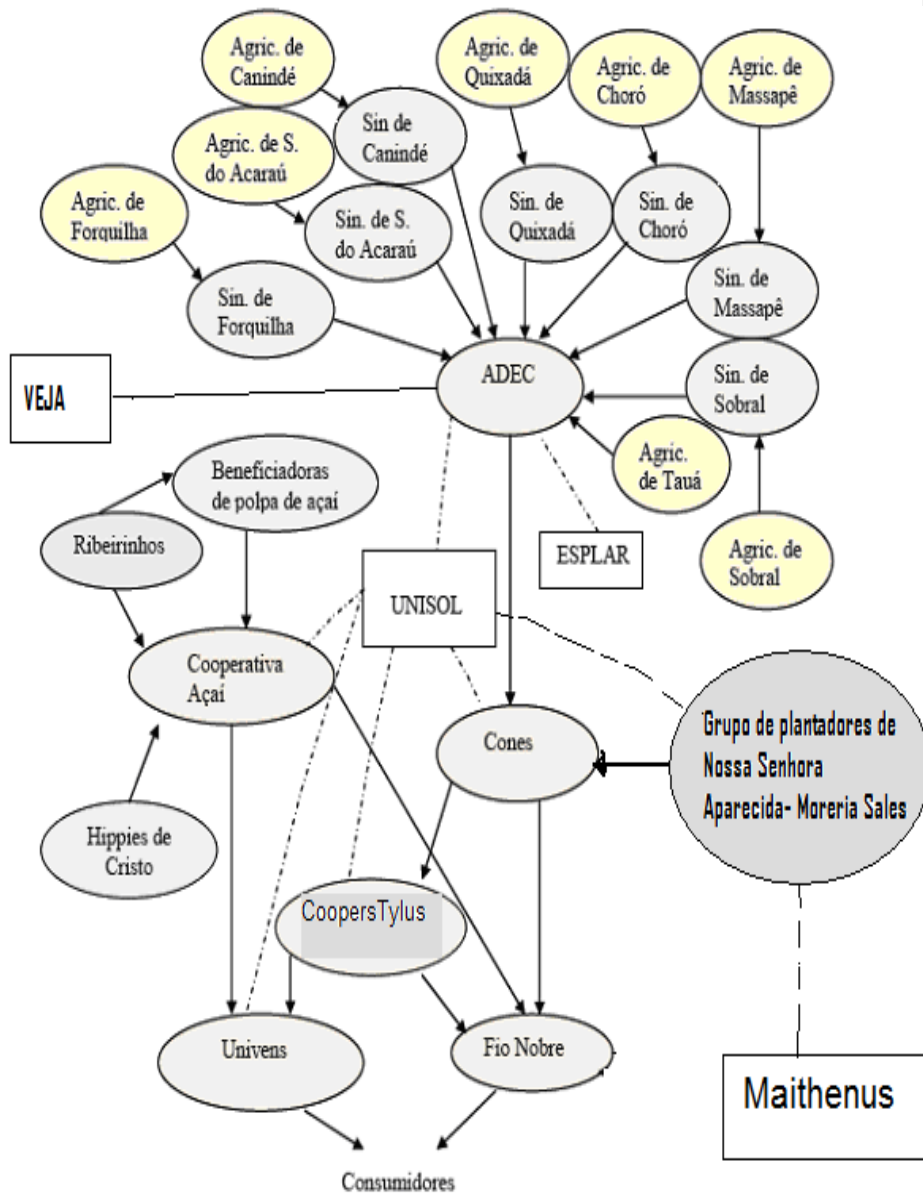


Gráfico 5: Organograma atualizado pela nossa pesquisa em 2008:



A seguir, apresentaremos nosso processo de imersão no campo de pesquisa, buscando realizar uma análise sócio-histórica dos elos da Cadeia Produtiva. Lembramos que o processo de imersão no campo é a vivência mais rica que a prática da pesquisa pode oferecer. Recordando nosso desejo inicial de colocarmo-nos como cartógrafos no contato com estas afetações, abrimos as percepções para objetos, cores, sutis percepções, falas e outros estímulos ao longo desse trajeto.

Entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008 foram firmando-se os caminhos a serem seguidos no objetivo de percorrer a Cadeia Produtiva de ponta a ponta. Desde o início a Justa Trama chamava-nos a atenção por unir, sob a mesma proposta, sete empreendimentos que se apresentavam em locais geograficamente tão distantes uns dos outros. Isto a caracteriza como uma proposta inovadora e arrojada que coloca no mesmo patamar os plantadores (no caso, plantadores de algodão ecológico), fiadores, tecelões e costureiras.

O percurso da Justa Trama parte da plantação de algodão orgânico em áreas rurais do Ceará e do Paraná, este algodão passa por um processo de tecelagem e fiação em São Paulo e torna-se roupa em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os adereços, botões e tintas são extraídos de sementes naturais coletadas na selva amazônica em Rondônia.

O primeiro embate no planejamento da viagem foi a difícil decisão de não visitar esta região amazônica, experiência que seria riquíssima, mas aumentaria muito os custos e o tempo da viagem. “O processo de constituição de uma imersão desta forma no campo de pesquisa exige a sensibilidade de perceber onde a própria realidade nos impõe limites, isto foi algo que me defrontei inúmeras vezes.” (Diário de Campo)

Dia 06 de fevereiro marca o início do trajeto que busca, em cinco semanas, passar pelos cinco (dos seis) elos que compõem a Cadeia Produtiva Justa Trama. Nosso percurso objetiva saindo de Porto Alegre -RS chegar até Itajaí – SC, depois Maringá – PR, Nova Odessa, Santo André – SP e finalmente Tauá – CE. A seguir socializamos as anotações do diário de campo e convidamos o leitor para realizar esta viagem conosco.

4.1.1 ITAJAÍ-SC

A chegada em Itajaí deu-se por volta das 07:00 do dia 06/02/08. Perto das 08:00, pego a condução para dirigir-me até a casa de Márcia, integrante da Fio Nobre. Itajaí é uma cidade com cerca de 300 mil habitantes, cidade de médio porte, mas que guarda ares de cidade pequena. Belas praias, índices positivos em relação a vagas de emprego, e um grande porto que garante a constante expansão comercial.

Quem me recebe na frente de casa é Moisés, marido de Márcia e também associado da Fio Nobre, grupo responsável por confeccionar roupas da Justa Trama em Santa Catarina. A sede do grupo é nos fundos da casa de Márcia e Moisés. Logo em seguida conheço Idalina, ativista política, defensora da Economia Solidária e uma das articuladoras da Fio Nobre e idealizadoras da Justa Trama.

Ela e Márcia visivelmente são as pessoas que organizam o grupo do trabalho que, ainda sem sede própria e com uma demanda média, aguarda aprovação de um projeto enviado para Petrobrás com o intuito de construir um centro popular de geração de trabalho e renda que seja sede tanto da Fio Nobre quanto de mais três cooperativas (duas de costura e uma de alimentação). As costureiras do grupo, em grande parte, são senhoras aposentadas, bem dispostas e animadas com a proposta da Justa Trama. Aparentemente, a maioria não possui exclusivamente como demanda os aspectos financeiros, mas sim a ocupação cotidiana e a convivência em grupo.

A Fio Nobre iniciou em 1995 como uma pequena empresa idealizada por dois casais. Por problemas financeiros veio a falir, passando certo tempo fechada e, posteriormente, com o envolvimento de seus criadores nos projetos de geração de trabalho e renda através da ótica da Economia Solidária, em 2001 foi reaberta, assumindo os moldes de um grupo informal de trabalho. No fundo da casa as mulheres trabalham com seis máquinas de costura, mas é na loja localizada perto do porto que vendem seus produtos.

O Centro Público de Economia Solidária é um espaço de comercialização e formação utilizado pelos grupos de Ecosol da região. Uma parceria entre Prefeitura, universidade e movimento popular possibilita que diversos produtos, inclusive os da Justa Trama, além de uma Lan Hause e uma lanchonete de produtos naturais, serem comercializados diretamente para a comunidade e para os turistas que passam pelo porto. A administração da loja fica por conta de Márcia e de outros técnicos da prefeitura que trabalham com ECOSOL. Além disto, no andar superior da loja existe um salão utilizado para palestras, reuniões e encontros de formação.

Tanto o tamanho quanto a beleza da loja impressionam. Tendo em vista que uma das grandes dificuldades dos empreendimentos de ECOSOL é encontrar um lugar qualificado para a comercialização de seus produtos (Mapeamento de ECOSOL), a constituição desta loja representa algo de muito importante. Além disto, possuir um lugar que congregue os diversos grupos da região em um espaço, sobre uma mesma proposta, fortalece o movimento da ECOSOL, garantindo assim maior coesão, engajamento e representatividade.

Como refere Metello (2007, p. 88) sobre a colocação da Fio Nobre dentro da cadeia produtiva, “parte dos fios que é produzida pela Cones é encaminhada diretamente para a Fio Nobre, microempresa autogestionária que fabrica o fio composto para crochê e fitas para outros fins. Na

Justa Trama, fabricam os fios utilizados no crochê e no tear manual e, juntamente com o Grupo PAS (Produção Alternativa Solidária), também produzem peças de tecido (que vinham da Textilcooper) como saias, calças, batas e cangas; bolsas de tear manual e blusas de crochê.”

Para fins de esclarecimentos, é importante ressaltar que a Fio Nobre continua realizando as mesmas atividades apontadas pela autora em sua pesquisa, contudo, duas alterações ocorreram ao longo deste tempo: primeiramente, o Grupo PAS passou por um processo de fusão e hoje encontra-se como parte integrante da Fio Nobre, inclusive abdicando de sua antiga nomenclatura.

Outro ponto importante que abordaremos posteriormente, diz respeito a Textilcooper. Como podemos perceber na comparação dos fluxogramas expostos anteriormente, a Textilcooper encerrou suas atividades por dificuldades de gerenciar antigas dívidas, assim, através do apoio da prefeitura de Santo André, outro grupo chamado CooperStylus constituiu-se e atualmente responde pelas demandas da Justa Trama no processo de tecelagem dos fios de algodão.

Atualmente a Fio Nobre apresenta-se formalmente organizada sob o estatuto de cooperativa, possuindo cerca de 20 associados, entre os quais 10 trabalham na confecção das roupas, e os demais são colaboradores e articuladores. Durante as entrevistas todas as trabalhadoras demonstram pleno conhecimento sobre a Justa Trama, e também demonstram terem encontrado uma forma interpessoal harmônica de gerenciar aquele grupo de trabalho. Atualmente a produção da Justa Trama possibilita cerca de 7 meses de trabalho ao grupo, que recebe sua cota posteriormente, quando as roupas forem comercializadas.

O tempo é curto, o percurso é longo: mochila nas costas, passagem na mão, rumo a Maringá. Partida dia 08/02 à noite, chegada dia 09/02 às dez da manhã.

4.1.2 MARINGÁ/MOREIRA SALES - PR

Na chegada a Maringá já se encontram a minha espera Jéferson (técnico da incubadora da universidade em convênio com a UNItrabalho) e Marcos (técnico agrônomo da Maitheus – ONG) que promovem capacitação sobre plantio agroecológico para aos moradores do meio rural. De imediato entramos no carro e nos dirigimos durante 2 horas para Moreira Sales, distrito rural de Maringá, com cerca de 3 mil habitantes. Lá encontra-se um dos elos de plantação de algodão ecológico ligados a Justa Trama. Marcos e Jéferson recebem verba destinada pelo Plano Nacional de Qualificação (Planceq) para realizar oficinas de qualificação destes agricultores. “Hoje ocorrerá a penúltima oficina.” (Informa Jeferson. Diário de Campo).

Durante a pesquisa de Metello (2007) este grupo não fazia parte da cadeia, um grupo de seis plantadores que resolveu arrendar um terreno em conjunto para, pela primeira vez, plantar de forma coletiva e ecológica. Este tipo de plantio era desacreditado na região, onde impera a cultura do cultivo com agrotóxicos e pesticidas.

O algodão, plantado de maneira convencional, recebe cerca de 16 diferentes tipos de pesticidas contra pragas e doenças, como a proposta de plantar sem o uso de veneno químico é algo novo para a comunidade e ainda instiga desconfianças, os plantadores resolveram arrendar em conjunto uma pequena parcela de terra para fazer uma primeira experiência. Através do curso do Planceq, aprenderam a produzir pesticidas e fortificantes orgânicos, cuidar da terra na entressafra e compreender como funciona o ecossistema da região, o motivo da existência das pragas e as consequências dos pesticidas convencionais. As plantações de algodão sofrem com o ataque do bicudo, inseto que insere larvas e apodrece o fruto do algodão. Na década de 90, contam os plantadores, o excesso de uso de pesticidas convencionais acabou com o predador do Bicudo e este, por sua vez fortalecido, acabou com as plantações de algodão.

A saúde no trabalho é uma das mais importantes melhorias que os plantadores apontam ao afirmar os benefícios de participar da Justa Trama. Realmente, a possibilidade de plantar sem o agrotóxico era algo desconhecido na região. Além disto, enquanto 15 quilos de algodão convencional são vendidos por 14 reais em média, os mesmos 15 quilos de algodão ecológico são vendidos a 22 reais. Isto é fruto de uma conscientização interna da própria cadeia ao trabalhar sobre a perspectiva do preço justo e da valorização do trabalhador.

Os ganhos para esta comunidade são visíveis, a questão do desenvolvimento local é explícita. Através desta iniciativa de plantio coletivo a comunidade desencadeou um profundo processo de solidarismo e coesão comunitária; atualmente, em um dia da semana pré-combinado, todos trabalham na roça comunitária, onde plantam de maneira ecológica algodão, milho e feijão. Isto faz com que neste dia da semana, além dos sábados, dia das oficinas do Planceq, eles realizem almoços coletivos, um momento de descontração, troca e comunhão onde, com músicas e histórias, repassam para as crianças os saberes populares, trocam experiências e fortalecem os vínculos (Diário de Campo).

“A comunidade está muito mais unida, nunca que nós íamos almoçar juntos duas, três vezes na semana, hoje é isso aí que tu tá vendo, cada um traz um pouco de casa e a gente come tudo junto. Passamos de vizinhos para amigos.” Relata Elizabeth, moradora da região.

Leide é uma das líderes comunitárias, na diretoria da Justa Trama representa o grupo de seis homens que plantam na roça. O fato de uma mulher representar e organizar o grupo de plantadores significa, dentro do contexto rural, um marco importante na reversão das lógicas

relacionais de gênero. Neste sentido, outro elemento interessante se apresenta: as mulheres, respectivas esposas dos plantadores, que antes limitavam-se aos serviços domésticos também se organizaram e hoje compõem um grupo de costureiras que objetiva, em breve, também entrar para a Justa Trama, confeccionando roupas com a matéria prima ecológica produzida por seus maridos.

“Antes nós ficávamos em casa paradas, dependendo do marido para tudo, hoje estamos trabalhando e às vezes quem empresta dinheiro para o marido e bota as coisas dentro de casa é a mulher. É, a coisa aqui se inverteu.” (risos). (relato da coordenadora do grupo de Costura Nossa Senhora Aparecida)

Esta reversão das lógicas relacionais entre homens e mulheres acaba por produzir nova dinâmica e configuração no contexto desta comunidade, onde a troca entre os gêneros apresenta-se de maneira respeitosa e complementar.

Expressando as contradições existentes em toda a comunidade, mesmo com a relativização a respeito do papel da mulher na esfera social, doméstica e laboral, as questões de divisão de gênero ainda encontram força e espaço para se reproduzirem. Após a oficina do Planceque, por exemplo, os homens cantam, tocam violão, contam histórias, enquanto as mulheres cozinham. Da mesma forma, após o almoço os homens sentam-se sob a sombra fresca da igreja enquanto as mulheres lavam a louça.

Isto nos leva a seguinte reflexão: será que realmente está havendo uma inversão na lógica (o que implicaria tanto nos homens assumirem atividades antes desempenhadas pelas mulheres, quanto nas mulheres assumirem atividades antes desempenhadas pelos homens) ou de fato, se configura como um movimento das mulheres de, além de lidar com suas atribuições culturalmente constituídas, desbravarem, por conta, outras práticas e outros espaços de ação? Em outras palavras: será que de fato, essa mudança ocorre para ambos ou é ocasionada pela movimentação dinâmica de uma das partes?

Outro fenômeno evidente na comunidade refere-se à prática religiosa. A igreja é o lugar onde todos se reúnem, lugar onde também escolheram fazer a nossa entrevista. A forma como foi realizada a entrevista também evidencia aspectos de coesão comunitária, pois os trabalhadores decidiram fazê-la todos juntos, em grupo, mesmo eu ressaltando que poderiam ser só dois ou três, um de cada vez, o grupo preferiu ficar junto, em uma explícita demonstração de união e cumplicidade.

Ao término da entrevista, seu Otacílio (65 anos, plantador) aponta para um canto da igreja onde, ao lado do altar, encontra-se uma porção de galhos e gravetos amarrados e pendurados no teto:

- Tu sabes o que é aquilo? (me pergunta Otacílio)

- Não. (Eu respondo).
- Tu consegues quebrar um galinho daqueles com a mão não é?
- Sim, facilmente, eles são bem fininhos.
- Mas tente quebrar todos eles juntos como estão ali amarrados, para ti ver se consegues.
- Concordo que todos juntos é impossível, formam um denso volume de galhos.
- Isso representa nós aqui, nossa união: juntos somos fortes, nada nos quebra. (me ensina se Otacílio).

No fim do dia, um passeio pela plantação de algodão ecológico que apresenta mudas que já chegam aproximadamente a um metro de altura. As seguidas chuvas colaboram com a plantação que, germinada há 8 meses, possui previsão de colheita para daqui a 5 semanas.

Refletindo sobre a prática destes inúmeros técnicos que fomentam a produção destes grupos de geração de trabalho e renda, percebemos que, mesmo com inúmeras metodologias existentes, com diversidades regionais e peculiaridades de cada equipe, os técnicos envolvidos com a Economia Solidária, de maneira geral, guardam inúmeras semelhanças: primeiramente, é perceptível a íntima relação (formal ou informal) destes profissionais e suas instituições com componentes políticos, por vezes, político-partidários. Nas incubadoras, nas universidades, nas ONGs e instituições técnicas, é evidente a presença de membros de partidos e correntes políticas, principalmente de esquerda. Seria parte sobressaliente do devir militante:

A postura de educador popular, valorizando e partindo da vivência de cada comunidade para assim desenvolver profundos conhecimentos que são intimamente atrelados à realidade de cada caso também é algo marcante nestes profissionais. Poderíamos dizer o Eu técnico.

Ao término da visita, retornamos a Maringá e realizamos contato com Nova Odessa-SP, próxima parada em nosso roteiro. Será necessário pegar um ônibus até Campinas e de lá para Nova Odessa, cidade onde se localiza a CONES (Cooperativa Nova Odessa) ao sul do Estado de São Paulo. Saída às 22:15 do dia 13/02, chegada em Campinas 07:00 do dia 14/02, de lá uma hora e meia até Nova Odessa.

4.1.3 NOVA ODESSA - SP

Nova Odessa é uma cidade localizada ao sul do estado paulista, com aproximadamente 50 mil habitantes. Guarda ares de cidade pequena, porém com grandes fábricas e boa estrutura de comércio. Localiza-se em uma região de alta produção têxtil em São Paulo.

A Cooperativa Nova Esperança (CONES) é um grande empreendimento. A produção organiza-se em diversas equipes que se revezam durante os três turnos. Impera um espírito empreendedor, onde se busca excelência na produtividade e uma boa colocação dos produtos no mercado consumidor. Cada associado possui discriminadas suas tarefas e, se desejar assumir algum cargo da administração, deve conciliar suas atividades com os afazeres desta segunda função. Isto promove certa sobrecarga de atividades para alguns trabalhadores.

Quem me recebe é Célia, uma conselheira administrativa. Espero em sua sala até ela resolver uma série de problemas, depois vamos até outra sala onde ela se disponibiliza a conversar e saber da pesquisa.

A CONES é uma empresa recuperada que produz fios de algodão. Quando faliu foi assumida pelos ex-funcionários que hoje, em modelo cooperativo, administram a fábrica, que possui cerca de 300 associados e 35 funcionários. No início deste processo de recuperação encontraram muita dificuldade na compreensão dos trabalhadores sobre o que é e o que significa fazer parte de uma cooperativa.

É bem presente entre os trabalhadores a reflexão sobre os embates que uma cooperativa enfrenta nos dias atuais ao entrar no mercado consumidor: o paradigma da tecnologia, onde as demandas do mercado exigem maquinário mais atualizado, implicaria na diminuição da mão de obra. Esta consequência da tecnologização dos processos produtivos é um dos mais citados pelos trabalhadores. Em uma empresa formal, este problema é rapidamente resolvido através de demissões, mas na cooperativa a resolução é muito mais complexa e refere-se a um “mix” de qualificação profissional e necessidade de criação de novas frentes de trabalho em algumas outras áreas do empreendimento. (Diário de Campo)

Os benefícios ao cooperativado em relação à situação anterior de assalariado são evidenciados por todos: primeiro na questão financeira, pois hoje os cooperados da Cones recebem de um a dois terços a mais em relação ao teto salarial têxtil da região; o segundo ponto refere-se aos benefícios educacionais, visto que, através de convênios com escolas, foi zerado o índice de analfabetismo entre os associados. Grande parte deles terminou os estudos e hoje direciona-se para cursos profissionalizantes. A Cones conta com um fundo que financia até 60% dos custos referentes aos estudos de seus associados.

A Cones produz fios de algodão puros (como no caso dos fios para a Justa Trama) e fios mesclados com algodão e poliéster que são tingidos com corantes químicos. A produção mensal da fábrica aproxima-se a 500 kg de fios de algodão. Uma das grandes dificuldades da Cones, (que é o maior empreendimento dentro da cadeia) em participar da Justa Trama refere-se a quantidade pequena de fios orgânicos que a cadeia demanda, isto torna oneroso trabalhar com algodão

ecológico. *“O fio ecológico não pode ser misturado com o convencional, e isto faz com que, para produzir o fio adequado para a Justa Trama, seja necessário fazer uma limpeza dos equipamentos para não deixar resquícios da produção anterior. Em última análise, isto faz com que a produção que é continuada tenha que parar e após cerca de 40 minutos seja retomada apenas com o algodão ecológico.”* (Técnico da CONES)

Como refere Metello (2007), quando o algodão em pluma chega a Cones ele é estocado e uma amostra segue para o controle de qualidade. Enquanto os testes de qualidade são realizados, o algodão segue para seu processo de transformação em fios. Primeiramente, todo algodão passa pelas cardas, posteriormente, pelos passadores. Terminada esta etapa podem seguir dois caminhos, dependendo da qualidade desejada para o produto final: podem ir para o filatório, onde se origina um produto mais simples, ou para a massoqueira, depois para o filatório em anel e em seguida para a conicaleira, para ser transportado ou tingido, obtendo-se assim um fio de melhor qualidade. Ao término, os fios da Justa Trama são transportados pela própria Cones para Santo André e Itajaí.

Pelo fato de o fio ecológico representar uma parcela muito pequena de trabalho dentro da cooperativa, não chegando a demandar 24h seguidas de trabalho por mês, e também por não passar pelo processo de tingimento, percebemos que uma parcela significativa dos associados apenas ouviu falar sobre a Justa Trama.

Outra dificuldade enfrentada na relação Cones – Justa Trama, além das disparidades de estrutura e produção, refere-se ao posicionamento ideológico. Para os representantes da Cones, dentro da cadeia produtiva as discussões, relações e intervenções são por demasiadas políticas e eles se apontam como uma empresa prática, objetiva. Também, por já ter percorrido seu próprio processo de estruturação em forma de cooperativa, a Cones não se mostra muito disposta, avaliando inclusive não dispor de recursos humanos, para acompanhar de perto o processo de constituição da cadeia produtiva.

Mesmo assim, a Cones possui um papel importantíssimo dentro da cadeia, pois garante de maneira antecipada a compra da produção de algodão realizada pelos plantadores, além de incentivar o aumento da produção de algodão ecológico por entender que possui capacidade de abrir novos mercados para este produto. Sem a certeza antecipada de compra do algodão ecológico seria inviável garantir a produção. *“A Cones, que se caracteriza como o maior grupo de trabalho dentro desta cadeia produtiva, apóia o projeto não por questões e benefícios financeiros, mas sim por motivações filosóficas, por acreditar na proposta do cooperativismo, da Economia Solidária, por perceber a importância do orgânico e por saber de seu compromisso no apoio a outras cooperativas e associações de produção.”* (Diário de Campo)

Outro apontamento de discordância da Cones sobre a Cadeia Produtiva Justa Trama diz respeito a sua sustentabilidade, do ponto de vista da cooperativa a Cadeia Produtiva, passados aproximadamente três anos de sua fundação, já deveria e poderia ter condições de emancipar-se dos apoios e projetos governamentais dos quais ainda necessita para manter-se.

Mesmo com esta série de diferenças nas práticas e percepções, diferenças que realmente compõem o desafio de consolidar uma cadeia produtiva tão vasta e diversificada, a Cones apresenta uma série de exemplos bem sucedidos de como guiar e administrar uma grande cooperativa: desenvolveram uma central de tratamento de água para realizar uma devolução adequada para a natureza da água utilizada para o tingimento do algodão convencional e além disto existe toda uma dinâmica democrática de beneficiamento aos próprios associados em relação as vagas abertas para novos cargos e funções, onde todos podem estar cientes das possibilidades e se inscreverem para as respectivas vagas, separam o lixo reciclável produzido no cotidiano da fábrica, entre outras medidas solidárias e ecológicas.

De maneira geral, parece que a Cooperativa Nova Esperança conseguiu atingir um equilíbrio dentro da necessidade de ser internamente cooperativa e solidária e externamente competitiva e arrojada, paradoxo enfrentado por grande parte dos empreendimentos solidários que buscam uma posição para além da sustentabilidade de seus integrantes e almeja crescimento, consolidação e conquistas econômicas, estruturais e produtivas.

Sobre este ponto, o tamanho da fábrica chama a atenção, assim como sua maneira metódica de funcionar. “Parece-me que quanto maior o grupo de trabalho maior a dificuldade em realizar a gestão na base do consenso, nestes casos parece imperar outra lógica, da maioria, do voto. Em contato com estas experiências, percebemos que autogestão não é ausência de hierarquia e funções, mas sim uma relação diferenciada entre estas esferas.” (Diário de Campo). Na Cones, pelo que percebemos, quem obedece são os líderes e representantes de setores, obedecem ao grupo maior de associados que sentem-se apoderados da fábrica e de sua gestão. Autogestão também não significa ausência de burocracia, mas me parece que todos possuem clareza de como ela funciona, tornando-a assim não tão desgastante; existe um fluxo, uma dinâmica, mas isto está dado de forma transparente, principalmente em relação a prazos, demandas, funções, deveres e direitos.

Por fim, me parece que a chamada burocracia, dentro desta cooperativa, está realmente voltada para que a fábrica funcione, não existe maneira de não ordenar o fluxo das coisas quando se possui um grupo com tantos trabalhadores, mas que esta ordem seja salutar, que agilize os processos e que facilite a vida de todos. Parece-me o oposto da lenta e truculenta burocracia que estamos acostumados a ver nas empresas formais, serviços públicos ou até em outras cooperativas.

Além disto, a cooperativa, em parceria com associados, mantém junto à prefeitura um centro de lazer comunitário, espaço que conta com escolhinhas de futebol, churrasqueiras, salão de festas, e outras áreas de lazer.

Realizadas as entrevistas, três dias após minha chegada, é hora da partida rumo a Santo André. Vamos visitar o Grupo de Costureiras Cooperstylos, responsável pela tecelagem dos fios encaminhados pela Cones.

4.1.4 SANTO ANDRÉ - SP

Como referido anteriormente, a Cooperstylos é um grupo criado recentemente, com apoio da prefeitura de Santo André, atualmente ocupa o lugar da extinta Textilcooper dentro da cadeia produtiva. Como diagnosticou Metello (2007), a Textilcooper era um grupo oriundo de uma empresa convencional que passou por um processo falimentar ao apresentar dificuldades no exato momento histórico em que o mercado nacional abria-se para capitais estrangeiros. Em 1999 encerrou seus trabalhos, logo depois transformando-se em Textilcooper. Porém a cooperativa, sem conseguir dar conta das antigas dívidas da empresa e de sua produção sazonal, também encerrou seus trabalhos após sete anos de funcionamento.

Fundada em 2007, a Cooperstylos produz roupas e uniformes através do trabalho de 14 costureiras que se reúnem em uma sede do grupo cedida pela prefeitura. Em Santo André, impressiona a estrutura da prefeitura na área de geração de trabalho e renda. Administrada há 12 anos pelo Partido dos Trabalhadores, Santo André constituiu uma ampla rede de apoio e um Centro de Acompanhamento a Geração de Trabalho e Renda que também assessora trabalhadores formais ou informais em diversas questões trabalhistas.

Na Cooperstylos uma parte significativa das trabalhadoras eram donas de casa que não tinham, anteriormente, outra ocupação se não as atribuições com os filhos e maridos. Deixam explícito em seus relatos o quanto que a Economia Solidária tem a contribuir para as questões de gênero e raça também. Este grupo está incubado há dois anos, realizou cursos do Senac, capacitações em Ecosol e hoje se apresenta como um coletivo extremamente capacitado tecnicamente e consciente frente às questões ideológicas implicadas nessa caminhada.

Suas atividades se referem às mais diversas costuras (roupas, bolsas, uniformes, etc.) contudo, em relação a Justa Trama, sua ação baseia-se na transformação da linha em tecido através de uma máquina doada pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Até o momento de nossa visita, essa máquina ainda não se encontrava em funcionamento, pois esperava

por peças novas para poder trabalhar. Mesmo sem a máquina em funcionamento elas já estão participando das reuniões da cadeia produtiva e desejam, além da confecção do tecido, apropriarem-se do segmento de roupas infantis da Justa Trama.

No final da visita ainda tive a possibilidade de acompanhar um encontro de capacitação promovido pelo Planceq em parceria com a prefeitura. A oficina abordou as diferenças entre os fios sintéticos, orgânicos e artificiais, os tipos de algodão e o mercado de trabalho têxtil.

Um dado interessante que se repete na questão do plantador do algodão, refere-se ao preço pago pelo trabalho: enquanto uma costureira de facção, que trabalha em uma fábrica industrializada como assalariada, ganha cerca de 0,40 por peça, as costureiras daquele grupo de Economia Solidária chegam a ganhar 1,10 por peça.

Outro movimento interessante deste grupo refere-se aos laços interpessoais criados entre estas trabalhadoras: quase todas relatam que antes de entrar para este grupo de trabalho não tinham tantas amigas quanto agora, que nunca haviam passado pela experiência de viver, na esfera do trabalho, num ambiente tão prazeroso, e que antes dessa experiência olhavam com certa desconfiança para a idéia de formar uma cooperativa. Atualmente, trabalham juntas diariamente, das 08:30 até às 17:30, almoçam juntas em uma cozinha localizada junto à sede, onde elas mesmas se revezam na organização da alimentação.

Um grupo que apresenta muita consciência e ímpeto profissional, aponta como uma das maiores demandas no processo de participação da Justa Trama uma relação mais aproximada com os outros participantes e segmentos, mesmo assim percebem-se beneficiadas em participar dessa proposta de trabalho. (Diário de Campo)

Após três dias terminamos nossa visita a Santo André. Com entrevistas e fotografias nos direcionamos a São Paulo capital de onde pegaremos um avião para Fortaleza – CE.

4.1.5 FORTALEZA/ TAUÁ – CE

Na Chegada à metrópole cearense percebe-se logo por que Fortaleza intitula-se a São Paulo do nordeste. Com aproximadamente 4 milhões de habitantes, apresenta-se como uma cidade populosa, com grandes prédios, alguns pontos turísticos e praias bonitas, porém algumas poluídas, outras aterradas com grandes bancos de areias e blocos de pedra.

Logo em minha chegada fui para a ESPLAR, instituição de apoio e fomento às práticas agroecológicas na região do semi-árido do Ceará. A ESPLAR há 11 anos trabalha no assessoramento aos plantadores e é uma das instituições pioneiras na defesa dos agroecológicos.

Quem me recebe é o técnico da instituição Pedro Jorge, conversamos sobre o projeto de pesquisa, sobre o trabalho da ESPLAR, olhamos os mapas e traçamos uma estratégia de curso até Tauá, região dos plantadores. Tauá é a cidade onde encontra-se a ADEC – Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural, que congrega plantadores de algodão ecológico, e encontra-se aproximadamente a 400 Km de Fortaleza em direção ao centro do estado, localizada aproximadamente a 60 km da fronteira com o Piauí.

A chegada a Tauá é lenta, passando por várias cidades e vilarejos onde a cor cinza – seca e as casas de barro, típicas da caatinga, prevalecem na paisagem. A pobreza e a fartura contraditoriamente habitam o mesmo Estado, verdes mares de um lado e vastas secas do outro.

Após seis horas de viagem quem me espera na rodoviária é Chiquinho, contador da ADEC, que de moto me leva ao centro da cidade onde me hospedo em um singelo hotel. Tauá possui uma média de 60 mil habitantes, porém apenas 30 mil moram na região urbana. Realmente uma cidade pequena onde quase todas as pessoas se conhecem e ao final da tarde sentam-se em frente as suas casas para aproveitar o agradável clima noturno. Uma igreja, uma praça central, alguns barzinhos, um campinho de futebol, algumas árvores e era isto. O clima é de passividade, apesar disto, as pessoas sempre me olham com olhares curiosos, os homens geralmente de maneira meio desconfiada.

Volta e meia passa um caminhão da prefeitura borrifando veneno para dengue em tudo que é lugar, nas pessoas, nas casas, nos bares, nos copos, nas crianças. Alguns reclamam, outros tapam o nariz, outros não estão nem aí. Eu prefiro tapar o nariz, por via das dúvidas...

Como podemos perceber nas entrevistas, a ADEC – Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural iniciou em 1986 como um espaço para congregar artesãs e costureiras da cidade. Com o passar dos anos o projeto foi se modificando, houve o fechamento daqueles grupos e em 1993 o Sindicato dos Plantadores Rurais resolveu assumir a associação. Alguns dirigentes do sindicato tinham planos de dar acompanhamento profissional, político e comunitário para os plantadores, mas entendiam que o sindicato não era o melhor espaço para isto, através de parceria com a prefeitura, assumiram a ADEC.

A ADEC se caracteriza por ser uma associação de plantadores de produtos ecológicos. Os plantadores possuem roças individuais e cooperam no momento do refinamento e venda - neste momento é que entra a ADEC, que recebe, limpa, estoca e encontra comprador para os produtos.

Como refere Metello (2770, p. 84) a respeito da abordagem da ADEC sobre o algodão:

O algodão é então descarado em um equipamento com capacidade de 400 kg/dia e em seguida, o algodão sem caroço, ou como é chamado, o algodão em pluma, segue para prensa. Da prensa são retirados fardos de cerca de 20 kg de algodão em pluma, prontos para serem pesados, armazenados e em seguida comercializados.

O algodão comercializado pela ADEC é vendido em duas frentes: A Justa Trama e a VEJA – marca de tênis comercializado na Europa. Atualmente quem efetivamente garante, com pagamentos adiantados sistemáticos a plantação do ecológico e a certificação ecológica para os plantadores é a VEJA, que fica com aproximadamente 60% do algodão produzido. A Justa Trama assume a compra dos 40% restantes (perspectiva para 2008 de aproximadamente 15 Toneladas) através de programas e projetos de auxílio ao capital de giro financiados principalmente pelo Governo Federal.

Existem muitas dificuldades nesta caminhada, a ADEC visivelmente é uma instituição com poucos recursos, além disto existem também disputas internas políticas que representam diferentes visões entre os associados sobre a forma de gerenciá-la, estas visões muitas vezes são embasadas por opiniões político-partidárias distintas. Esta problemática gerou enfrentamentos e cisões nas últimas eleições para a presidência da associação: um aparente empate entre as duas chapas concorrentes contribuiu para o clima de conflito, um incêndio (apontado como criminoso por muitos dos sócios) consumiu grande parte dos arquivos e registros da associação e da própria eleição, a justiça foi acionada e o processo está em andamento. Na resolução prática da questão houve uma mescla entre as duas chapas para assumir a gestão da Associação e uma reengenharia interna, a começar pelo cadastramento de todos os sócios.

Outra dificuldade refere-se a um número significativo de plantadores que não faz questão de compreender o processo da cadeia produtiva, cooperativismo e as questões que se referem diretamente a esta forma diferenciada de plantio, produção e comercialização. Estes plantadores levam sua participação até a venda do produto para a ADEC, acreditam que é este seu papel, apresentam certa resistência em participar das reuniões, assembléias e formações. Mas de acordo com os técnicos, isto vem mudando através de trabalhos de conscientização.

Outra dificuldade que é apontada como contribuinte para este cenário é o fato de que muitos plantadores geralmente não plantam em suas terras, na verdade muitos não possuem terras próprias, vivem em acordo geralmente informal de cuidar da propriedade e em contrapartida, dela retirar sua subsistência. Isto faz com que se preocupem menos com técnicas de manejo de solo e cuidados com a terra na entressafra.

As ações de formação, assim como articulação com outros empreendimentos e compradores são algumas das funções desempenhadas pela ESPLAR na parceria com a ADEC. A ONG disponibiliza um técnico para dedicar-se exclusivamente ao contato direto com os plantadores, realizando visitas, acompanhamento das plantações e intercâmbio de informações.

Um fato interessante é que, diferentemente dos plantadores do Paraná, no Ceará já existe há muito tempo a cultura do plantio ecológico, contudo, o mesmo processo de coesão comunitária não é percebido, talvez justamente pelo fato dos plantadores do nordeste não possuírem um espaço de plantio coletivo.

Chagas, técnico e associado da ADEC, leva-me para conhecer a roça e lá percebo com clareza a dificuldade de plantar em um lugar tão seco. Aqui, o algodão do ano passado ainda espera por chuva para crescer, um algodão de 12 meses que ainda não atingiu 30 cm de altura. A relação do plantador com a chuva é interessante: alguns visivelmente se preocupam, reclamam, resmungam, outros (principalmente os mais velhos), mostram certo conformismo, aceitação, talvez uma espécie de sabedoria.

Outro ponto que chama atenção são as históricas e contraditórias ações do governo referentes ao plantio, pois subsidia sementes artificiais através de programas de crédito. A cor do milho sintético oferecido pelo governo é rosa-shocking e há muito pouco incentivo para produção ecológica.

Como percebemos, os desafios do plantio ecológico são de ordem política, social, geográfica, mercadológica, financeira, etc. Os apoios externos são vitais e o processo de conscientização de beneficiamento dos plantadores é lento e gradual. Mesmo assim, é considerado por todos (plantadores, técnicos, fiadores, gestores públicos, costureiras, organizações civis sem fins lucrativos) como um campo de possível crescente expansão e alta aceitabilidade no mercado.

Por fim, após quatro dias encerramos nossas entrevistas e visitas em Tauá, voltamos a Fortaleza e em quatro dias voltamos a Porto Alegre, onde realizaremos visitas e entrevistas na UNIVES – Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos, empreendimento mais ao sul da Cadeia Produtiva Justa Trama.

4.1.6 PORTO ALEGRE – RS

A Cooperativa Unidas Venceremos (UNIVENS) é um dos mais conhecidos e estudados empreendimentos de Economia Solidária, a seu respeito encontra-se grande número de citações em diversas referências sobre a temática do cooperativismo, das cadeias e redes entre empreendimentos, processos de organização e gestão cooperativa.

Fundada em 1996, a Univens, através da organização de 35 costureiras que encontravam dificuldades de reinserção no mercado de trabalho, apresenta-se como uma cooperativa de confecção que trabalha por encomendas, mas que também desenvolve produtos próprios como camisetas e calças com frases e imagens de Porto Alegre. Além disso, possuem um setor de

serigrafia e, em alguns casos, cada vez mais raros, de acordo com o relato de uma das coordenadoras, trabalham em escala e estrutura de facção.

Como aponta Metello (2007,p. 90) “existem duas etapas básicas da produção de peças, tanto da Justa Trama, quanto das encomendas que o empreendimentos recebe: o corte e a costura. No corte o tecido é estendido sobre uma mesa em diversas camadas, e em seguida o modelo é marcado sobre o pano e as peças são cortadas.” Após as peças são contadas e distribuídas para as costureiras, de acordo com o volume de trabalho e a qualificação e cada uma, onde se dá a segunda parte do processo. Existe ainda, em algumas peças, a terceira fase, a impressão do fotolito da Justa Trama. Existe a preocupação dos produtores de que a tinta utilizada para o fotolito também seja natural, extraída de sementes e ervas da Amazônia, mas a Cadeia Produtiva ainda não desenvolveu tamanha estrutura de coleta e produção para que estas tintas supram os números de peças confeccionadas.

Atualmente os vinte e quatro cooperativados, em uma carga-horária de 8 horas diárias, possuem uma produção média de dez mil peças por mês. A cooperativa se profissionalizou, montou sede própria e cada vez mais busca trazer benefícios e trabalho para seus cooperados.

Outro ponto que chama a atenção neste coletivo de trabalho refere-se à conscientização das costureiras sobre a Justa Trama, todas sabem o que é e, inclusive, a maioria já participou de atividades externas representando a marca. Isto, talvez, deva-se ao fato de que é na Univens que ocorre a maior parte da organização e articulação administrativa da Justa Trama, são elas, por exemplo, que coordenam as compras, vendas e repasse para os demais elos da cadeia. Além disto, a Univens, juntamente com a Fio Nobre, caracterizam-se como os maiores pontos de venda da marca, envolvendo assim seus trabalhadores em um empolgante processo de identificação com o produto final, sua ideologia e o contato com o consumidor.

Dentro da cooperativa as reuniões semanais são feitas para a organização da demanda de trabalho e reuniões quinzenais para fins administrativos e de gestão. Tais reuniões contam com a participação de todos e, como aponta uma das trabalhadoras, busca-se sempre que possível a tomada de decisão pelo consenso.

Nelsa, uma das coordenadoras da Univens e da Justa Trama, é uma conhecida ativista política, ligada a correntes partidárias de esquerda, que luta pelas formas organizativas diferenciadas na área da geração de trabalho e renda há muitos anos. Por toda sua articulação é uma das principais responsáveis na representação da Justa Trama, assim como na concretização de parcerias, projetos e contratos com apoiadores públicos e privados. Sua trajetória é referência dentro da Economia Solidária e visivelmente contagia as demais trabalhadoras com um espírito de militância participativa e consciente.

4.1.7 APONTAMENTOS

Chegamos ao término desta Análise Sócio-Histórica tomados pelas experiências e relatos destas pessoas que, por necessidade ou opção, dedicam-se à consolidação de outras possíveis formas do trabalhador se relacionar com seu trabalho. São lugares e histórias peculiares onde explicitam-se trajetórias diferentes, mas apontam para o mesmo rumo: a busca de maior autonomia e reconhecimento através da promoção de uma marca (Justa Trama) que carrega em si alto potencial conscientizador e transformador.

Assim, podemos realizar alguns apontamentos obtidos através desta análise. Realizando um comparativo com os estudos realizados por Metello em setembro de 2007 em relação a nossa pesquisa, realizada em fevereiro de 2008, podemos perceber inúmeras transformações na estrutura da cadeia: a fusão de uma unidade produtiva (PAS – SC) com outro empreendimento, a constituição de um novo elo de plantação orgânica no Paraná, a aderência de outras instituições de apoio, o fechamento de um empreendimento em Santo André e o rápido aparecimento de outro grupo de trabalho capacitado e pronto para receber as demandas da cadeia.

Estes elementos apontam para duas evidências: primeiramente ilustram o potencial dinâmico dentro da cadeia e do próprio movimento da Economia Solidária. Aqueles que ainda agarram-se a uma concepção linear dos processos sociais e comunitários estão atrelados a antigas concepções que, provavelmente, não encontram mais tantas reverberações na realidade. As mudanças percebidas dentro da cadeia produtiva nesse curto espaço de tempo entre as duas pesquisas demonstram justamente a não linearidade no processo de constituição das cadeias produtivas, onde, pelo emergir de novos elos, deve-se constantemente estar revitalizando os ideais e princípios fundantes desta associação.

A segunda evidência aponta para o fato de não ser o elemento “tempo” determinante para a consolidação concreta e segura da cadeia, pois justamente como apontado no parágrafo anterior, elos significativos da cadeia encontram-se em estágio inicial, isto nos leva a refletir se, mesmo após quase quatro anos de sua fundação, a Justa Trama ainda encontra-se em processo embrionário.

Outro apontamento evidente no percurso sócio-histórico referente às comunidades onde a Justa Trama possui seus elos produtivos traz a tona temáticas transversais a quase todos movimentos sociais na atualidade, neste caso em especial destacamos dois deles: gênero e saúde.

Através da apropriação feminina de nichos produtivos ainda não explorados dentro das comunidades vem ocorrendo a resignificação das ordens comportamentais referentes ao gênero nestas localidades. Se pensarmos, por exemplo, o caso de Moreira Sales, onde as mulheres, dividindo-se entre seus afazeres domésticos e novas atividades laborais, passam a ocupar outros

espaços dentro do contexto comunitário, garantindo maior representatividade nas relações sociais, encontramos o exemplo claro de como estas formas organizativas do trabalho podem contribuir com a inversão de uma lógica geralmente machista e patriarcal.

Visivelmente a inversão desta lógica e a aceitabilidade do crescimento participativo das mulheres, principalmente por parte dos homens, é geralmente legitimado no momento em que a mulher passa a contribuir financeiramente dentro da estrutura doméstica.

Boaventura de Sousa Santos (2007) afirma que as formações sociais da ordem vigente (capitalista) são constituídas por seis conjuntos de relações que são as matrizes de tal modelo, são eles: o espaço doméstico, o espaço de produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e o espaço mundial. O autor aponta que haverá um senso comum emancipatório no momento em que estes espaços encontrarem inteligibilidade entre as mudanças que ocorrem em cada uma destas esferas.

Desta forma, percebemos a relevância de experiências como a Justa Trama, que abarcam quase a totalidade destes espaços, promovendo resignificações nos espaços domésticos, comunitários, de produção, através da ruptura de padrões culturalmente estabelecidos a respeito dos deveres, direitos e atitudes de homens e mulheres.

O segundo ponto que percebemos como transversal e inerente às discussões dos movimentos sociais e que a Economia Solidária vem contribuindo de maneira expressiva, vide o caso da própria Justa Trama, refere-se a incorporação de práticas mais saudáveis no cotidiano dos indivíduos, grupos e comunidades de trabalho. A experiência da Justa Trama mostra isto principalmente na vivência dos plantadores que passam a vislumbrar a possibilidade de plantar sem o contato nocivo com o agrotóxico. Além disto, esta postura desencadeia uma visão ecologicamente sistêmica por parte dos plantadores, que reflete em práticas auto-sustentáveis mais respeitosas com o ambiente e com eles próprios em relação a sua saúde.

Mas este exemplo não aparece apenas nas regiões rurais, pois ao pensarmos saúde de uma forma ampliada, encontraremos também no resgate dos vínculos sociais das costureiras de Santo André, na profunda perspectiva de militância no trabalho das costureiras de Porto Alegre, na potencialidade de auto-estima das costureiras de Itajaí, sinais claros de como estas experiências podem aliar trabalho e saúde.

Esta dimensão ampliada de saúde e sua íntima relação com questões laborais é explicitada com clareza por Veronese (2007, p 24) referindo-se sobre a teoria dejouriana:

Em el trabajo encontramos un espacio subjetivo de elaboración de nuestras angustias, originadas em el transcurso de nuestro desarrollo psico-cognitivo. Em la actividad laboral, al buscarse estrategias para tratar con el sufrimiento, se revive la esperanza de encontrar un camino creativo repleto de sentido social útil y adecuado. El estudio de la psicodinámica del trabajo se dirige a la comprensión del sufrimiento generado por el

trabajo, el es un estado de lucha del sujeto contra fuerzas que pueden llevarlo a la enfermedad mental.

Outro apontamento refere-se à distância e diversidade da Cadeia Produtiva: A Justa Trama carrega o título de ação pioneira justamente por congrega na mesma proposta empreendimentos que compreendem, enquanto um todo produtivo, uma distância aproximada de dez mil quilômetros; lembrando que isto, tratando-se de Brasil, representa uma diversidade de culturas, posturas e concepções extremamente diversificadas.

Além disto, a diversidade não apresenta-se apenas referente a aspectos geográficos, mas também na trajetória e constituição de cada elo, abarcando desde a experiência da empresa recuperada com cerca de 300 associados, passando pela cooperativa de costura com dez ou vinte trabalhadoras, até chegar ao grupo informal de seis ou sete plantadores.

Lidar com tais diferenças tem sido um desafio para a Justa Trama. De fato, cada realidade, assim com cada empreendimento, possui demandas específicas, uma forma peculiar de atuar e comportar-se frente à produção e a comercialização; neste sentido a gestão participativa e a discussão aprofundada sobre preço justo têm sido fundamentais na tentativa de equalizar as diferenças.

Por fim, um apontamento explicitado ao longo desta análise é a questão da sustentabilidade da cadeia produtiva. Esta questão atravessa de forma direta pelo menos dois elementos que, de momento podemos indicar: primeiramente a necessidade de buscar certa emancipação de projetos, editais e apoios federais, conseguindo criar reservas financeiras para subsidiar seu próprio processo de produção, ganhando assim maior independência e estabilidade.

A Economia Solidária como um todo, isto não é novidade, apesar de encontrar-se em franco processo de expansão, está embasada em frágeis bases estruturais e financeiras, grande parte delas vinculadas às políticas de governo. A própria história do Brasil nos ensina que tais ações e incentivos que ficam a mercê de partidos políticos que se alternam em sua posição de situação e oposição dentro do governo são frágeis em sua possibilidade de permanência. Para evitar esta dependência, evidentemente, é necessário transformar políticas de governo em políticas de Estado, isto é, criar leis, regras, ementas, que garantam estas ações de forma permanente e suprapartidária.

Contudo, apenas a criação de políticas de Estado não proporcionaria maior autonomia e sustentabilidade aos empreendimentos econômicos solidários, em paralelo a isto, é necessária a reflexão sobre um segundo ponto: uma ação conjunta por parte destes empreendimentos, através de órgãos representativos e organizações civis, no sentido de consolidar espaços de comercialização qualificados para os produtos. A sustentabilidade, neste sentido, encontra-se diretamente vinculada à possibilidade de criar acesso fácil do consumidor ao produto solidário.

No caso específico da Justa Trama, percebemos com clareza esta dificuldade, não considerando Itajaí, que conseguiu desencadear este movimento conjunto e hoje conta com um espaço qualificado para os produtos econômicos solidários da região, o resto dos empreendimentos da cadeia não possuem ou não se encontram vinculados a espaços adequados de comercialização. Este é o exemplo de Porto Alegre, onde o consumidor enfrenta extrema dificuldade em encontrar os produtos da Justa Trama. As lojas de Economia Solidária da cidade raramente apresentam um ambiente convidativo ao consumidor, tratando-se tanto de qualidade (acabamentos e decorações) quanto de quantidade de peças a mostra e além disto, são espaços muito mal divulgados. Assim, para adquirir as roupas da Justa Trama nesta cidade, ou deve-se dirigir até a sede da Univens, localizada em um bairro distante e periférico da capital, ou, uma ou duas vezes por ano, aproveitar as feiras estaduais e municipais da ECOSOL, nas quais a Cadeia Produtiva expõe seus produtos.

Estes são alguns dos elementos evidenciados ao longo desta análise sócio-histórica. Com certeza não esgotam as possibilidades interpretativas dos processos de surgimento dos diversos elos e da Cadeia Produtiva como um todo, mas possibilitam o aflorar de contextos muito sutis que se encontram como pano de fundo, ou como diria Guattari (2003) plano de imanência, das falas a serem estudadas na seção seguinte.

Passamos a seguir para a segunda fase sugerida por Thompsom (2000) ao apresentar a Hermenêutica de Profundidade: a análise formal ou discursiva, onde, através do emprego da análise do discurso, elaboraram-se categorias organizativas das falas de nossos entrevistados.

4.2 ANÁLISE FORMAL OU DISCURSIVA

A Análise Formal ou Discursiva, como aponta Thompson (2000), oferece as bases para um tipo de análise que está interessada primeiramente com a organização interna das formas simbólicas, suas características, padrões e relações.

Em tais casos, podemos falar de “análise discursiva”, isto é, análise das características estruturais e das relações do discurso. Uso aqui do termo “discurso” de um modo geral para me referir às instâncias de comunicação correntemente presentes. (THOMPSON, 2000, p. 371)

Como Thompson (2000) indica ser possível, para trabalharmos sobre as falas dos participantes, chegando até as categorias apresentadas a seguir, utilizamos a análise do discurso proposta por Gill (2003).

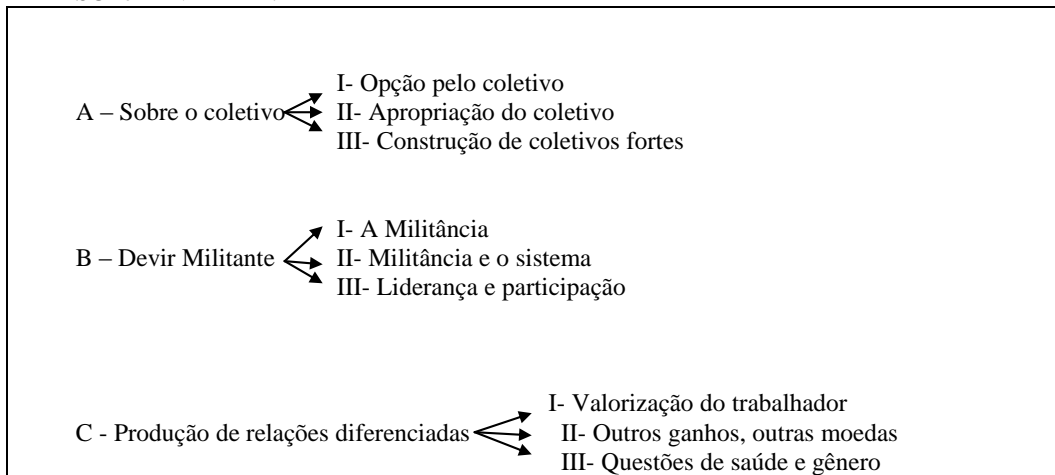
De acordo com a autora (2003), “análise do discurso” é o termo empregado em uma variedade de enfoques no estudo de textos, desenvolvidas a partir de diferentes tradições teóricas. Contudo, entre essas tradições, é compartilhada a idéia de que a linguagem não é simplesmente um meio neutro de expressar-se, ou descrever o mundo, pois coloca-se acima de tudo como uma ação, um estado do próprio sujeito falante colocar-se e perceber-se na realidade.

A seguir apresentamos um panorama geral das três grandes categorias que dizem respeito aos objetivos específicos deste livro. Elas referem-se aos processos subjetivos implicados no envolvimento dos trabalhadores nestas diferenciadas lógicas de organização laboral, ao envolvimento dos elos desta cadeia com as comunidades onde está inserida e, finalmente, ao processo de gestão da Cadeia Produtiva Justa Trama.

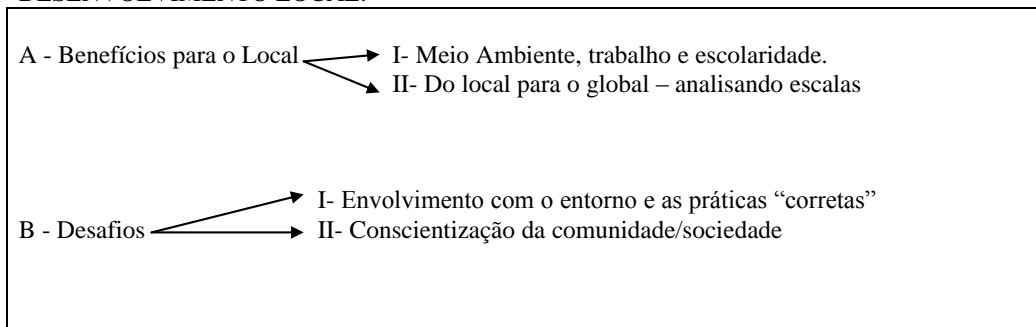
Cada uma destas categorias está subdivida em outras duas ou três categorias menores que se referem às diferentes nuances sobre o mesmo tema. Ao longo desta sessão falaremos de cada uma delas, apontando através das falas dos entrevistados suas características para, posteriormente, apresentarmos as possíveis articulações entre elas.

VISÃO PANORÂMICA DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

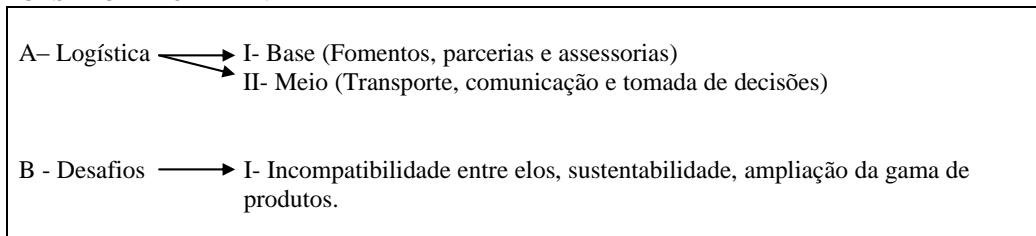
SUBJETIVIDADE:



DESENVOLVIMENTO LOCAL:



GESTÃO DA CADEIA:



4.2.1 SUBJETIVIDADE

Através de questões que buscavam levantar as motivações dos trabalhadores para a dedicação ao seu trabalho dentro do campo da Economia Solidária, pontos positivos e negativos desta trajetória, relações intra-grupais, mudanças na qualidade de vida entre outras questões, buscamos perceber as nuances nas falas e posturas dos trabalhadores entrevistados, no sentido de compreender seus processos de subjetivação.

Cabe ressaltar que trabalhar com uma categoria que busca analisar aspectos subjetivos não é tarefa simples, primeiro pelo quanto abstrato e relativo esses processos podem ser, segundo por entendermos que trabalhar-los de maneira estanque, isto é, em uma categoria separada das demais, é produzir uma segmentariedade que não existe na prática, mesmo assim, de momento, não percebemos maneira mais didática para expormos e desenvolvermos tal conteúdo.

É pertinente apontarmos qual concepção que desejamos evocar quando aqui tratamos do termo subjetividade. Esta concepção aproxima-se muito das idéias expostas por Guattari e Rolnik (1993) ao afirmarem que na sociedade contemporânea existe uma série de elementos maquínicos direcionados para a produção de subjetividades ligadas entre si pela ordem do consumo, da rivalidade, da individualidade, da competição, da uniformização do desejo, do pensamento, do corpo, do hábito, etc. A isto chamam de “poderosa fábrica de subjetividade” ou “subjetividade capitalística”.

Nas palavras do próprio Guattari (1993,p. 25) percebemos:

O sujeito, segundo toda tradição da filosofia e das ciências humanas, é algo que encontramos como um êntre-lá, algo do domínio de uma suposta natureza humana. Proponho ao contrário, a idéia de uma subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida.

Esta concepção aproxima-se com aquilo que Guillen (1994) aponta como constituição do “Homo Economicus”, na qual através da incorporação da lógica da concorrência e da individualidade, uma abstração da esfera econômica que se expande pelas demais esferas da vida, constitui-se uma visão de subjetividade e de ser humano como aquele que é sempre guiado pela razão, usa desta para maximizar seus ganhos e possui um padrão utilitarista de relações com outras pessoas, ambientes, situações e objetos.

Como podemos perceber em Nardi (2006), Tittoni (1994) e Veronese (2004, 2007), o trabalho constitui-se como um espaço de vivências com profundas influências na constituição da subjetividade do trabalhador em seu caráter singular, assim como nas demais esferas de sua vida.

Desta forma, através das entrevistas realizadas, objetivamos perceber como estes trabalhadores envolvidos em maneiras diferenciadas de organização laboral envolvem-se em

processos também diferenciados de construção subjetiva. Assim, esta categoria referente à subjetividade encontra-se dividida em três pertinentes subcategorias: A) aspectos referentes ao coletivo de trabalho, B) a perspectiva de um devir militante entre os trabalhadores que compõem a Economia Solidária e C) a possibilidade de relações diferenciadas dos trabalhadores em relação ao seu trabalho e aos benefícios oriundos destes.

A) ASPECTOS REFERENTES AO COLETIVO DE TRABALHO

I- **Opção pelo trabalho em caráter coletivo**

Durante muito tempo pensou-se que o envolvimento dos trabalhadores em formas cooperativas e associativas de trabalho fosse decorrente, exclusivamente, das dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, contudo algumas falas desvendam o fato de que para muito destes trabalhadores, vincular-se a este tipo de trabalho, acima de tudo, refere-se a uma questão de opção consciente e crítica.

“Era bem isto que nós estávamos procurando, nunca tínhamos trabalhado desta forma coletiva, sempre autônomo ou empregado. Já estávamos cansados disto, quando se tem patrão existe muita pressão, além disto, tu tá trabalhando e tem a impressão de que quem ta ganhando é o outro sabe? Agora acho que a gente tem até mais liberdade para expor idéias, opiniões, não fica presa. Igual, não se decide nada sozinha, mas as coisas são mais compartilhadas e tua opinião é mais valorizada, isto tudo ficou mais fácil. Era bem isto que nós buscávamos.” (Coordenadora da Fio Nobre- SC)

“Eu vim trabalhar aqui por uma questão afetiva, era um desafio para mim, porque eu ia trabalhar na área comercial e eu sempre fui da produção, eu queria o desafio, então foi e é uma opção pessoal. Essa cooperativa é a menina dos meus olhos, apesar do salário ainda não ser o ideal. Aqui minha opinião é valorizada, eu afeto diretamente nas decisões, no meu outro trabalho, em uma empresa convencional, eu não enxergava o todo, tinha muita gente acima de mim.” (Coordenador de vendas da Cones- SP)

Esta opção pelo trabalho coletivo aponta para a escolha, por parte de alguns trabalhadores, por uma matriz diferenciada da vigente a respeito dos processos laborais, substituindo no cerne das relações o conceito de competição pelo de cooperação. Como cita Frantz (2002, p.33) “a cooperação é uma ação que decorre da vontade de um ato político de indivíduos que passam, ao se identificar como sujeitos e atores, partir de necessidades ou interesses comuns, em determinado contexto social.”

Assim, podemos pensar em um estado de cooperação consciente, onde os indivíduos compactuam com certa proposta de trabalho não guiados apenas por demandas específicas, geralmente associadas às necessidades financeiras, mas sim por vislumbrarem uma série de outros benefícios dentro desta perspectiva. Guillen (1994) aponta uma série de aspectos que caracterizam a associação consciente:

1. A existência de objetivos comuns
2. A percepção de que existe a necessidade de associação para a conquista do objetivo, pois, de outra forma, cada indivíduo isolado não conseguiria atingi-lo,
3. A integração grupal desenvolvida por um processo participativo no planejamento e na tomada de decisões,
4. O estabelecimento de um contrato mais ou menos formal que sancione o pacto estipulado entre interesses,
5. A concepção da supremacia dos aspectos políticos e dos desejos associativos sobre os aspectos tecnoburocráticos,
6. A concepção de que nem todos os aspectos que guiam o sujeito ao ato associativo estão colocados de forma consciente, e desta forma muitos deles podem vir à tona ao longo do processo e devem ser acolhidos e respeitados pela coletividade na medida do possível.

II- Apropriação do coletivo por parte dos trabalhadores

Não basta apenas a consciência sobre a necessidade, importância e benefício de associação a um coletivo de trabalho, existe ainda aquilo que apresenta-se como grande desafio: a apropriação do coletivo por parte dos trabalhadores. Algumas falas apresentam as dimensões deste desafio dentro da Cadeia Produtiva Justa Trama:

“A Cadeia Justa Trama, ela dá certo, vai dar certo, está dando certo, só acho que cada um tem que se apossar disto, tem que pensar: Isto aqui também é meu!” (costureira da Fio Nobre – SC).

“É, muitas vezes as pessoas têm dificuldade em participar, acham que sabem menos, que não são capazes. Aqui, no começo tivemos dificuldades em fazer o pessoal entender o que era uma cooperativa, achavam que agora que eram donos podiam fazer o que queriam, chegar a qualquer hora. Com o tempo foram se dando conta que o dono tem que ser sempre o primeiro a chegar e o último a sair.” (Coordenador de vendas da Cones – SP)

“A apropriação do trabalhador sobre a Economia Solidária é uma coisa mais lenta, muitos deles vão até o ato de vender o algodão para a associação, não conseguem ter a idéia da cadeia como um todo, mas nós sempre trabalhamos isto, como e por que do melhor preço, o que é Economia Solidária, Justa Trama, comércio justo, isto é sempre discutido.” (Presidente da ADEC-CE)

Dentro da Justa Trama, o processo de apropriação do trabalhador desenvolve-se de forma gradual através de encontros de formação, ações de coordenadoria assumidas pelo trabalhador e também através da representação da marca nos espaços de comercialização (feiras, eventos, lojas)

onde, em contato direto com o consumidor, desenvolve-se um processo de identificação por parte do trabalhador com o produto.

Um elemento marcante no processo de apropriação dos trabalhadores sobre a Justa Trama refere-se ao tamanho do empreendimento, assim como seu envolvimento na cadeia. No exemplo da Cones, que caracteriza-se como uma grande cooperativa onde os produtos da Justa Trama passam apenas por alguns segmentos da produção, percebemos claramente esta dificuldade:

“Sobre a Justa Trama ficamos sabendo em uma assembléia geral, sabemos que é uma associação, uma ONG, uma coisa assim, que a cooperativa ia se filiar, para te dizer a verdade em detalhes eu não conheço. Sei que tem a ver com o tal do algodão orgânico né? Mas eu não trabalho com o orgânico, porque eu sou da tinturaria, esse produto não passa por lá, então não sei muito. Foi falado em assembléia, saiu em ata, mas eu sei por cima.” (Técnico da tinturaria da Cones-SP)

Ao pensarmos neste processo de apropriação do coletivo por parte do trabalhador, nos deparamos com as colocações de Gohn (2004) ao afirmar que, pensando nos processos protagonizados pelas próprias comunidades nos aspectos referentes ao seu modo de vida, devemos estar atentos a dois conceitos: Empoderamento e Capital Social. Como refere a autora, empoderar-se significa identificar-se, tomar parte, e este processo não pode acontecer sem um certo percentual de Capital Social.

Fukuyama (2006,p. 42) nos auxilia na compreensão deste conceito apontando que:

Capital social é uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade. Pode estar incorporada no menor e mais fundamental grupo social, a família, assim como no maior de todos os grupos, a nação, assim como nos grupos intermediários. O capital social difere de outras formas de capital humano na medida em que é geralmente criado e transmitido por mecanismos culturais como religião, tradição ou hábito histórico.

A aquisição de capital social requer aderência aos hábitos e normas de uma comunidade, sendo que a aquisição de virtudes como lealdade, honestidade e confiabilidade são fundamentais. O capital social não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria, ele é baseado num predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais. Este tipo de capital tem importantes conseqüências também para a natureza da economia industrial, pois se as pessoas que trabalham juntas em uma empresa confiam umas nas outras e estão todas operando num conjunto de normas éticas comuns, fazer negócios torna-se menos arriscado e oneroso. Existe maior flexibilidade, rapidez e capacidade de adaptação em grupos com alto grau de capital social.

Em contrapartida, pessoas que não confiam umas nas outras acabarão cooperando apenas sob a jurisprudence de um sistema de regras e regulamentos que devem ser negociados e legitimados muitas vezes, abrindo inclusive, por vezes, espaços para as práticas coercitivas. Este aparato formal – legal, que muitas vezes ao invés de ser complementar, substitui a confiança natural gerando o que os economistas chamam de ‘custos transacionais’. (FUKUYAMA, 2006, p.42).

Desta forma, o contexto cívico é importante para as instituições. A cultura cívica, associada à confiança interpessoal, traduz-se em um recurso fundamental de poder para os indivíduos e grupos. (ARAUJO, 2003).

Em 2008, a realização do Fórum Mundial de Educação, em Santa Maria-RS, aponta para uma dimensão importante no processo de apropriação dos trabalhadores em relação aos seus coletivos de trabalho: é com certa facilidade que, nos dias atuais, se produz o diagnóstico de que a Economia Solidária passa por um momento de fartura em relação a apoios e fomentos que possibilitam a aquisição de matéria prima, maquinário, sedes e capacitação profissional. A pergunta que fica é: qual então é o motivo para a repentina desarticulação e fechamento de grupos que vinham trabalhando e produzindo com todo esse apoio?

A resposta para tal pergunta encontra-se no tema trabalhado ao longo deste Fórum: Educação, Economia Solidária e Ética Planetária. Percebe-se que, ao propor outras formas de economia, de mercado, de consumo e de relações entre o trabalhador e seu trabalho, a Economia Solidária tenciona o ponto nevrálgico da estrutura socioeconômica vigente, muitas vezes este embate é desigual e tende a sufocar formas alternativas de organização laboral. Neste contexto encontra-se a dimensão da educação.

De fato são necessários embates na atualidade, assim como a estruturação física e econômica efetiva dos empreendimentos, mas percebe-se que, mesmo em grupos que encontram-se com estas demandas estabilizadas e que de alguma forma enfrentam dificuldades em sua permanência, encontra-se a falta de cultura para a cooperação, ou como preferimos apontar, falta de uma pedagogia cooperativa. Muitas vezes, este é o elemento que falta e que alavanca dificuldades vitais no cotidiano de trabalho.

Esta discussão é ampla e profunda, de momento cabe-nos ressaltar que a experiência do FME 2008, ao articular Educação e Economia Solidária, apresenta indicativos de como podemos pensar de fato na inversão dos valores socialmente vigentes: através da ampliação dos conteúdos e estruturas curriculares, abarcando a sustentabilidade, os processos de trocas, a substituição de práticas de competição por práticas de cooperação, entre outras, podemos construir uma pedagogia que forme pessoas mais solidárias e sensibilizadas para a importância das práticas associativas e sustentáveis.

Como refere Benevides (2003), para melhor compreender o significado de cultura da cooperação, os analistas procuram integrar a Economia, a Sociologia, a Psicologia e a Filosofia à governança, ao empreendedorismo e às atividades econômicas e sociais em geral. Assim, esta cultura baseia-se em uma filosofia de valorização de princípios humanísticos e na importância do auxílio-mútuo para promover melhorias a todos, fazendo isto através de um processo educacional

diferenciado, alternativo, criativo e inovador, onde se rompe a dimensão da “educação bancária” como referia Paulo Freire, preocupando-se muito mais em levantar questões do que apontar respostas.

“A análise que a gente faz é de que hoje a grande dificuldade dos empreendimentos está na questão da gestão interpessoal, eu acho que 60% do que depende um grupo para dar certo está ligado a isto, se você está bem na questão da gestão você consegue trabalhar, decidir as coisas. Quando se trabalha isto, o que é cooperar, o que é respeitar os outros, as pessoas têm que mudar de atitude, por isto a Economia Solidária é um projeto muito grande, não é um projeto para todos, muitos não se encaixam, não se sentem bem nessa nova forma de se relacionar.” (Representante da UNIVENS na Justa Trama.

Assim, é através de um processo educacional específico que as pessoas desenvolvem tendências internas para o trabalho associativo, aliando confiança com uma base contratual que promove o ato cooperativo racional, gera-se o Capital Social, sinônimo de aderência e participação por parte dos trabalhadores dentro do empreendimento e de sua lógica solidária de funcionamento. Como dizia Herbert de Souza (2000), o Betinho, a participação é um dos cinco princípios da Democracia, sem ela não é possível transformar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade.

Por fim, é interessante percebermos que é no terreno da subjetividade que se encontram as diferentes nuances entre solidarismo e cooperação. Podemos compreender solidarismo como um movimento afetivamente empático embasado no princípio da confiança, em contraponto, pode-se delimitar cooperação através dos apontamentos feitos até o momento, como um movimento estrategicamente racional, baseado em um contrato formal ou informal. De fato, os dois são fundamentais para a promoção de certo capital social que, em última análise, encontra-se como base de uma maior apropriação do coletivo por parte de seus participantes.

III - Construção de coletivos fortes

Feita a opção pelo trabalho em caráter coletivo e apontados os elementos que, ao serem incorporados pelo trabalhador, geram apropriação sobre o grupo de trabalho, chegamos à terceira fase deste processo, referente à constituição de coletivos fortes. Castel (1996,1997) realizando a análise daquilo que denomina a Nova Questão Social descreve que, ao longo da modernidade, o trabalho assalariado constitui-se como alicerce para o acesso dos sujeitos aos direitos cívicos, políticos e sociais. De fato, vivemos em uma sociedade salarial. Frente a esta sociedade guiada pela lógica da minimização dos custos da força de trabalho e da maximização da eficácia produtiva, desenha-se um quadro de profunda pauperização do trabalho.

Através dos levantamentos teóricos realizados, podemos perceber que o projeto da Economia Solidária em sua origem encontra-se extremamente vinculado ao auxílio no resgate da

cidadania destas pessoas que, sob tal circunstância, passam a ser indivíduos isolados de seus antigos pertencimentos coletivos, livres sim, mas sem vínculos, sem socorro, sem apoio. Neste sentido, percebemos que os empreendimentos econômicos solidários extrapolam seus benefícios financeiros e assumem o caráter de coletivos – fortes, estes coletivos, ainda segundo Castel (1997), são coletivos protetores, que propiciam a participação em solidariedades coletivas gerando a possibilidade de reorganização de inúmeras esferas da vida, promovendo a inclusão e resgatando a cidadania. Assim, colocamos em pé de igualdade dimensão afetiva e a dimensão empreendedora dos EES.

“As pessoas que são carentes de dinheiro também são carentes de conhecimento e essa preparação que nós temos aqui é muito importante. Trabalhar em uma confecção é uma coisa, trabalhar em uma cooperativa de costura é outra totalmente diferente, tem que ter na cabeça que aqui são todos iguais e ao mesmo tempo cada um é diferente um do outro, se não aceitar e saber lidar com isto já dá confusão.” (Costureira da Cooperstylus- SP)

“Antes dessa história de arrendarmos uma terra para plantarmos juntos, o pessoal se reunia aqui na igreja para almoçar uma vez por ano, hoje toda semana nós nos encontramos ou para termos aulas, ou para discutirmos sobre o trabalho ou sobre outro problema da comunidade. Isso mudou muito nossa relação de vizinho. Na verdade acho que deixamos de ser vizinhos para sermos amigos.” (Plantador de Moreira Sales- PR)

“Olha, vou te dizer, foi depois que entrei nesse grupo aqui que fui fazer minha carteira de identidade, meu CPF, minha carteira de trabalho, tinha perdido tudo isso e não tava mais nem aí, depois, fui arrumando minha casa, arrumei até meu casamento tu acredita?!” (Costureira da Cooperstylus- SP)

B) A PERSPECTIVA DE UM DEVIR MILITANTE ENTRE OS TRABALHADORES QUE COMPÕEM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

I- A militância:

Neste momento, entramos em outro campo que também se coloca no terreno da subjetividade, não especificamente referente ao coletivo de trabalho, como vimos anteriormente, mas à percepção clara de que certo espectro de trabalhadores da Justa Trama apresenta uma dimensão de militância muito marcada em suas ações.

A primeira consideração importante a fazer sobre este processo de militância é que ele se coloca no limiar da constituição coletiva e singular do sujeito. Como aponta Vinadé (2007) a construção de uma nova sociedade passa pela realização e pela construção do homem particular, pela subjetividade, pela singularidade dos militantes. Militantes produzem e são produzidos pela militância continuamente, o que faz com que não possamos esmagar e dicotomizar a dimensão individual e subjetiva dos processos coletivos.

A militância surge na vida como possibilidade de ser sujeito, ser o que se é, e viver aquilo que se acredita. Para Touraine (2006) o conceito de sujeito evoca a idéia de luta social, configura-se como parte íntima de cada ser que possui como movimento a resistência, o confronto, o debate.

Só nos tornamos plenamente sujeitos quando aceitamos como nosso ideal reconhecer-nos – e fazer-nos reconhecer enquanto indivíduos- como seres individuados, que defendem e constroem sua singularidade, e dando, através de nossos atos de resistência, um sentido a nossa existência. (TOURAINÉ, 2006, p.123)

Na alternância entre ser e não ser sujeito, deparamo-nos com a outra dimensão do Ser descrita por Touraine, o indivíduo. Ao indivíduo cabe a ordem dos direitos, dos deveres, da moralidade, é a parte em nós que transita em comum acordo com as regras e instituições sociais, a parte flexível, maleável. Ele é alvo dos direitos universais, direitos políticos e culturais promovidos pelas instâncias públicas, constituindo-se como a parte formada, modelada socialmente.

O indivíduo não passa então de uma tela pela qual se projetam desejos, necessidades, mundos imaginários fabricados pelas novas indústrias da comunicação. Esta imagem de indivíduo que já não é mais definido por grupos de pertença, que é cada vez mais enfraquecida e que não encontra garantia de sua identidade em si mesmo, pois já não é mais um princípio de unidade e é obscuramente dirigido por aquilo que escapa sua consciência. (TOURAINÉ, 2006, p.119)

Portanto, a relação existente entre estes dois aspectos, sujeito e indivíduo, apresenta-se como processo complexo de co-dependência. Não é possível pensar, ou mesmo teoricamente almejar, uma sociedade de plenos sujeitos. Podemos dizer que o indivíduo representa uma plataforma de manifestação do sujeito, assim como o sujeito garante maior ou menor espaço de atuação do indivíduo. No aspecto da militância, o sujeito é este devir combatente e engajado e o indivíduo é a dimensão do ser que carece de direitos e do reconhecimento.

Para Baltazar (2004), a subjetividade militante acontece quando o fazer militante existe, quando a pessoa comparece diante do grupo que pressupõe essa identidade, reafirmando-a. A autora destaca a militância como parte dos processos psíquicos dos sujeitos, sendo uma participação política engajada, crítica, que busca novos valores para uma nova sociedade.

Este traço da militância encontra-se bem representado nas falas dos entrevistados ao longo de nossa pesquisa. Uma costureira de Itajaí, ao ser perguntada, por exemplo, sobre a importância que percebe no trabalho que desenvolve, aponta:

“É uma questão ideológica né? Você está trabalhando com outro paradigma, é processo, é conquista, é inclusão, é paciência, é raça, é tudo isso e quando se trabalha isso as pessoas logo pensam no pobre que não tem muita opção, mas não necessariamente, você pode incluir um sujeito bem esclarecido, mas que nunca trabalhou na perspectiva do coletivo, ele tem que ser incluído também, isso é mudança de paradigma. Isso acontece quando se trabalha com o algodão ecológico, que vem respeitando o trabalhador, as famílias, o meio ambiente.”

“Trabalho com isto por sonho né? Quando comecei a militância na juventude, peguei a questão da ditadura, isso tudo te coloca um caminho pela frente, eu me criei nesse processo. Quando tu começa a vislumbrar a possibilidade de um modo de vida onde todos podem ganhar tu começa a ter outra cabeça.” (Costureira da Fio Nobre- SC).

“Hoje, quando penso no meu trabalho, penso em responsabilidade em todos os sentidos, social, ecológica, comunitária, coletiva, etc...” (Representante comercial da CONES- SP).

Através destas colocações percebemos que dentro da Justa Trama, entre os trabalhadores, existem dois públicos bem específicos: aqueles que possuem a caminhada em outros movimentos sociais e em certo momento histórico aderiram ao projeto da Economia Solidária, desempenhando um papel de militância e articulação dentro do movimento, pois de alguma forma, possuem uma visão mais ampliada da questão social na qual esta luta está envolvida; e de outro lado, podemos perceber o público geralmente derivado dos programas de assistência social, pessoas desfiladas, com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, precárias condições de vida, que, de maneira geral, formam a base das unidades de trabalho.

“Dentro da cadeia existem sim pessoas que antes já atuavam no movimento social, no movimento sindical e tem uma visão mais aprofundada do compromisso social que tem esse projeto da Justa Trama. Eu vejo também todo um outro público que veio buscando sanar a dificuldade do trabalho e renda, aí você vai cativando eles para esse processo maior. Mas nós somos a diversidade, talvez a Justa Trama seja o que há de mais diversidade, pois nós temos diversidade em tudo, a Economia Solidária é um movimento de diversidade, talvez isso seja o legal. Então quanto mais as diversidades se aproximarem para conversar e achar formas legais de conviver, mais nos enriquecemos.” (Representante da UNIVENS- RS).

O desafio do militante dentro da cadeia, assim como na Economia Solidária de forma mais ampla, encontra-se no sentido de manter viva a reflexão necessária sobre o equilíbrio da balança entre cooperação e empreendedorismo, manter uma posição relacional/distancial saudável do empreendimento com o sistema vigente e, ao mesmo tempo, quebrar o comodismo e a dificuldade de participação da base na gestão do empreendimento, da cadeia e do movimento como um todo. Desta forma caracteriza-se como elemento multifacetado de extrema relevância em todo este processo.

II- O militante e o sistema vigente

Na medida em que o militante é aquele que possui visão e aderência aprofundada sobre os objetivos sociais e políticos do projeto de constituição de uma cadeia produtiva como a Justa Trama, torna-se ele responsável ora pelo embate, ora pela interlocução com as estruturas sociais e econômicas vigentes. Além disso, passar a dimensão deste embate e desta interlocução aos demais trabalhadores também é sua tarefa, mas falaremos disto de modo mais detalhado a seguir, quando abordaremos a temática da participação.

Vinadé (2007,p. 69) aponta com clareza a relação do militante com o sistema vigente:

O movimento de perceber-se diferente e sem lugar, do qual falam as pessoas com histórias militantes – o que possibilita que as pessoas se envolvam e participem de grupos, coletivos e movimentos – tem muito a ver com a insuficiência do Estado frente à questões de necessidades básicas. O Estado mínimo não tem condições de prover uma qualidade de vida razoável aos cidadãos, que não mais apostam neste Estado para dar conta de suas demandas. Misture-se a isso uma sociedade capitalista pautada em valores competitivos, individualistas e preconceituosos e temos o que um militante chamou de “*uma pulga atrás da orelha*”. Essa pulga age forçando os sujeitos a refletirem sobre suas condições de vida, produzindo questionamentos, inquietações, incomodações e revoltas, que, aliadas à paixão, abrem caminho para o engajamento em uma causa.

Neste aspecto percebemos que o embate travado pelo militante e seu coletivo-forte, principalmente em relação à figura do Estado surge no sentido de garantir autonomia e reconhecimento. Como apontam Guattari e Rolnik (1993), o Estado cumpre um papel fundamental na produção da subjetividade capitalística, é um Estado por onde tudo deve passar numa relação de dependência na qual os sujeitos e indivíduos são infantilizados.

Insisto no fato de que isso não se dá apenas em relação às funções produtivas, é também um Estado-providência que nos referimos para saber se vamos ou não transar, com quem e como, se devemos ou não amamentar e de que jeito, etc.. Essa função infantilizadora do poder do Estado se dá a um nível extremamente miniaturizado que não se limita apenas ao esquadramento do social ou do comportamental. (GUATTARI E ROLNIK, 1993,P.148).

A fala de uma de nossas entrevistadas explicita a dificuldade que existe em manter-se em uma posição crítica frente ao sistema que, através de ofertas, produtos e pseudo-benefícios, tenta atrair aqueles que de alguma forma apresentam certa oposição a suas lógicas vigentes, vejamos:

“Tem muita gente que vem aqui, vem nos oferecer serviço pagando preço de facção, a gente não tá aqui pra isso, a gente quer acabar com essa mentalidade, as pessoas que trabalham em facção são muito exploradas, muitas vezes não tem carteira assinada, não tem auxílio doença, ganham muito pouco, aqui a gente mostra que existe uma outra maneira, mais humana, isto tudo a gente aprendeu, aprendeu a valorizar e hoje lutamos por isto, pra que todos tenham isso.” (costureira, cooperstylus – SP).

“Puxa, nós pensamos que ao assumir o governo federal, um partido de esquerda pudesse sim trabalhar em coisas importantes para as minorias que sempre lhe deram suporte, neste caso, estamos até hoje esperando uma reforma tributária que pare de massacrar os pequenos empreendimentos, da mesma forma, é necessária a flexibilização da lei do cooperativismo que hoje não beneficia a maior parte dos empreendimentos econômicos solidários.” (representante da UNIVENS-RS)

Da mesma forma que o militante deve ter clareza dessa postura de distanciamento saudável em relação aos assédios da lógica vigente, existe neste papel outro desafio, que se refere ao comportamento de potencializar a dimensão forte do coletivo, no significado que atribuimos a isto nos apontamentos anteriores. Existem elementos neste processo de subjetivação que, mais ou menos, se mantém e mantém a possibilidade de coesão do grupo. O coletivo aparece como espaço

de acolhimento das angústias e revoltas partilhadas, os militantes atribuem grande valor aos iguais, evidenciando a importância de estar ao lado de pessoas que compartilham aspirações e necessidades. (VINADÉ, 2007).

Esta característica faz com que passemos para o terceiro elemento observado na perspectiva do militante, um elemento que localiza-se na relação entre liderança e participação das bases.

III - Liderança e Participação

Como apontamos anteriormente, é perceptível, dentro da cadeia produtiva, a existência de dois públicos distintos, e estas distinções referem-se a trajetórias de vidas, elementos de motivação para aderência ao movimento de Economia Solidária e, em última análise, desencadeiam posturas também diferenciadas. Aqueles que, usando a terminologia dos movimentos sociais clássicos, chamamos de “base”, são trabalhadores e trabalhadoras que geralmente apresentam necessidades imediatas de geração de renda e, ao chegarem na ECOSOL, recebem qualificação e passam a dedicar-se quase que exclusivamente a confecção dos produtos. Aqueles que, também utilizando um estereótipo clássico, denominamos de “militantes”, trabalhadores e trabalhadoras que encontram suas necessidades básicas conjugadas com a necessidade de crescimento e reconhecimento do movimento do qual fazem parte, são pessoas que chegam na ECOSOL com uma caminhada de outros movimentos sociais e passam a assumir papel de articuladores do movimento.

Esta distinção faz com que aconteça dentro da Cadeia, através de um processo interno de cada elo, a seleção unânime e natural destas pessoas com características de militância para assumirem papéis de liderança e coordenação na gestão dos processos. Uma militância que, pelo envolvimento com a causa, carrega legitimidade suficiente para tornar-se líder. Este processo, como podemos perceber, desenvolve-se de maneira natural e positiva dentro da cadeia, mas, com certeza, se este líder militante não possui profundas concepções de igualitarismo e autogestão, este fenômeno acaba por inibir a participação dos demais trabalhadores na gestão.

“Por que a pessoa para ser presidente tem que ter certo conhecimento né? Entender bem das coisas, ser boa no falar, fazer contatos. Tem gente que já tem esse jeito né? Ai são as escolhidas.” (Costureira da Cooperstylus – SP)

Como refere Scholz e Veronese (2008) os líderes estão cada vez mais diante de uma nova perspectiva de liderança, devendo assumir papéis de projetistas, regentes e professores, principalmente nas organizações que aprendem; que se aproximam mais dos pressupostos autogestionários; devem ser pessoas que expandam continuamente suas capacidades e busquem o aperfeiçoamento de modelos compartilhados. É necessário pensarmos, para a necessidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários, aquilo que Scholz e Veronese (2008, p. 94) aponta como líder conectivo:

O enfoque no líder conectivo, associado aos estudos sobre Liderança Conectiva realizados por Lipman e Blumen (1998), apresenta a noção de que está em curso um processo de mudança das antigas formas de liderança, autoritária, competitiva e inflexivelmente individualista. Os líderes conectivos encorajam o maior número de participantes a aderir ao processo de liderança. Eles distribuem a “carga” da liderança e compartilham responsabilidades com os outros, em vez de simplesmente comandar.

Na Justa Trama percebemos que existe clareza por parte das lideranças a respeito dos processos de escolha de representantes, assim como a noção da necessidade de se criar outras formas, papéis, imagens e funções para a figura do líder, além de ações concretas que buscam sanar o problema da participação das bases.

“A questão da participação é bem complicada, a representação sabe? Existem as pessoas que não querem ir a um evento ou feira, por exemplo, não tem vontade ou têm vergonha de ir falar, então quase sempre são os mesmos, mas isto é uma questão de todo o grupo, não são alguns que decidem que vão, entendeu? Nas feiras sempre fazemos questão de ressaltar que todos têm que ir viajar, representar a marca, tem que ter a rotatividade. Aqui, todos já foram para alguma feira e sabem falar bem sobre a Justa Trama. É um movimento que a liderança tem que incentivar, dar a oportunidade e se for o caso, acompanhar e encorajar essa pessoa nas primeiras vezes.” (Representante do grupo Fio Nobre – SC).

Herbert de Souza (2007) nos alerta que na cultura brasileira, a participação é percebida de forma limitada e limitante: “seja um bom pai de família e o resto virá em acréscimo”, “seja um bom trabalhador e tudo dará certo”, “Seja um bom cidadão que vota a cada quatro anos e o Estado fará o resto”. No fundo, aponta o autor, a mensagem conformista e excludente é esta: “Cuide de sua vida e esqueça do resto!”. A resignação e o medo de participação são reflexos de uma cultura autoritária que perpassa nossa história e se instalou em nossa cultura.

“Isso é uma questão de cultura, muitas pessoas acham que não são capazes, temos que mostrar para elas justamente o oposto, nós que estamos hoje na coordenação de diretoria da Justa Trama, sempre pensamos sobre isto: “Quem serão os próximos a assumir essa coordenação?”, não podemos ficar aqui para sempre, não é certo, nem sadio.” (Representante da UNINVES na diretoria da Cadeia Produtiva).

Este movimento de rotatividade nas funções de diretoria da cadeia apresenta-se como elemento fundamental para a subsistência deste projeto, além dos princípios da ECOSOL afirmarem a necessidade de participação e qualificação de todos os trabalhadores nas diversas funções a serem desempenhadas dentro dos processos de gestão. Esta rotatividade acrescenta uma visão de totalidade para a cadeia ao trabalhador, ainda mais em uma experiência que abrange um território tão vasto e culturas tão diversificadas. Como cita Gaiger (2006.p 12) “Neste contexto, a gestão coletiva facilita o consenso, empresta legitimidade às decisões e gera maior nível de adesão às estratégias adotadas.”

“É, o que eu acho que ainda falta, pelo menos para nós que estamos chegando na Justa Trama agora, é mais integração, eu nem imagino como é a vida destes plantadores, por exemplo, isto poderia ser feito até com vídeos, filmagens que pudessem ser trocadas de um grupo com outro e mostrassem a realidade de cada lugar. Isso faz agente ver no que realmente estamos metidos.” (costureiras da Cooperstylus- SP).

Desta forma, colocam-se os desafios de uma gestão participativa dentro de um projeto que busca ideologicamente consolidar práticas diferenciadas de trabalho e renda. Tanto tomar consciência e postura adequada frente ao Estado e as práticas vigentes quanto instigar a participação interna daqueles que constituem a base do grupo, não são tarefas apenas das lideranças já instituídas, mas sim de todos os envolvidos. Este é um grande desafio ao qual a Justa Trama parece estar atenta e vem buscando trabalhar.

C) - A POSSIBILIDADE DE RELAÇÕES DIFERENCIADAS DOS TRABALHADORES EM RELAÇÃO AO SEU TRABALHO E AOS BENEFÍCIOS ORIUNDOS DESTA

O terceiro tópico a ser trabalhado na questão dos processos subjetivos que envolvem e se desenvolvem nestes trabalhadores e trabalhadoras ligadas ao projeto da Justa Trama, refere-se à forma como eles se percebem vinculados ao seu trabalho e os benefícios oriundos desta forma alternativa de organização laboral. Com certeza estes benefícios são conseqüências do processo de apropriação e fortalecimento dos grupos de trabalho, que ao longo de suas trajetórias, aliando interesses individuais e coletivos, direcionam-se em busca de demandas mais amplas do que a imediata geração de trabalho e renda.

Embora incompleta e sujeita a abalos, a convergência entre interesses individuais e coletivos permite que o empreendimento se conduza simultaneamente pelo altruísmo recíproco e pelos interesses pessoais de cada trabalhador, individuais e ao mesmo tempo referidos ao grupo, ou a comunidade de trabalho que então se estabelece. A expressão significa que os indivíduos, a partir da vivência e por conta dos objetivos que os unem no trabalho, tecem laços que ultrapassam a esfera material e as satisfações imediatas, na medida em que alimentam uma identidade e um projeto comum, ancorados na história e no espaço por eles partilhados. (GAIGER, 2006, p. 18)

Sobre estes laços e também ações e conseqüências que ultrapassam as questões imediatas de trabalho e renda é que faremos as exposições e reflexões a seguir.

I- Valorização do Trabalhador/ Trabalhadora

No ponto central da produção de relações diferenciadas dentro do mundo do trabalho, no contexto da Economia Solidária, explicitado no caso da Justa Trama, encontra-se de forma imperativa a valorização do trabalhador. O processo de participação coletiva que passa pela apropriação do grupo de trabalho como uma escolha consciente e pelo desenvolvimento de uma militância com perspectiva ampla frente à importância social de

formas diferenciadas de organização laboral, traz uma conotação diferenciada ao papel do trabalhador(a).

“Aqui você trabalha e sabe que é útil. Eu já fiz tanta coisa na minha vida, um dia alguém me perguntou aquilo que eu gostava de fazer de verdade, aquilo que poderia fazer sempre e não enjoava, aquilo que quando está na hora de ir você não quer ir embora. Eu pensei, eu amo moda. E a pessoa me disse então vai fazer isso, porque enquanto você não fizer aquilo que você gosta não vai dar certo. E hoje eu tô aqui, trabalhando na costura e não sou empregada de ninguém.” (Costureira da Cooperstylus – SP)

Se no sistema vigente o(a) trabalhador(a) é visto como empregado - aquele que, por possuir poucos recursos, deve vender sua mão de obra para sobreviver - dentro dessas formas diferenciadas ele passa a assumir a função de gestor e não encara mais o emprego da mão de obra como algo pejorativo, pelo contrário, percebe-o como possibilidade de exercer aquilo que o realiza, que lhe possibilita ensinar ao próximo, que lhe traz satisfação. Tudo isto possibilita que o(a) trabalhador(a) apresente o trabalho como elemento em comunhão com as demais esferas de sua vida.

“É um trabalho que te proporciona uma série de possibilidades muito mais flexíveis, se tu tens um filho doente, tem que sair mais cedo, coisa assim, o trato todo é diferente, mais humano e personificado, você pode ser mãe, mulher, esposa, dona de casa, trabalhadora, amiga, tudo isso sem tanta dificuldade.” (Costureira da Fio Nobre- SC).

Esta comunhão de elementos da vida privada – singular com a vida laboral – coletiva, é concretizada na vida da pessoa em ganhos não-monetários, experiências que agregam valores diferenciados com bases nos princípios da valorização humana.

II - Outros ganhos, outras moedas

Um dos elementos mais importantes para a constituição de um grupo de geração de trabalho e renda embasado sobre os princípios da valorização do ser humano está ligado a sua potencialidade em possibilitar ao trabalhador experiências de vida às quais ele não teria acesso caso não estivesse associado a tal grupo. Este novo trabalhador que emerge das formas diferenciadas de organização laboral não demanda apenas retribuição financeira, ele percebe que o coletivo tem mais a dar:

“Aqui o rendimento financeiro ainda é pouco, mas existe outro tipo de rendimento que é o reconhecimento, a mobilização, a articulação de conhecimentos, de ganhar um curso agora como o do Planceq, de ter um reconhecimento nacional.” (Representante do grupo Fio Nobre na diretoria da Justa Trama).

“Quando a gente é funcionário não participa das decisões né? Hoje agente participa, a gente vota, a gente escolhe o presidente, o conselho e tudo gente igual a gente lá. Tem uma questão de se sentir importante em uma eleição, decisão, porque meu voto é igual a de qualquer um, a igualdade é uma coisa muito boa.” (trabalhador da CONES- SP).

A busca por reconhecimento daqueles outrora excluídos, por vezes explorados, encontra respostas nos benefícios que estas novas experiências de trabalho proporcionam. Hegel (1992) escreve sobre as três fases da luta por reconhecimento. A primeira ocorre quando, na relação com o outro, o sujeito se reconhece enquanto ser humano diferente de um animal. Através deste reconhecimento no olhar do outro, olhar de humanidade, é que se constitui o sentimento de amor e autoconfiança. O segundo passo deste reconhecimento é a marca da diferença, e surge a pergunta: O que me constitui como diferente deste que é tão humano quanto eu? Nesta relação intersubjetiva e no reconhecimento da diferença é que se constitui a noção de direito, de auto-respeito e de dignidade. O terceiro momento ocorre quando percebo meus limites, reconheço qualidade no outro e dou-me conta da necessidade da complementaridade, desenvolvendo-se assim a solidariedade e a cooperação.

Através da análise realizada na contextualização desta dissertação, podemos apontar que o sistema econômico e social vigente parece ter perdido a capacidade de olhar para o trabalhador com este olhar de reconhecimento. Parece-nos que tal sistema transformou esta relação de complementaridade em uma relação utilitarista, reduzindo o ser do status de humano para o de peça ou engrenagem.

Para Fraser (2007) o reconhecimento não é apenas uma questão de ética e sim de justiça social. Considerar este processo como problemática da justiça social, segundo o autor, é tirar esta questão do plano individual e colocá-la no plano coletivo. De alguma forma, esta é uma das grandes tratativas da Economia Solidária: sair da racionalidade individualista para compreender as dificuldades ou potencialidade do sujeito frente às demandas reais, sob a perspectiva coletiva. Esta transformação chama a responsabilidade de uma gama bem maior de agentes sobre as condições da vida do sujeito, como o setor público e a própria comunidade.

“Imagina eu, nasci aqui atrás neste mato de fim de mundo, um dia me botaram dentro de um avião e fui cair lá em Porto Alegre, ainda pra falar sobre a experiência da gente na frente de um monte de pessoas.” (Plantadora de Moreira Sales).

“Depois que nos associamos, a qualidade de vida melhorou muito, pode perguntar para qualquer um, forçamos, no bom sentido, a pessoa a voltar a estudar, a arrumar a casa, etc. A vice-presidente hoje é um exemplo disso, era maquinista, resolveu estudar, cresceu, fez técnico têxtil, ela foi indo e chegou lá.” (Representante comercial da CONES-SP).

Desta forma, tais experiências de reconhecimento e agregação de ganhos para além dos financeiros possibilitam que o trabalho seja encarado como um meio para atingir algo maior, não mais como um fim último. Em segunda instância, este fenômeno reverbera para a ampliação no horizonte da vida do sujeito, que a partir disto passa a perceber novas possibilidades de vivências e

conquistas. Como aponta Nardi (2006, p.22) “pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica em compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir, amarrados em dados momentos que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos.”

III - Novas formas de trabalho: relativizando questões de gênero e saúde

Ampliando nossa análise para temas que se apresentam como transversais na discussão do trabalho qualificado, encontramos dois conceitos fundamentais: saúde e gênero. Tanto as péssimas condições de trabalho que acarretam em acidentes de trabalho e doenças crônicas, como a condição sócio-histórica de subordinação e exploração da mulher no mercado de trabalho, fazem com que estes sejam assuntos essenciais a serem tratados quando pensamos os processos subjetivos dos trabalhadores.

Para Muraro (1992) ainda que se manifestem no plano pessoal, as relações sociais de gênero vão além das singularidades individuais. As relações de subordinação estabelecidas por homens e mulheres baseiam-se em relações de poder forjadas na divisão sexual do trabalho, algo de caráter social e histórico.

Esta divisão encontra-se tão enraizada em nossa cultura que autores muito influentes, como Levi Strauss e Freud, utilizam esta cristalizada divisão para explicar o desenvolvimento da sociedade e do ser humano, a exemplo do complexo de Édipo (teoria freudiana) onde a mulher, por inveja ao homem por possui um pênis, desenvolve-se subjetivamente pela perspectiva da falta e da castração ao longo de sua vida.

Contudo, Muraro (1992) propõe uma lógica interpretativa inversa: para a autora, eram as mulheres quem coordenavam os grupos primitivos, visto que a maternidade é o maior status social de grande parte destas tribos. Assim Muraro aponta a inveja do homem em relação à maternidade e decorrente insegurança em relação a sua função no grupo. Esta insegurança é a gênese do hegemônico discurso machista que historicamente, inclusive usando de opressão física, se sobrepôs ao imperativo feminino.

Através das colocações de nossas entrevistadas, percebemos o potencial existente dentro destas novas práticas laborais no sentido de resignificar aquilo que é hegemônico, trazendo as discussões de gênero ao foco das ações.

“Antes as mulheres ficavam dependendo tudo dos maridos e agora tem marido dependendo de mulher (risos).” (Plantadora de Moreira Sales- PR)

“Quando eu falei na minha família que eu ia participar de uma cooperativa todo mundo pulou! Precisa fazer isso mesmo mãe? Meu marido tava desconfiado, achava que era perda de tempo. Sim, estavam mal acostumados, sempre à mão, a mulher ali em casa, preparando tudo. Eles

me disseram: lugar de mãe é em casa. Eu respondia: lugar de mãe é onde a mãe quer ficar! E vim, foi difícil, mas eles se acostumaram.” (Costureira da Cooperstylus- SP)

Da mesma forma que a valorização da mulher é traço marcante nas práticas desenvolvidas dentro das atividades da Justa Trama, existe outro elemento de fundamental importância e inovação nos princípios dessa cadeia, elemento este que se refere à agregação de práticas laborais que respeitem a saúde do trabalhador. Nas áreas rurais, a possibilidade, via Justa Trama, de plantar o algodão ecológico agrega valor e resgata a dimensão da saúde daquele que planta.

“Eu tinha prometido para mim mesmo que nunca mais ia plantar, apesar de ser a única coisa que eu sabia e fiz a vida toda, pois já tinha desmaiado duas vezes na roça por causa do cheiro forte do veneno.” (Plantador de algodão- PR).

“Eu não acreditava no começo, como assim, plantar sem veneno, sem remédio, sem nada, achava que isso não ia dar certo. E hoje, tudo que tá plantado ali naquele pedaço de terra tá saindo.” (Plantador de algodão- PR)

“O veneno é a coisa mais triste, fica com aquele cheiro encroado em ti por dias, até a mulher do cara reluta em dormir do lado dele na noite que ele passou o veneno na plantação. E esse cheiro se espalha por tudo, pode perguntar, tu sabe direitinho quando alguém tá passando veneno na sua plantação, dá pra senti a quilômetros de distância.” (Plantador de algodão- PR)

O plantio convencional de algodão recebe duas aplicações semestrais com 16 tipos de pesticidas químicos diferentes. No caso de uso abusivo ou contato extremo são diagnosticados problemas de pele, fígado e rins, perda de cabelo, dores de cabeça, náuseas e tonturas. Apesar disto, antes da chegada da Justa Trama, em Moreira Sales não se tinha a cultura de plantar sem veneno químico, e esta possibilidade era vista com desconfiança pelos plantadores e com descrédito pela maioria da comunidade.

“O pessoal não acreditava não, dizia que era impossível afastar as pragas colocando uma mistura de ervas com urina e esterco de vaca. Hoje tá todo mundo de queixo caído, esse negócio de plantar sem veneno foi um presente de Deus.” (Plantador de algodão –PR).

Através de cursos e formações na própria comunidade estes conhecimentos ecológicos foram passados aos plantadores. O resultado foi o arrendamento de cinco equitares de terra para uma experiência piloto de plantio coletivo de algodão ecológico que, segundo a avaliação dos próprios plantadores, está dando muito certo. Aliando a possibilidade de desenvolver uma prática saudável para si e para o ambiente, percebe-se que os plantadores adquirem uma visão ampliada de seu trabalho e do ecossistema no qual estão inseridos, e esta visão do todo traz respeitabilidade ao meio ambiente e fortalece a proposta ecológica da cadeia produtiva.

“Com o tempo a gente foi entendendo que tudo tem um porquê de estar ali né? É como se entendesse o sistema de como as coisas funcionam, todas ligadas umas nas outras, depois disso nada mais vai fora, tudo se aproveita. Até os marimbondos que agente matava não mata mais, formiga também, deus que me livre. Hoje vê aquela formiga e pensa que se ela tá ali

onde não era pra tá é por que alguma coisa tá errada, aprendemos que tudo na natureza tem um porquê, ela não tá ali à toa, então se tu matar aquela formiguinha vai acabar sobrando alguma coisa em algum lugar que vai acabar te prejudicando, melhor que matar é ir lá no formigueiro ver o que tá acontecendo. Da mesma forma o marimbondo, mata ele e não tem quem como aquela lagarta que vai apodrecer o feijão.” (Plantador de Algodão- PR).

Diferentemente do Paraná, onde o plantio de algodão ecológico é uma coisa nova, no Ceará, outro elo de plantio da cadeia produtiva, o cultivo ecológico já é uma prática corrente a cerca de 15 anos, mesmo assim a luta pela conscientização dos plantadores para um manejo adequado da terra na entressafra, assim como travar certa resistência aos incentivos governamentais para o plantio de sementes transgênicas, é tarefa constante por parte dos órgãos de fomento, como a própria ESPLAR, que apóia a Justa Trama.

Podemos refletir sobre essa prática diferenciada de plantio buscando referência na Teoria Psicodinâmica do Trabalho, criada pelo psiquiatra francês Cristophe Dejours. Tal teoria afirma que, ao produzir bens necessários para a vida, o trabalho também produz formas de se relacionar com ela, daí que formas diversas de trabalho geram posições diversas entre trabalhadores e trabalhadoras. O autor aponta que em determinadas condições de trabalho surge, no sujeito, um sofrimento que pode ser atribuído ao choque de uma história individual que possui expectativas, sonhos e necessidades com uma estrutura do trabalho que desrespeita estes elementos na vida do trabalhador. Assim, quando o trabalho entra em consonância com as demandas do trabalhador, promove uma *ressonância simbólica*, processo que possibilita a geração de prazer e produção de estados saúde mental e física. (VERONESE, 2007).

A partir dos relatos apresentados por nossos entrevistados, podemos perceber que o projeto da Justa Trama, ao trazer uma proposta diferenciada sobre as praticas de plantio, possibilita ao trabalhador a construção de estruturas laborais mais saudáveis, que agregam a perspectiva do bem estar físico e psíquico na linha do bem-viver. As conseqüências destas ações vão além, possibilitando também ao consumidor acesso a um produto mais consciente, saudável e ecológico.

Nesta sessão tratamos dos aspectos subjetivos que envolvem o trabalhador empenhado nessas diferenciadas formas de organização do trabalho. Dentro dos aspectos referentes ao trabalho, analisamos como alguns trabalhadores realizam uma opção consciente em busca de um trabalho coletivo, os desafios de promover a apropriação dos trabalhadores dentro da concepção de que são responsáveis não apenas pela produção, mas pela gestão daquele grupo. Percebemos que quando isto ocorre com êxito, ocorre a constituição de coletivos fortes, que ultrapassam suas demandas imediatas por geração de renda e atingem objetivos mais amplos. Também percebemos como, subjetivamente, distinguem-se dois públicos dentro da cadeia

produtiva: aqueles com uma postura mais militante, que assumem papel de articuladores do movimento da Economia Solidária, e aqueles que constituem as bases das unidades de produção. Por fim, analisamos como o engajamento do trabalhador nestas formas laborais diferenciadas possibilitam reconhecimento e valorização, promovem outros ganhos e resignificando temas transversais nas discussões do trabalho, como saúde e gênero.

Passaremos agora para uma segunda categoria desta exposição e análise de dados, categoria esta também diretamente relacionada com os objetivos específicos deste livro. Falaremos de desenvolvimento local.

4.2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O objetivo desta categoria de análise apresenta-se no sentido de compreender como os empreendimentos econômicos solidários vinculados a Justa Trama estabelecem relações e promovem, ou não, benefícios às comunidades onde estão inseridos.

Ao pensarmos que a proposta da Economia Solidária não se restringe à geração de trabalho e renda, mas utiliza este enfoque para promover a inclusão social e a melhoria na qualidade de vida daqueles que nesta proposta estão envolvidos, nos deparamos com a necessidade de analisar a relação desses empreendimentos com seu entorno, inclusive, por este entorno configurar-se como um contexto geralmente carente de estruturas qualificadas na esfera da saúde, da educação, do acesso à informação, saneamento, habitação, etc.

Assim, entendemos Desenvolvimento Local como “um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentando a potencialização de capitais e recursos existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população.” (DALLABRIA, 2007, p. 9).

De acordo com Gehlen e Riella (2004) a abordagem da realidade sob o enfoque do território leva a repensar a dicotomia elaborada na modernidade entre rural e urbano, assim como suas respectivas funções. A agregação de novos valores não necessariamente econômicos se soma ao desenvolvimento ambiental e ao resgate e valorização das tradições, das identidades e das novas organizações societárias.

Neste sentido, como podemos perceber na categoria anterior, as experiências da Justa Trama encontram-se contempladas nas possibilidades de agregar saúde, manejo ecologicamente correto e resgate da história e do protagonismo popular nas localidades onde se insere.

“Dentro da Cadeia a gente tem a meta da preservação do meio ambiente, então por onde for passando a Justa Trama a gente tem essa preocupação. E também a preocupação com a não exploração do trabalhador: Quem coleta tá recebendo legal por isto? A costura tem melhor qualidade do que em uma facção?” (representante da Fio Nobre- SC).

No sentido de aprofundamos nossas compreensões a respeito dos elementos que compõem a lógica estrutural do desenvolvimento local, encontramos em Dallabrida (2007) elementos que nos fazem compreender as dimensões e características deste processo. Para o autor, não é possível pensarmos desenvolvimento local sem a presença de cinco dimensões estruturantes deste processo, são elas: social, econômica, ambiental, cultural e política. De maneira geral, cada uma destas dimensões deve ser confrontada com reflexões e indicadores

elementares, como a descentralização do poder dentro destas esferas, aumento da participação e consolidação de formas mais transparentes na formulação de políticas, construção de um fluxo local – regional onde os órgãos públicos passem atribuições e autonomia para as localidades, assim como a possibilidade de resgate ou fortalecimento da identidade local.

Se utilizarmos estas dimensões para analisar as ações desenvolvidas pelos elos da cadeia em suas inserções locais, perceberemos que são encontrados índices positivos em praticamente todas elas, contudo, não de forma homogênea nos diversos elos. Por exemplo, os cuidados ambientais desenvolvidos nas práticas dos plantadores promovem grande impacto no desenvolvimento das regiões rurais onde a cadeia se encontra, socialmente contribui para aumento nos índices de emprego e renda das regiões, assim como na constituição de grupos de amparo e apoio social, além de forte impacto nos índices de analfabetismo e escolaridade (como no caso da Fio Nobre, da Coopestylus e da Cones respectivamente).

No nível político, evidencia-se o protagonismo comunitário, a consolidação de lideranças locais, e com isto, a agregação destes empreendimentos nas lutas macro-políticas da Economia Solidária enquanto movimento social constituído. A questão econômica é contemplada em partes, apesar da Justa Trama ainda não representar, para alguns elos, uma base sólida de remuneração, em outros casos, como nos plantadores de Tauá e nas costureiras da Fio Nobre, representa atividade econômica indispensável à sobrevivência de tais trabalhadores.

Por fim, dentro da dimensão cultural, apesar de ainda não se perceber muitas atividades externas aos empreendimentos em conjunto com as comunidades, abordando temáticas para além do trabalho e da renda, algumas ações indiretamente atingem essa dimensão, como o resgate do plantio ecológico, a resignificação das questões de gênero e o resgate da identidade local.

Existe ainda um ponto relevante a ser ressaltado sobre o desenvolvimento local antes de seguirmos adiante em nossa análise: como apontam França e Santana (2007), é necessário ter certo cuidado, pois o debate em torno do desenvolvimento local parece vinculado a uma série de questões não resolvidas pelos mercados e pelas perspectivas desenvolvimentalistas. Neste sentido tal debate surge como uma espécie de “solução mágica” para os problemas anteriores advindos da idéia de desenvolvimento. Não é por outra razão que tal conceito tende a angariar certa unanimidade e, ao mesmo tempo, desconfiança no sentido de sua aplicação teórica-prática. Assim, é necessário estarmos atentos ao fato de que, nos dias atuais, o conceito de desenvolvimento local vem sendo utilizado como uma espécie de conceito

guarda-chuva, que alçado à condição de panacéia, acaba por induzir uma infinita variedade de processos de intervenção.

Buscando não incorreremos na frágil estrutura conceitual que promove tal panacéia, apontaremos alguns elementos que fortalecem uma possível concepção que acreditamos ser adequada de desenvolvimento local sob a ótica da Economia Solidária. Desta forma, um dos elementos fundamentais para embasarmos esta percepção é delimitarmos o conceito de comunidade.

Não é possível pensarmos Economia Solidária e desenvolvimento local sem pensarmos em comunidade, pois é neste espaço que emergem tais coletivos de trabalho. É primeiramente por uma proximidade territorial, percebendo a comunhão de demandas, que os diversos atores se organizam em busca daquilo que desejam. A comunidade é o berço destas ações e deve, assim que tais grupos ganham autonomia e conquistam objetivos, também ser afetada e beneficiada.

Como reflete Góis (2005) A comunidade atual reflete a sociedade e, ao mesmo tempo, se difere dela, em função de suas particularidades. Assim como reflete os aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos e ideológicos de uma sociedade maior, também se difere dela por revelar aspectos que apresentam modos de vida próprios. Ao buscar entender a comunidade nos encontramos implicados em aprender sobre complexos aspectos territoriais, lingüísticos, religiosos e profissionais que entram ou não em congruência com as macroestruturas da sociedade em que a localidade está inserida.

As palavras têm significados: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra "comunidade" é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que a comunidade signifique, é bom "ter uma comunidade", "estar em uma comunidade". Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que "anda em más companhias". Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade - o modo como esta organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa. (BAUMAN, 2003,p.7).

No sentido que coloca Bauman (2003), a comunidade é um lugar onde podemos contar com a cooperação dos demais, um lugar em que quando tropeçamos e caímos, os outros nos ajudam a ficar de pé. Lugar onde sempre haverá alguém para nos dar a mão em um momento de tristeza. Contudo, mesmo seguindo esta concepção um tanto ideal; na prática não podemos deixar de perceber que a comunidade também é um espaço de contradições, de disputas, de individualismos.

Ainda refletindo sobre as percepções de Bauman (2003) podemos dizer que a diferença entre essa comunidade de nossos sonhos e a comunidade concreta é a existência de uma

coletividade que pretende ser a comunidade encarnada, o sonho realizado que exige lealdade incondicional.

Este elemento idealista composto no conceito de comunidade é compreendido por Sawaia (2002) como fruto de um processo utópico do final do século XX que, para enfrentar o processo de globalização, considerado o grande vilão da vida comum e solidária, apresenta-se como salvaguarda social, com caráter extremamente saudosista que muitas vezes, ao invés de orientar para o futuro remete ao passado, como uma espécie de lamento.

A sociedade assolada pelo processo de globalização, de um lado presencia a queda de todas as fronteiras tradicionais que separavam homens e nações, cujo exemplo mais fantástico é a rede de internet que acena com a comunidade virtual. Por outro lado, assiste atônita a emergência de novas/velhas formas de diferenciação e segregação, o que coloca a alteridade e a identidade como figuras proeminentes da vida social digna, obrigando os estudos sobre a comunidade a retomarem sua gênese, para recuperar seu substrato ético-simbólico como categoria de integração, mas também de autonomia. (SAWAIA, 2002, p. 47).

Neste sentido, comunidade apresenta-se como espaço privilegiado de passagem da universalidade da ética humana à singularidade do gozo individual. Um movimento permanente de recriação da existência coletiva capaz de subsidiar formas de libertação de cada um pela igualdade de todos.

Finalizando esta breve elaboração sobre o conceito de comunidade, espaço específico ao qual se presta o envolvimento e desenvolvimento das ações alicerçadas pelos empreendimentos solidários, estamos de acordo com Bauman ao afirmar que qualquer que seja a escolha (utópica ou realista), ganha-se alguma coisa e perde-se outra. “Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá significar em breve, certa perda de liberdade.” (2003,p.10). Segurança e liberdade são valores igualmente preciosos que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados sem atrito.

Parece-nos que frente à decisão entre buscar ou não o fortalecimento e o imperativo da comunidade, a Economia Solidária já fez sua escolha, tanto que o conceito de desenvolvimento local assume papel central em suas discussões. Assim, através das colocações de nossos entrevistados, apresentaremos alguns benefícios e desafios que os empreendimentos solidários promovem ou encontram em suas realidades.

A- BENEFÍCIOS PARA O LOCAL

I - Meio ambiente, trabalho e escolaridade

As falas de nossos entrevistados evidenciam benefícios concretos vinculados à existência do grupo de trabalho os índices de escolaridade dentro das comunidades. Assim como já apresentado em falas anteriores, a visão sistêmica referente às formas de plantio e manejo ecológico por parte dos plantadores e o esforço e incentivo das cooperativas no sentido de ampliar o grau de escolaridade de seus associados são alguns dos elementos que apontam para estas evidências.

“O fato de nós não ter deixado a fábrica fechar foi muito bom pra região, imagina em uma cidade que há dez anos atrás tinha 40 mil habitantes e 220 deles trabalhando aqui, com mais de 1000 empregos indiretos, é um bom número. Não é a maior ou a melhor empresa da região, mas é importante sim.” (Cooperativado da Cones- SP)

“Bom, envolvimento com a comunidade eu penso assim né, tem um clube que os cooperativados é que bancam e toda a comunidade pode usar, lá nós fazemos duas festas por ano, tudo bancado por nós também e aberto pra comunidade, além do mais, lá funciona escolhinha de futebol para a molecada, salão de festas, tudo é a Cones que mantém, água, luz, IPTU” (Secretária administrativa da Cones- SP)

“Tu vê, eu tenho 44 anos, o outro ali tem 56, ela tem 48, onde nós vamos conseguir emprego, tu acha que alguém pega? Só se for informal para explorar. Se não fosse isso aqui nós tava é mal.” (Plantador de Moreira Sales – PR)

“A maioria aqui tava desempregada e com as documentações tudo atrasada, tinham perdido, roubaram, depois que nós entramos no grupo que começamos a ver o que faltava pra uma, o que faltava pra outra.” (Costureira de Sato André – SP)

“Nós aqui, nestes 10 anos de cooperativa zeramos os analfabetos, todo mundo já sabe lê e escreve, fizemos um convênio com a escola. Tá quase todos com segundo grau já e vários com técnico pago pela própria cooperativa.” (Cooperativado da Cones- SP).

Através das falas dos entrevistados, percebemos realmente alguns benefícios exercidos pelos empreendimentos em suas regiões. De maneira geral, a CONES, por ser o maior e mais antigo elo da cadeia produtiva, apresenta índices mais evidentes nestes aspectos, contudo, em menores proporções, os demais elos também apresentam estes elementos, como o no caso da costureira de Santo André, ao afirmar a importância do grupo no resgate de seus documentos pessoais. Se pensarmos desenvolvimento local como uma ampla questão, não restrita apenas aos aspectos econômicos e estruturais, mas também na melhoria de mínimos aspectos da vida cotidiana, encontraremos neste caso um ótimo exemplo de desenvolvimento.

II - Do local para o Global

Outro benefício visível nas falas dos trabalhadores da Justa Trama é o fato de que fazer parte da cadeia produtiva coloca-os, enquanto comunidade, em uma situação de status reconhecido dentro de escalas nacionais e internacionais.

“Imagina, isso que nós estamos fazendo aqui é muito novo, outro dia tinha até um cara aqui da França que veio ver esse algodão ecológico. Quando nós íamos imaginar que ia vir um cara lá da França aqui em Moreira Sales pra nos conhecer, ein?” (Plantador de Algodão de Moreira Sales – PR).

“Além de trazer saúde para quem planta, fazendo parte dessa cadeia estamos colocando Tauá no mapa da Economia Solidária. Isto é o maior desenvolvimento que a gente poderia pensar.” (Técnico da ADEC – Tauá- CE).

“E não fui eu outro dia convidada pra ir até Porto Alegre falar sobre esse negócio aqui? E pra entrar naquele avião? Xiiii, que medo. Imagina eu nascida aqui atrás dessa casa, no meio do mato, viajando por aí pra falar do ecológico.” (líder comunitária de Moreira Sales – PR).

Boaventura de Sousa Santos (2007) nos auxilia na compreensão de tal fenômeno ao refletir sobre o conceito de *escala* na esfera do Direito. O autor coloca que o Estado moderno se assenta no pressuposto que o direito opera sobre uma única escala, a escala do Estado. Contudo, nas três últimas décadas o pluralismo jurídico chamou nossa atenção para a existência de direitos locais, nas zonas rurais, bairros urbanos marginalizados, igrejas, empresas, desportos. Segundo Santos, trata-se de formas de direito infra-estatais. Assim, emergem três espaços que delimitam três formas de direito: o local, o nacional e o global. Aquilo que difere entre as escalas apresenta-se mais no sentido da legitimidade do que precisamente sobre os objetos de regulação de cada uma. Desta forma, o local possui uma legitimidade de grande escala, o nacional de média escala e o global uma legitimidade de pequena escala.

Tomemos, como exemplo, o conflito de trabalho em uma fábrica operando em regime de subcontratação para uma empresa multinacional de pronto-a-vestir. O código da fábrica, isto é, o conjunto de regulamentos internos que constituem o direito local da fábrica, regula com grande detalhe as relações na produção, a fim de garantir disciplina no espaço de produção, impedir a ocorrência de conflitos e tentar diminuir seu âmbito sempre que ocorre. No contexto mais amplo, do direito laboral estatal, o conflito de trabalho é tão só uma das dimensões, se bem que importante, das relações de trabalho. É parte de uma rede mais ampla de fatos econômicos, políticos e sociais. No contexto ainda mais amplo, do direito global da subcontratação internacional, o conflito de trabalho se tornou um por menos minúsculo nas relações econômicas internacionais que não merece sequer ser assinalado. (SANTOS, 2007, p. 207).

Pensando na vivência dos trabalhadores atrelados a Justa Trama, que de alguma forma percebem-se inseridos através de uma organização em escala local, em âmbitos nacionais e globais, percebemos que colocar o local no global significa levar a lógica mais legítima às instâncias que de alguma forma exercem influência sobre tal realidade específica. Em última análise, esse movimento

apresenta-se como preventivo frente às políticas econômicas e sociais elaboradas em escalas nacionais e globais, que geralmente não encontram fidedignidade e ressonância ao entrar em contato com as realidades às quais pretendem intervir.

Além disto, este fenômeno pode desencadear, via inserção do local no global, um processo de reconhecimento e, assim, de inversão da lógica sociopolítica vigente (vertical e hierarquizada). Como refere Spybey (2007), quando os povos recebem influências globais em suas vidas, o fazem a partir de uma base de cultura local, e isso toma a forma de interpenetração entre o fluxo da cultura global e o padrão cultural local.

Apesar dos empreendimentos econômicos solidários que compõem a Justa Trama já apresentarem aspectos positivos referentes ao desenvolvimento local, é correto afirmar que entre os três eixos que este trabalho busca analisar (subjetividade, desenvolvimento local e gestão da cadeia) o desenvolvimento local apresenta-se como o mais frágil das conquistas realizadas até o momento. Uma das hipóteses plausíveis para responder ao por que desta fragilidade refere-se ao fato de serem, na grande maioria, empreendimentos que ainda lutam por sua própria estruturação e manutenção, dessa forma ainda não consolidando uma base sólida que permita voltar suas atenções para as demandas locais/regionais externas ao empreendimento. Assim, como podemos perceber, os aspectos evidenciados a respeito do desenvolvimento local são oriundos, direta ou indiretamente, da geração de trabalho e renda e não da ampliação da gama de atividades e discussões dos empreendimentos dentro de suas comunidades.

A seguir, apresentamos algumas falas que representam dificuldades em pontos específicos, porém importantes para consolidação de um projeto de desenvolvimento local consciente e amplo dentro destas comunidades.

B) DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

I - Envolvimento com o entorno e as práticas “corretas”

Ao serem perguntados sobre a existência de uma discussão e uma prática diferenciada a respeito dos produtos de limpeza e alimentação dentro dos empreendimentos, em relação à utilização de produtos ecológicos e orgânicos, obtivemos as seguintes respostas:

“Não, não temos essa discussão aqui, tanto para limpeza quanto para alimentação dos associados são utilizados produtos industrializados, convencionais.” (Secretária administrativa da CONES- SP).

“Aqui ainda não, geralmente são produtos convencionais, que compramos no supermercado.” (Costureira da Cooperstylus – SP).

Um dos grandes indicativos de uma mentalidade e uma postura voltada ao desenvolvimento local é representado na capacidade de articulação dos coletivos com questões amplas do contexto social, como alimentação, saúde, limpeza, etc. Explorar as peculiaridades de cada região dentro destes elementos é caminhar no sentido de traçar redes complementares entre segmentos, lutas e movimentos que como consequência, ao serem constituídas fazem que o capital permaneça girando dentro da própria comunidade, fortalecendo-a. (DALLABRIDA, 2007). Esta dificuldade da cadeia produtiva em agregar-se a questões transversais do contexto social também é percebida na compra de alguns insumos para a produção.

“Os produtos que usamos, de maneira geral, tirando fora alguns que vem da própria cadeia, são produtos convencionais, comprados no mercado comum.” (Associado da Cones- SP)

“Geralmente as linhas e tecidos para a costura, tirando fora o algodão ecológico mesmo, muitas vezes são convencionais, comprados no mercado” (Costureira da Fio Nobre- SC).

Além da dificuldade em traçar um padrão de compra de insumos que possa beneficiar outras cooperativas e associações da Economia Solidária, fazendo assim com que os grupos busquem este material no mercado convencional, existe, por parte de alguns empreendimentos, certa dificuldade de inserção nas redes, fóruns e demais estruturas da Economia Solidária, como no caso da Cones e da Cooperstylus.

“A cooperativa participa de algum espaço de articulação política na comunidade?” (Entrevistador)

“Não, a não ser quando a prefeitura convida.” (Secretária administrativa da Cones)

“Hoje em dia temos dificuldades em participar de algumas coisas da comunidade, primeiro pela quantidade de trabalho, depois pelo envolvimento político em esferas maiores, nacionais e internacionais que nos tomam muito tempo. Mesmo assim, sempre estamos de olho nas coisas daqui.” (Costureira da Unívens).

Esta realidade faz com que muitas vezes os empreendimentos possuam pouco reconhecimento dentro de suas comunidades. Somado a este problema de participação em articulações políticas locais, existe, em todo o campo da Economia Solidária, e no caso da Justa Trama isto não se faz diferente, dificuldades em constituir pontos de comercialização e espaços de divulgação adequados.

II - Acessibilidade e Conscientização da comunidade/sociedade

“Até tem clientes daqui, mas a maioria é das cidades maiores aqui em volta” (Secretaria administrativa da CONES- SP)

“É, o pessoal aqui da comunidade ainda não sabe bem de nós, tem uns que vem pedir pra concertar uma bainha ou coisa assim, pensam que é uma costureira comum. O problema é que os produtos que nós vendemos da Justa Trama ficam lá na loja, no centro, perto do porto, não tem venda aqui na comunidade.” (Costureira da Fio Nobre- SC)

“Como começamos a pouco e não tem nada avisando lá na frente, o pessoal da comunidade acha que somos um espaço da prefeitura, então toda hora bate alguém aí perguntando se tem emprego, como faz ficha, essas coisas.” (Costureira da Cooperstylus – SP)

Como referimos na análise sócio-histórica, Itajaí em Santa Catarina é o único pólo onde se constitui, em parceria com a prefeitura e a universidade, uma loja da Economia Solidária que comercializa predominantemente roupas da Justa Trama. Em Porto Alegre, por iniciativa da UNIVENS, as roupas da Justa Trama também são repassadas para alguns espaços de comercialização que vendem diversos produtos da Economia Solidária, contudo, caracterizam-se como espaços menores, pouco atrativos e por vezes de difícil acesso ao público consumidor.

Existe ainda uma dificuldade percebida em todos os empreendimentos estudados neste caso e que também encontra correlação com uma dificuldade geral do movimento da Economia Solidária. Esta dificuldade refere-se à apropriação dos meios de comunicação local no sentido de divulgar seus produtos e difundir seus princípios.

Em nenhuma das comunidades visitadas existe um processo de apropriação ou criação de meios midiáticos que possibilite atingir uma escala maior da população. Talvez por questões ideológicas ou realmente estruturais, percebem-se poucas ações de divulgação da Economia Solidária nos espaços de televisão, jornais e rádios, alguma coisa encontra-se na internet, mas limitando-se a uma produção de cunho mais acadêmico, além de alguns exemplos de folders e cartazes impressos, mas geralmente vinculados a atividades, eventos e feiras específicas.

Guareschi e Biz (2005) desenvolvem profundo estudo sobre os meios de comunicação no Brasil. Os autores afirmam, refletindo sobre a profunda influência da mídia em nossas vidas, quatro preposições: A) A mídia hoje constrói a realidade, tudo que se coloca a margem do mundo midiático é compreendido como pouco relevante ou, na maioria das vezes como inexistente. B) Além de definir aquilo que existe ou não existe pelo seu silêncio, a mídia atribui conotação valorativa aos acontecimentos, decidindo assim o que é bom, ruim, correto, errado, etc. C) A mídia detém o controle da pauta da agenda de discussões, pois de acordo com pesquisas, 82% dos assuntos falados no trânsito, na escola, no trabalho, nos almoços de final de semana foram colocados em discussão pela mídia ao longo das últimas semanas. Por fim, D) a televisão constituiu-se, durante os últimos 30 anos, como um novo personagem dentro de casa, como mais um membro da família brasileira.

A média de horas diárias que o brasileiro fica diante da TV é de 4 horas e 54 minutos. Em algumas vilas periféricas que pesquisamos, a média chega a seis horas e para as crianças, cujos pais tem medo de deixá-las na rua, a televisão fica ligada por 9 horas diárias. (GUARESCHI e BIZ, 2005, p. 65).

Desta forma, percebe-se a importância da Economia Solidária passar a promover ações de apropriação e construção dos espaços midiáticos a fim de utilizá-los para a difusão de uma proposta

social cooperativa, da importância dos valores sustentáveis, do consumo consciente entre outros princípios de suas lutas. A possibilidade almejada por esta apropriação/criação é fundamentalmente a de instigar a consciência do consumidor e desencadear, principalmente nas crianças, um processo educativo diferenciado. Na medida em que a Economia Solidária apropriar-se destes meios de comunicação, encontrará ferramenta eficiente para seu projeto de desenvolvimento e conscientização local.

Ainda sobre este aspecto, é fundamental apontarmos que os serviços de radiodifusão no Brasil são considerados um bem público. Desta forma, sua administração é realizada através de concessões a grupos empresariais que administram os veículos de comunicação, mas estes não são donos, o espaço midiático pertence à União. Ao percebemos que a lei brasileira não permite monopólio de concessionários privados sobre bens públicos, encontramos a justificativa do por que, até os meados do século passado, a lista de concessionários das empresas brasileiras era tratada como segredo de Estado, isto é, inacessível à população. Em estudos realizados encontram-se índices alarmantes que desrespeitam a constituição nacional, como a concentração de 64% das televisões comerciais pela família Sirotsky no Rio Grande do Sul, 52% sob posse da família Magalhães na Bahia, e assim por diante. (GUARESCHI e BIZ, 2005).

Apesar das evidentes dificuldades políticas em realizar um processo de democratização e descentralização dos meios de comunicação no Brasil, é necessário que embates sejam travados neste campo devido a sua profunda influência em nossa sociedade, em nosso dia-dia, em nosso modo de ver e julgar o mundo. Até o momento, pelo que nos parece, os empreendimentos ligados a Justa Trama, assim como o movimento da Economia Solidária de maneira geral, ainda não encontram-se inseridos em tais discussões.

No sentido de nos encaminharmos para o encerramento desta categoria de análise e seguirmos adiante na exposição e análise dos dados, apresentamos a seguir, de maneira sucinta, pontos levantados ao longo da categoria referente ao desenvolvimento local:

- É evidente que, na medida em que os empreendimentos constituem-se enquanto grupos de trabalho dentro de certa territorialidade, as conseqüências da geração de trabalho e renda com índices positivos para aquela população desencadeiem diretos benefícios locais, como no caso do aumento do índice de escolaridade, emprego e renda, em casos específicos (como os plantadores de algodão), agregação de saúde à prática laboral e o resgate das culturas locais, além de coesão comunitária produzindo certo capital social. Além disto, em outros casos (como os das costureiras e plantadoras) a inversão de alguma lógica local embasada em tradições machistas também gera benefício e novos aspectos às práticas locais, na medida em que são cotidianamente atravessadas por pertinentes discussões a respeito de práticas laborais e as questões de gênero.

- Em contraponto ao item acima, mostrou-se como há dificuldades presentes na grande maioria dos empreendimentos estudados na articulação com temáticas mais amplas que poderiam trazer, tanto para dentro dos grupos de trabalho quanto para suas comunidades, ampliação das discussões formativas. É o caso da inexistente discussão sobre formas mais saudáveis de alimentação e utilização de produtos de limpeza, que poderiam encontrar grande respaldo nos movimentos ecológicos e sustentáveis, ou ainda a inexistência das discussões a respeito da violência urbana e rural, do uso abusivo de drogas, dos aspectos referentes às crianças e o trabalho infantil, as peculiaridades do mundo dos adolescentes e dos idosos, discussões sobre acessibilidade da comunidade à saúde, educação, saneamento, habitação, mídia. São todas temáticas que coexistem com os grupos de trabalho em suas realidades. Ao pensarmos como tais empreendimentos podem auxiliar de maneira efetiva na questão do desenvolvimento local, não podemos deixá-las de fora, sob o risco de limitarmos sua contribuição apenas à dimensão econômica/financeira da região.

- Outro dado preocupante, mas que aparece com menor frequência na realidade da Justa Trama, refere-se a não participação de alguns empreendimentos em estruturas, fóruns e espaços de articulação mais amplos da Economia Solidária. Na medida em que tais grupos não participam destes espaços restringem sua capacidade de articulação, conseqüentemente limitam suas práticas e intervenções, correndo o risco do empreendimento fechar-se em si mesmo, se descaracterizando de princípios fundamentais para os empreendimentos econômicos solidários, como o engajamento em lutas sociais, articulação cooperativa com outros empreendimentos, vitalidade na troca de experiências, entre outros.

- Por fim, percebe-se a dificuldade em beneficiar a própria comunidade onde os empreendimentos estão inseridos com os produtos da Justa Trama, uma dificuldade que passa pela fragilidade dos espaços de comercialização destes produtos, pela não apropriação dos meios midiáticos locais para a divulgação desta proposta e que, em última análise, implica em dificuldade de reconhecimento da própria comunidade sobre tal coletivo de trabalho.

Sendo assim, se pensarmos na gama de processos que a Sociologia aborda, no sentido de analisar os elementos necessariamente existentes na realidade para minimizar as desigualdades sociais que assolam nosso país, encontramos nas práticas desenvolvidas pelos elos que compõem a Justa Trama dentro de seu contexto territorial elementos promissores já existentes, assim como outros ainda por serem explorados e melhor desenvolvidos. (MARTINS, 2004).

4.2.3 GESTÃO DA CADEIA PRODUTIVA

Esta categoria de exposição e análise dos dados objetiva expor de forma clara a maneira como é feita a gestão da Justa Trama, estando para isto dividida em dois grandes momentos onde abordaremos a logística da cadeia e posteriormente seus desafios.

Cabe lembrarmos, como já foi exposto ao longo deste texto, que a Justa Trama representa uma experiência pioneira no campo da Economia Solidária; não se tem notícia, tanto no Brasil quanto no mundo, da consolidação de uma cadeia produtiva e solidária regida sob os princípios da Economia Solidária que abranja um território tão vasto, contemplando tamanha diversidade de culturas e com características e desafios tão peculiares.

A Economia Solidária, articulando o consumo solidário com a produção, comercialização e finanças, de modo orgânico e dinâmico, do nível local ao global, amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica de seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos. Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada elo busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos. (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2006, p. 6).

É importante ressaltarmos que, dentro dos preceitos da Economia Solidária, a idéia de cadeias produtivas está diretamente ligada à noção de sustentabilidade, pois esta última é naturalmente favorecida na medida em que as atenções estão voltadas para todas as etapas ou elos que constituem este processo. O êxito de empreendimentos assim concebidos induz a transferir para os produtores parcelas significativas da renda gerada ao longo da cadeia, parcelas que atualmente no sistema econômico vigente são apropriadas por empresários que atuam nas etapas posteriores. Ou seja, além da diminuição da pobreza, seus resultados incidem diretamente sobre as formas de distribuição de renda, contribuindo para uma redução mais acelerada das desigualdades sociais. (PARREIRAS, 2007)

Na medida em que, no capítulo de contextualização, já exploramos em profundidade elementos teóricos que apontam as características e desafios das cadeias produtivas, passaremos de imediato para a exposição dos dados obtidos ao longo do trabalho de campo.

A) LOGÍSTICA DA CADEIA PRODUTIVA

I-Base: Fomentos, parcerias e assessorias

As parcerias, fomentos e assessoramentos são constantemente referidos pelos trabalhadores como a base da cadeia produtiva, a base pela qual toda a cadeia conseguiu se viabilizar e iniciar sua produção. No caso da Justa Trama, esta base está composta, evidentemente, por no mínimo quatro

agentes: A Fundação Banco do Brasil, a UNISOL, a ESPLAR e o próprio Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária representa o espaço inicial de convergência destes diversos trabalhadores de diferentes regiões do país que, unidos pelo movimento da Economia Solidária e impulsionados pela demanda pontual do FSM – 2005 começaram a se questionar sobre a possibilidade de constituírem uma cadeia produtiva de algodão ecológico.

“A Justa Trama entrou na nossa vida quando eu comecei a participar das atividades do movimento nacional em 2003, lá no primeiro encontro do Fórum Brasileiro de ECOSOL conheci a Dalvani de Roraima e a Nelsa de Porto Alegre, em discussões sobre como agregar valor aos nossos produtos, como criar um mercado diferente, como valorizar o trabalhador. No meio dessa discussão apareceu o convite da prefeitura de Porto Alegre, junto com a organização do FSM, para fazermos as bolsas e aí foi o primeiro passo.” (Representante da Fio Nobre na Justa Trama)

Vencido o desafio do FSM-2005, surgia uma nova questão: como manter ativa e crescente tal cadeia? Neste momento, através da busca por parceiras e editais públicos, agregam-se a Fundação Banco do Brasil e a UNISOL como apoiadores tanto financeiros quanto de formação e assessoria da cadeia produtiva. Juntamente com este processo de busca por parcerias consolidou-se a opção por estruturar uma cadeia que trabalhasse exclusivamente com o algodão ecológico.

“Aí veio a idéia do algodão orgânico, fizeram a pesquisa de onde se plantava e acharam o pessoal do Ceará que se organizava em pequenos grupos de plantadores. Depois que achamos, escrevemos projetos atrás de recursos e veio a pareceria com a UNISOL e a FBB, que financiaram o primeiro lote de duas toneladas de algodão, foi onde a coisa começou a andar né, pois aí tínhamos matéria prima para iniciar a produção das roupas.” (Costureira da Fio Nobre- SC)

A UNISOL presta assessoria jurídica à gestão da cadeia e de seus elos, auxilia na elaboração dos projetos e na busca por novos parceiros. O projeto da Justa Trama é também um projeto da UNISOL, isto fica presente pelo simples fato das três pessoas da coordenação da Justa Trama serem também membros do conselho executivo da UNISOL. (METELLO, 2007).

Na medida em que, para a consolidação da base dessa cadeia, era necessária uma organização coletiva dos plantadores no sentido de agruparem sua produção e contribuírem com um número suficiente de algodão para a Justa Trama, a ADEC entra como elo fundamental dessa cadeia, pois através desta associação é que se congrega a produção de algodão orgânico da região de Tauá - CE. Sendo assim, a ESPLAR torna-se parceira indireta da Justa Trama na medida em que desenvolve trabalhos de assessoria técnica e formação a respeito do algodão orgânico aos plantadores do Ceará em conjunto com a ADEC.

Podemos também referir uma parceria indireta entre Justa Trama e Veja. A Veja é uma associação sem fins lucrativos sediada na Holanda que produz calçados sob a perspectiva do

desenvolvimento sustentável, do consumo consciente e do preço justo. Com o algodão orgânico produzido pela ADEC, produzem tênis que são exportados para países da Europa.

“A parceria com a VEJA é fundamental, primeiro porque se não fosse ela não teríamos para quem vender a maior parte do algodão que produzimos, hoje temos um acordo de 40% da produção para a Justa Trama e 60% para a VEJA, outra coisa é que são eles que estão pagando para nossos plantadores o processo de certificação de ecológico do nosso produto, isto não é um processo barato.” (Presidente da ADEC- CE)

É sob esta base que os empreendimentos que compõem a cadeia produtiva, aliados aos seus parceiros locais, encontram possibilidade de seguir adiante com esse processo, garantindo as condições mínimas para o plantio e confecção de roupas de algodão ecológico. Com apoio desses órgãos de fomento, de pequenos e médios parceiros locais, a Justa Trama se desenvolve como uma cadeia produtiva que atravessa o Brasil de norte a sul, passando por seis diferentes estados (RO, CE, SP, PR, SC e RS). Seu fluxo inicia com os plantadores de algodão ligados a ADEC, em Tauá-CE, e a comunidade de plantadores de Moreira Sales no Paraná. Este algodão é enviado para Nova Odessa-SP, onde a CONES produz fios de algodão. Posteriormente, estes fios são encaminhados para a Cooperstylus em Santo André-SP, onde são transformados em tecido para, finalmente, chegar até os grupos de costura Fio Nobre em Itajaí-SC e UNIVENS em Porto Alegre-RS para ser transformado em roupas. Adereços, botões e miçangas que servem de acabamento para as peças são coletadas por famílias da região amazônica e enviadas para as costureiras do sul.

Como referimos anteriormente, todo este processo é possível pela existência de apoios e projetos que subsidiam parcelas significativas dos custos da cadeia. Ao nos debruçarmos sobre este fluxo de produção, o meio do processo, três elementos nos parecem relevantes: o transporte, a comunicação e o processo de tomada de decisões. Veremos cada um deles a seguir.

II - Meio: Transporte, Comunicação e Tomada de Decisões

Especificamente sobre o transporte o técnico da ADEC relata:

“Pois é, quem dera nós termos uma frota própria né, que pudesse fazer este transporte sem muito custo né, mas ainda não tem não, esse serviço nós terceirizamos e pior que terceirizamos de uma empresa foral, pois não encontramos nenhuma cooperativa de caminhoneiros para fazer o serviço.”

A representante da Fio Nobre na Justa Trama, complementa:

“É, é uma pena que ainda seja terceirizado, mas este ponto é mais tranqüilo também, porque não é uma coisa que tem que ficar levando e trazendo o dia todo. Como a produção da Justa Trama é semestral, esse fluxo de transporte acontece uma ou duas vezes por ano apenas, então é mais tranqüilo.”

O transporte de produtos, considerado parte da Cadeia Produtiva, segundo a definição do Sebrae, no caso da Justa Trama não é realizado por um EES, com exceção dos produtos

beneficiados pela Cones, pois essa cooperativa possui caminhões próprios e entrega seus produtos no EES responsável pela etapa seguinte de produção. Todas as demais transferências de cargas são realizadas por empresas capitalistas convencionais... O transporte representa um alto custo na composição do preço do produto final e o fato de não ser realizado por um EES significa deixar de reverter um montante de recurso considerável em prol da Economia Solidária. (METELLO, 2007, p. 97)

Outra questão relevante para a compreensão de como se organiza a logística da Justa Trama refere-se aos processos de comunicação e troca de informações, visto que a distância geográfica entre os empreendimentos é um dos elementos característicos da cadeia.

“Geralmente nos comunicamos por e-mail né, é mais barato e quase todos temos acesso, é um pouco mais difícil com o pessoal de Tauá e Porto Velho, porque eles olham com menos frequência, mesmo assim o e-mail é bem efetivo.” (Representante da Fio Nobre na Justa Trama).

“Quando a coisa fica mais corrida, que tem que tomar uma decisão rápida, não dá pra esperar, aí vai de telefone mesmo, paciência, é caro, mas tem que ser, depois traz pra reunião e coloca junto com as despesas da cadeia, afinal, faz parte dos gastos né?!” (Representante da UNIVENS na Justa Trama).

A comunicação é uma das características mais importantes para empreendimentos interligados em forma de cadeias. Tudo deve ser socializado de maneira a que todos entendam e tenham acesso aos dados e informações. O grau de conhecimento é diretamente ligado à capacidade de comunicação horizontal e influencia de forma fundamental na tomada de decisão. Como cita Singer (2002, p19): “É preciso que todos os sócios se informem do que ocorre e as alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. O fato de todos estarem a par do que está acontecendo contribui para a cooperação inteligente entre os sócios”.

Frente a este ponto a tecnologia assume função central. A tecnologia não é neutra. É praticamente impossível separar as condições concretas das inovações tecnológicas do capitalismo das estruturas de relações sociais que este sistema mantém e desenvolve. Desta forma seria um absurdo pensar em modificar as condições de trabalho, a organização do trabalho e a divisão do trabalho sem pensar em uma apropriação progressiva dos sistemas tecnológicos da sociedade capitalista. (LEPAGE, 1978, p.37).

Esta inversão da tecnologia em benefício dos trabalhadores supõe um esforço prioritário de democratização da informação e isto não se concretiza sem o fim do monopólio na informação. De acordo com Nanci e Carvalho (1993) a democratização da informação deve passar por três níveis: socialização dos principais meios de produção da informação (rádios, emissoras de televisão, jornais, revistas...), socialização das condições de produção da informação (não apenas através do saber técnico) e a destituição dos impérios monopolíticos de informação.

Assim, tais discussões a respeito das formas de comunicação interna da cadeia produtiva encontram consonância com os elementos já apontados ao longo deste trabalho quando tratamos do desenvolvimento local e a necessidade de apropriação dos meios midiáticos regionais, na medida em que se mostra fundamental um processo de apropriação e transformação do manejo destes meios, inclusive existindo a necessidade de desencadear um significativo processo de inclusão digital destes trabalhadores e trabalhadoras.

Através de uma percepção ampliada, percebemos que a consolidação de estruturas eficientes de comunicação apresenta-se primeiramente no sentido de facilitar a gestão e o processo de tomada de decisão interno da cadeia, mas ao ser incorporado pelos elos produtivos, tais estruturas de comunicação expandem esta delimitação provocando reflexões sobre as melhores formas de comunicar-se também externamente, com o público consumidor.

Por fim, como elemento fundamental na compreensão deste processo logístico da cadeia produtiva mostra-se necessário compreendermos como se desenvolvem os processos de tomada de decisões dentro da Justa Trama. Este processo encontra-se implicado nas perspectivas teóricas da autogestão e é viabilizado por uma dinâmica prática de organização específica e sistêmica dentro da cadeia, como veremos a seguir.

Os espaços de decisão podem ser compreendidos como o centro do processo de gestão de uma cadeia ou empreendimento, todas as deliberações importantes, assim como avaliações, estratégias e mudanças ou permanências de rumos devem ser tomadas neste espaço. Neste aspecto, a cadeia produtiva pode ser equiparada a uma rede de cooperação que, como refere Balestrin e Verschoore (2008), caracterizam-se por relações equilibradas e pela automotivação dos envolvidos, que agem impulsionados por interesses individuais e coletivos.

Esta interação entre os participantes rompe com o modelo centralizador de decisão, visto que a lógica da decisão reside não mais em um único indivíduo, mas no coletivo estabelecido pelos associados (BALESTRIN e VERSCHOORE, 2008). Esta nos parece ser a busca da Justa Trama ao realizar as reuniões de diretoria da cadeia produtiva.

“É funciona assim, temos a pauta da próxima reunião, passamos para todos por e-mail ou já saem com ela do último encontro, todos os elos discutem a pauta em suas bases e seus representantes trazem para as reuniões da diretoria, onde decidimos as coisas com essa discussão prévia.” (Representante da Fio Nobre- SC)

Como forma de organizar a gestão da cadeia, a Justa Trama possui uma diretoria que se encontra trimestralmente. Esta diretoria é composta por um representante de cada elo, e cada representante possui o mesmo poder de voz e voto que os demais. Além deles, assessores da UNISOL e da ESPLAR também participam das reuniões, mas estes não possuem poder de decisão.

“Neste espaço nossa autonomia é importante, já deu briga com assessor querendo se meter demais, não é só por que a agente depende deles pra algumas coisas que eles vão coordenar o processo. Quem tem poder é o trabalhador!” (Costureira da UNIVENS- POA)

Estas reuniões de diretoria são um dos elementos que ainda são subsidiados pelos projetos de apoio e fomento principalmente do Governo Federal. Visto a abrangência do território da cadeia, seria inviável para ela própria bancar o custo de deslocamento de tais representantes para as reuniões trimestrais. Contudo, atentos à necessidade de todos os trabalhadores, inclusive da base produtiva, estarem envolvidos com a Justa Trama e seus processos decisórios, utiliza-se a metodologia de fazer tais reuniões de forma itinerante, cada vez em uma localidade que possui elo da cadeia, possibilitando assim que cada vez um grupo possa estar participando com mais componentes nas reuniões, apesar de manter-se um voto por elo.

No que diz respeito às decisões operacionais, exemplos de redes bem sucedidas vêm demonstrando que elas não devem ser deliberadas nas reuniões gerais de associados. Normalmente as redes estabelecem um órgão decisório denominado diretoria, composto por representantes dos diversos empreendimentos. Mesmo assim, é importante que essas decisões sejam tomadas com ampla participação dos associados, pois só assim a rede exercerá seu maior diferencial competitivo: a capacidade e sinergia do grupo na busca por objetivos comuns.

Cabe ainda ressaltar a importância da renovação periódica dos membros participantes desta diretoria, tendo em vista impedir que alguns representantes se estabeleçam por longos períodos neste espaço, o que poderia atrapalhar o preceito da ampla participação. (BALESTRIN e VERSCHOORE, 2008).

“Sim, sobre isto que tu perguntou antes, se existe dois públicos diferentes dentro da cadeia – um mais militante e outro mais da base - pode ser, na diretoria a gente fica sempre pensando nisso, tem que trazer as pessoas, tem que formar novas lideranças, ou vai ficar sempre os mesmos, e quando estes não puderem mais? Até por isto as reuniões itinerantes e a pressão para que todos participem das feiras e eventos.” (Representante da Univens – RS)

Se observarmos a realidade da Justa Trama, perceberemos que este espaço de tomada de decisão está sustentado por três elementos fundamentais, dos quais dois deles nós já tratamos ao longo deste trabalho: a comunicação clara e eficiente, a cooperação consciente na qual encontram-se todos cientes dos objetivos da cadeia partilhando de seus acordos e motivações, e o elemento que abordaremos a seguir: a autogestão.

A autogestão é seguidamente identificada com um dos elementos mais marcantes de diferenciação dos empreendimentos econômicos solidários em relação às empresas formais. O fato de descentralizar as decisões, fazendo com que o próprio coletivo de trabalho legisle sobre

sua realidade faz com que se elimine a clássica figura do chefe, provocando uma série de transformações no ambiente de trabalho.

Talvez a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a organização hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas surgem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Nestes casos os trabalhadores de níveis hierárquicos mais baixos sabem muito pouco além do necessário para cumprir suas funções, estas funções tendem a ser repetitivas e rotineiras. Neste tipo de organização geralmente se estabelece relações de competitividade entre setores e grupos rivais dentro da própria empresa. (SINGER, 2002,p.16).

“Se autogestão é isso aí que tu falou, então a gente até já faz e não sabia né?” (Costureira de Santo André)

“Autogestão é mandar no próprio nariz, quer dizer que nós que decidimos tudo entre nós mesmo, não tem quem mande mais que outro, todo mundo é igual” (Costureira de Santo André)

Nanci (1993) desenvolve um profundo estudo a respeito do nascimento das organizações não governamentais e suas relações com o conceito de autogestão no Brasil. O autor nos auxilia na diferenciação entre os conceitos de Democracia Participativa, Co-determinação, Comunidade de Interesse e Autogestão, buscando clarear e fortalecer este último. Como veremos a seguir, as quatro categorias referem-se a graus maiores ou menores em relação à prática de autogovernar-se.

Democracia participativa é o tipo de organização onde todas as pessoas podem vir a tornar-se líder. É o tipo menos avançado de organização autogovernada. Seu objetivo principal é forçar os problemas da comunidade a serem considerados em nível estatal ou nacional. As pessoas se organizam desta maneira quando são incapazes de melhorar sua situação por elas mesmas, freqüentemente por que sua imputada comunidade como um todo é objeto de discriminação. Neste sistema, os membros da comunidade elegem representantes que, como delegados, realizam a defesa de seus interesses em espaços de articulação. A grande dificuldade deste modo de organização é o possível distanciamento existente entre as demandas do delegado e as demandas da comunidade, assim como problemas de comunicação entre eles.

Co-determinação é o segundo modo do *continuum* auto-governo. Neste caso não se levam em conta os antecedentes dos indivíduos, suas origens, histórias, posições e predileções, basta que sejam membros da mesma organização para compartilharem da autoridade existente.

Enquanto a democracia participativa busca integrar a comunidade, o movimento de co-determinação luta pela integração das lideranças individuais. O elemento de coesão do grupo é a figura centralizada do líder. É uma forma de associação entre as pessoas que se sentem representadas pela autoridade geral da organização. Neste modo de organizar-se percebemos um diferencial importante frente à Democracia Participativa: na co-determinação o poder formal da

organização é exercido pela assembléia, é ela que prescreve as regras de funcionamento interno da organização e as ações a serem tomadas pelo líder e demais membros. O líder, por sua vez, possui pouco poder formal para agir, mas grande poder simbólico para inspirar os indivíduos a realizarem funções que lhes foram atribuídas e assim manter a organização unida.

O terceiro tipo de autogoverno é a Comunidade de Interesses, nela todos lideram. Pelo alto índice de interesses comuns, qualquer pessoa pode falar em nome do grupo. Este tipo de comunidade busca influenciar a sociedade de maneira geral trabalhando geralmente com a dinâmica de dividir sua unidade em subunidades básicas. Só pode ser criada por pessoas que tenham uma total identificação com as metas sociais e as atividades coletivas, não importando sua posição na organização. Os membros desenvolvem participação direta nas atividades críticas da organização, atividades empregadas no objetivo de conquistar mudanças sociais e políticas. Geralmente os membros derivam do mesmo ambiente ou comunidade, aliados por um denominador comum muito forte e concreto.

Como cita Nanci (1993,p55):

As organizações do tipo comunidade de interesse, como qualquer outra organização do tipo autogovernante, alcançam o sucesso na medida em que conseguem arrebatar algum tipo de burocracia exterior que até o momento excluía a organização e seus membros do poder e da tomada de decisão. Em uma comunidade de interesses isto significa uma transformação de uma população desorganizada em uma base estruturada política de poder. Ao fazer isto a organização vai de um simples redirecionamento de lucros ou produção para o exercício de uma ética social autônoma e combativa, cujos valores estão em conflito com aqueles da burocracia dominante da sociedade em geral. Este processo é sempre um processo político.

Quando a organização chega neste ponto, passa a existir um grande diferencial: a tomada de decisão não se faz mais pelo voto direto, pelo qual a maioria simples decide, mas busca-se sempre o consenso. Isto garante voz a todos e atribui à minoria o poder de veto. A escolha de líderes varia de acordo com a situação e a potencialidade de cada membro, sendo possível para todos a chegada ao cargo de liderança. Cada membro desenvolve-se politicamente junto com o desenvolvimento da organização.

Por fim, de acordo com Nanci (2003), o último e mais favorável tipo de autogoverno é a Autogestão, na qual todos os trabalhadores de um determinado empreendimento tornam-se dirigentes dele. Para o autor, dentro do modelo de autogestão encontramos todos os elementos dos outros anteriormente citados. Todos podem votar e se transformar em um líder, o grande desafio segue sendo a correspondência entre suas ações e as demandas da comunidade. Ao aceitarem assumir este papel, assumem não apenas suas funções de funcionário e dono, mas também de

cidadão e militante. Disto se segue que o modelo de autogestão não é apenas um modelo de organizar uma firma, mas, simultaneamente, uma forma de organização social mais ampla.

Desta forma temos:

Tabela 5: Formas de autogestão

	Democracia participativa	Coodeterminação	Comunidades de interesse	Autogestão
Principal atividade	Desenvolvimento econômico	Desenvolvimento simbólico	Desenvolvimento político	Desenvolvimento sistêmico/comunitário
Metas de mudanças sociais	Integração da comunidade em instituições nacionais da sociedade civil	Liderança com base na comunidade e esta com base na sociedade geral	Influência organizatória baseada em autogoverno sobre a sociedade	Autodeterminação da sociedade civil

De acordo com NANJI (1993, p.52):

Precisamos ter em mente que as organizações de superfície comuns de autogoverno e de interesse social não são tão simples como parecem. Cada tipo representa uma solução idealizada para a natureza de um conflito particular que a respectiva organização enfrenta e, naturalmente, há diversas variações possíveis de cada tema principal. Depende muito dos interesses sociais envolvidos e da interação dos líderes e membros das organizações na medida em que ela se move da democracia participativa para a autogestão.

Na autogestão os membros formam um grupo que governa a si mesmo. Todos os trabalhadores se tornam administradores diretos. Como refere Nascimento (2007, p. 52), “a dimensão gestonária diz respeito ao trabalho vivo, inclui as relações de trabalhador um com outro, com a organização e o processo de trabalho específico. E inclui também as relações de trabalhador com ele mesmo, os usos que faz de si, suas aspirações, desejos e crenças.” Desta forma a dimensão gestonária supõe a não dissociação no modo de produção, entre subjetividade e prática. Esta dissociação promovida pelas grandes empresas capitalistas entre trabalho e lazer, função e hobby, vida pessoal e vida profissional é combatida ferozmente dentro da concepção de autogestão.

“Quando a empresa faliu e nós nos transformamos em cooperativa o pessoal até gostou, gostou de votar, de decidir, porque em uma empresa S.A. a decisão vem de cima pra baixo né, em uma cooperativa é de baixo pra cima. Mesmo quando o conselho toma uma decisão por conta, quem escolheu aquele conselho foi a gente né e a assembléia tem poder maior que tudo.” (Associado da Cones- SP)

“Hoje acontece muito mais do trabalhador cobrar as coisas, tipo aquele saquinho é uma porcaria, quando era empresa não tava nem aí, agora chega pro setor de compras e pergunta: por que esse saquinho tá vindo uma porcaria?” (Representante de vendas da cones – SP)

“Qualquer um pode ser conselheiro ou presidente, depende dele, das propostas dele, de passar sua idéia pro pessoal e da maioria votar nele. Todo mundo pode se candidatar é só entender do assunto e se capacitar. Nunca vão abrir uma vaga aqui e pegar alguém de fora antes de ver se não tem aqui dentro quem pode assumir, e quase sempre tem.” (Secretária administrativa da Cones- SP)

A Economia Solidária é um dos movimentos contemporâneos que vem buscando resgatar a dimensão autogestiva nas formas de organização do trabalho e assim ampliá-la para a organização das comunidades que, por sua vez, envolvidas nestes processos de autorganização se constituem como conjunto de pessoas mais crítico, organizado e representativo em busca de seus direitos. Desta maneira, podemos compreender a autogestão como uma forma de promoção da democracia em instituições sociais em que trabalhadores são os sócios e os sócios são os trabalhadores. É uma visão avessa às tantas formas de participação prisioneiras da hierarquização no campo da democracia formal. (CANDEIAS, 2005).

Contudo, como nos aponta Candeias (2005), “a autogestão entre trabalhadores não se constitui apenas de um ideário ou de um objetivo. Há uma experiência histórica estabelecida pelas lutas de classe que encontra-se muito presente nas formulações dos socialistas utópicos (Owen, Fourier e Proudhon), adquirindo características de mudança gradual por meios pacíficos da sociedade capitalista, através das livres associações de produtores e consumidores.”

Em alguns autores, que remontam a este processo histórico do conceito de autogestão ao longo das décadas, também se localizam indicativos radicais do uso do conceito de autogestão enquanto dispositivo fundamental de lutas sociais em busca de mundos e sociedades comunistas ou socialistas, como no caso de LEPAGE (1978, 33.p) e sua extremista definição:

Para os partidários da autogestão somente a desestruturação das estruturas fundantes do direito a propriedade pode, com efeito, transformar as estruturas de poder da sociedade industrial que, pela concentração das decisões, a divisão do trabalho e a hierarquização das relações, são responsáveis pela crescente alienação do trabalhador.

Apesar de tais colocações encontrarem significativos respaldos históricos elas trazem à tona a velha dicotomia entre capitalismo e socialismo que raramente encontra espaço adequado para ser pautada nos dias atuais. A própria Economia Solidária e o movimento cooperativista moderno dão exemplos de como podem se articular conceitos como autogestão e cooperação com eficiência e viabilidade econômica sem recorrer ao já superado duelo entre antigos paradigmas.

Uma das características marcantes deste tipo de organização autogestionada refere-se às questões dos papéis e funções. O fato de, dentro dessas organizações, ser colocada em cheque a figura centralizadora do patrão ou do chefe, constitui um grande diferencial nas práticas operacionais do cotidiano. Como cita Nanci (1993, p.37), “o auto nível de homogeneidade de

valores e o desejo de engajamento, em princípio, levam cada membro do grupo a exercer a autoridade com todos os outros membros.”

Mas, um de nossos entrevistados alerta:

“O pessoal acha que autogestão é cada um fazer o que quer, isso dá problema porque pensavam: Eu sou dono então posso chegar a hora que eu quiser! Depois se deram conta que o dono, nesse caso, tem que ser sempre o primeiro a chegar e o último a sair. E tem mais, tem gente que pensa que autogestão é ausência de hierarquia, tá muito enganado, ein amigo!”
(Representante da Cones- SP)

No sentido de fortalecer, clarificar e estimular tais práticas, Nanci (1993) aponta para cinco políticas de organização para autogestão, são elas:

- 1) A tomada de decisão é resultante da autoridade delegada de baixo para cima. O poder de qualquer um é sempre submetido à assembléia que trabalha, quando possível, sob a lógica do consenso.
- 2) A comunicação é a característica mais importante. Tudo é socializado de maneira a que todos entendam e tenham acesso as informações. O grau de conhecimento é diretamente ligado à capacidade de comunicação horizontal e de forma fundamental na tomada de decisão.
- 3) Informações a respeito da vida e das condições do trabalhador no Brasil e no mundo devem ser temas colocados em questão de forma a serem estudados.
- 4) Não há propriedade privada dentro do espaço produtivo, mas sim a coexistência da propriedade individual, propriedade pública e propriedade social ou coletiva.
- 5) A meta sempre é a de desenvolver o talento dos trabalhadores e difundir o conhecimento através de espaços permanentes de trocas e interlocuções.

Chegamos assim a um dos elementos mais citados pelos nossos entrevistados em relação à dificuldade de fazer autogestão: refere-se ao desafio em lidar com o conflito. É necessário resignificar o conceito que os trabalhadores possuem a respeito do conflito, pois muitas vezes, o conflito é percebido como algo insalubre e que deve ser evitado. Isto acontece pela tendência natural das pessoas em levarem as divergências de idéias para uma conotação de divergência pessoal, acabando assim por omitirem-se da participação, evitando entrar em conflito com os demais colegas.

“O pessoal muitas vezes tem medo de participar porque vai ter que discutir idéias e acha que discordar das idéias uns dos outros vai acabar gerando mal estar entre vizinhos, amigos, colegas.”
(Representante da ADEC – Tauá)

Como aponta Nascimento (2007) o conflito não representa apenas um choque de culturas, mas aponta também para o fato de que há vida política ativa no grupo. Neste ponto percebemos claramente o aspecto saudável do conceito. O conflito deve ser percebido como agente

impulsionador de crescimento, instigador de novidade e espaço propício para o desenvolvimento da criatividade. Para que isto aconteça devemos recorrer ao que referíamos anteriormente sobre a necessidade de haver uma base sólida, um denominador comum entre as demandas e desejos dos participantes, aquilo que chamamos de cooperação consciente. Caso o conflito não assuma esta conotação saudável e criativa, as divergências podem ocasionar rivalidades internas que acabariam gerando desentendimentos, desmotivação, desinteresse e competição, o que geraria um processo de implosão do grupo.

Como cita Singer (2002,p.19):

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, em geral não é a coordenação da cooperativa que sonha as informações dos sócios, mas sim estes que preferem dar o voto de confiança para que a direção decida no lugar deles. Por sua vez a direção tende a aceitar o pedido pela facilidade na tomada de decisões e também por vezes, motivações inconscientes na busca de status e poder.

Na busca de desenvolver práticas que possibilitem o manejo com o conflito de forma saudável e criativa, Nascimento (2007, p. 4) nos ajuda apontando que:

É insuficiente dizer que autogestão é a ausência de separação entre os que decidem e os que executam. A questão dos papéis, principalmente daquele que possui como função controlar horário ou qualidade, tornam-se pontos sensíveis na gestão do empreendimento. É necessário um suporte formal, como estatuto ou regimento interno, juntamente com um processo dinâmico de rodízio das funções, para que estas atribuições não se personifiquem.

De fato uma base formal e contratual mostra-se necessária, entretanto, teme-se que um excesso de formalização amarre as cooperativas e grupos informais de trabalho nas tramas da burocracia. Isto poderia, paradoxalmente, dificultar o exercício cotidiano da autogestão, correndo-se o risco, com o passar do tempo, de virem a se reproduzir processos capitalistas de gestão e de produção.

Fundamentalmente a burocracia está associada ao modo dominante de produção, mas isto não quer dizer que os burocratas estejam engajados na atividade produtiva de forma direta. Todos os burocratas aceitam o princípio da hierarquia. O propósito do princípio de hierarquia é concentrar a capacidade de todas as pessoas para os objetivos de acumulação de riquezas para a manutenção da elite da sociedade. O comportamento burocrata é estimulado e assegurado pela ordem legal. (WEBER, 2004).

Tendo em vista estas observações, é necessário estabelecer estruturas contratuais e burocráticas para o fluxo saudável de demandas dentro da cadeia, mas, como já foi apontado em nossa discussão sobre cooperação consciente na sessão referente a subjetividade, estas estruturas devem estar a serviço do trabalhador e não ao contrário, encerrando-o em um conjunto de normas que mais limitam do que promovem sua autonomia.

“Certa burocracia tem que ter, por exemplo, aqui não entra uma agulha sem nota fiscal, essas coisas são vitais para o dia-a-dia da cooperativa, só que não devem atrapalhar, quando atrapalham devem ser repensadas.” (Auxiliar administrativo da Cones- SP)

Apontada a centralidade do conceito de autogestão no tripé que sustenta a lógica dos processos de tomada de decisão dentro da Justa Trama (comunicação, cooperação e autogestão), indicamos através da fala de uma de nossas entrevistas dois elementos ainda relevantes para a compreensão do fluxo da cadeia. Posteriormente passaremos para a exposição dos desafios.

O primeiro elemento presente em sua fala refere-se ao Ato Cooperativo e o segundo ao processo de reinvestimento das sobras geradas pelas vendas dos produtos da Justa Trama.

“Assim, uma coisa que facilita esta estrutura de uma Central (que é a forma como a Justa Trama esta organizada atualmente) é que todos os elos se constituem enquanto cooperativas, assim podemos realizar o Ato Cooperativo que, basicamente, refere-se a isenção de impostos na transferência de materiais de um elo para outro. Assim, quando o algodão sai do Ceará e vai para São Paulo e depois para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ficamos, pela legislação, isentos de pagar uma carga super alta de impostos de traslado, compra e venda, insumos etc.” (Representante da UNIVENS na Justa Trama)

“Sobre o investimento das sobras temos a combinação de que, pago os custos de insumos e mão de obra de cada elo aquilo que sobra, geralmente as cooperativas fazem um fundo e dividem entre os trabalhadores no final do ano, nós reinvestimos proporcionalmente no aprimoramento da estrutura produtiva de cada elo, comprando máquinas por exemplo, ou arrumando a estrutura do espaço físico.” (Representante da UNIVENS na Justa Trama)

Como refere Metello (2007), um dos mais evidentes benefícios dos empreendimentos em organizarem-se em cadeias produtivas diz respeito à diminuição dos custos de transação entre as ações internas e a possibilidade de investimento dentro das expectativas e necessidades de cada elo produtivo. Na primeira fala encontra-se de forma evidente a influência direta nos custos de transação em relação ao fato de tais empreendimentos estarem organizados em forma de cadeia.

De acordo com definição sugerida por Villwock (2007), o custo de transação refere-se à quantidade de energia, seja econômica, temporal, humana ou laboral, despendida para a realização de intercâmbios entre empreendimentos. Desta forma, quanto menos se conhece o parceiro, o mercado e o produto, maiores são as necessidades de ferramentas que assegurem a transação (contratos, leis, reuniões, acordos), conseqüentemente, o custo da transação aumenta na medida em que aumenta a necessidade de emprego de tais ferramentas.

B) DESAFIOS

Este segmento de nossa análise encontra embasamento nas colocações realizadas por nossos entrevistados ao referirem aspectos que devem ser melhorados no funcionamento da cadeia, pontos

que ainda não se encontram suficientemente desenvolvidos e fortalecidos, assim como expectativas para os anos seguintes.

Apontamos três elementos que, com frequência, são referidos como desafios a serem enfrentados dentro da cadeia e que devem receber especial atenção, são eles: a incompatibilidade entre elos, a sustentabilidade da cadeia e a ampliação da gama de produtos. Falaremos sobre cada um deles a seguir:

I - Incompatibilidade entre os elos

A incompatibilidade entre os elos é evidente na dimensão estrutural que cada empreendimento possui, isto afeta de maneira direta como e por que cada empreendimento se envolve na proposta da Justa Trama.

“A gente ficou tão chateado em certa reunião com a discussão fora do foco que eu me levantei e falei: Gente, é o seguinte, a cooperativa Nova Esperança está em Nova Odessa, o telefone é este, nós estamos lá, quando as coisas estiverem mais claras e resolvidas vocês nos procuram e nós teremos todo o prazer em participar, mas assim não dá para nós, pois se perde muito tempo aqui e não se chega a nada, então quando vocês tiverem o algodão bonitinho pode ficar tranqüilo que a Cones compra. Entende? A nossa questão é a agilidade, dentro da cooperativa a gente já tem muita burocracia, se tu vai pra fora e encontra mais burocracia ai não dá.” (Representante da CONES-SP)

A CONES, como maior empreendimento envolvido na cadeia, apresenta sua participação em um nível mais ideológico do que realmente buscando ganhos econômicos, pois como já foi referido, o processo de trabalho com algodão ecológico na CONES é um processo oneroso, devido a pequena quantidade de produção deste material. Além disto, a CONES apresenta divergências sobre a sustentabilidade e a relação da Justa Trama com os órgãos federais de fomento. Isto traz diretamente uma postura diferenciada sobre as concepções a respeito das melhores estratégias a serem adotadas pela cadeia.

“Já falamos, no nosso entender, a Justa Trama já poderia ser sustentável e independente, falta profissionalizar esta parte da gestão administrativa que hoje é feita pelo pessoal da UNIVENS e coragem para se desvincular de algumas alianças.” (Representante da CONES- SP)

A postura competitiva da cooperativa frente ao mercado é um elemento que também produz diferenças em relação ao resto da cadeia, que muitas vezes abre mão de um posicionamento mais mercadológico em troca de um componente mais solidário.

“É, enfrentamos algumas dificuldades em relação às concepções, o pessoal da CONES por exemplo tem um outro olhar sobre a questão do mercado e isso afeta a relação com os parceiros, um olhar bem mais comercial.” (Representante da Fio Nobre- SC)

Da mesma forma que explicitamente existem diferenças da Justa Trama como um todo em relação a postura da CONES, outro empreendimento que compõe o meio da cadeia (fiação e

tecelagem) também apresenta suas incompatibilidades. Referimos-nos a Coperstylus, que é o empreendimento mais novo dentro da cadeia e ainda não apresenta uma capacidade de produção organizada e ativa para a tecelagem do algodão orgânico.

“É, nós estamos por enquanto participando só na idéia né, porque estamos esperando essa máquina ficar pronta, depois temos que aprender a lidar com ela e ver se vamos conseguir produzir tudo que precisa de tecido de algodão.” (Costureira da Cooperstylus)

Esta incompatibilidade de produção e de posicionamento no miolo da cadeia produtiva faz com que a representante da UNIVENS, uma das idealizadoras da Justa Trama, aponte:

“Nossa análise é de que as pontas já estão bem fortalecidas, isto é, o plantio e a costura, estes elos estão bem compactados e trabalhando de acordo na filosofia e na produção, mas este meio de fiação e tecelagem ainda não está bem estruturado. O próximo ano vai ser o ano de botar na mesa: quem quer pegar junto fica, quem não quer já era, pois temos que consolidar a harmonia entre todas as partes da cadeia. Veja bem, eu não vejo problema na diversidade, as pessoas dizem que este é um ponto difícil, eu acho que um dos pontos mais fortes, acho que a Justa Trama é pura diversidade e vai ser sempre assim, temos é que direcionar essa diversidade para um sentido único”

II- Sustentabilidade da Cadeia

Outro elemento que se apresenta como desafio dessa cadeia é sua sustentabilidade. Este elemento agrega dois importantes aspectos: a abertura de novos espaços de comercialização e a independência de órgãos de fomento. Sobre estes aspectos existe uma profunda discussão dentro da diretoria:

“Nós pensamos, podemos nos desvincular dos órgãos de fomento, mas primeiramente, é isto que queremos? Na medida em que são órgãos que representam uma luta por um ideário maior de mudança social. Outra, como faríamos com o transporte e as reuniões de diretoria? Teríamos que parar de investir as sobras nas estruturas produtivas dos elos, diminuir o ganho do trabalhador, pelo menos num primeiro momento. Afinal de contas, esse dinheiro subsidiado pelo governo é nosso também, sai dos nossos impostos, não é justo que sejam reinvestidos em nossos grupos?” (representante da Fio Nobre – SC)

“Eu também acho que se organizarmos a coisa um pouquinho diferente e priorizarmos alguns aspectos até poderíamos ser independentes financeiramente, mas isto afetaria diretamente no ganho dos trabalhadores e no investimento aos grupos. Teria que ser uma outra dinâmica de gestão bem diferente da atual, pois hoje não temos produção o ano todo, ela é por épocas, então como ficaria na..., digamos, entressafra?” (Representante da Univens na Justa Trama).

Desta forma, percebe-se que existe uma discussão anterior a como se independizar, que se refere ao desejo ou não de fazer isto. Pelas falas de nossos entrevistados, este questionamento mostra-se possível, pois, mesmo dependendo financeiramente de algumas estruturas de fomento, a Justa Trama e sua diretoria consolidou uma relação de autonomia em suas decisões em relação a tais patrocinadores, de maneira que estes não intervêm diretamente nas instâncias deliberativas da cadeia. Por outro lado, a situação mostra-se mais delicada ao pensarmos que o direcionamento

governamental em apoiar a Justa Trama, assim como inúmeros outros empreendimentos de Economia Solidária que vêm recebendo cada vez mais apoio, apresenta-se como uma proposta de governo, estando assim a mercê caso outros partidos ou correntes políticas assumam o poder em eleições futuras.

“Então, essas são algumas divergências inclusive, quando falamos em novos espaços de comercialização não pensamos apenas que isto gere mais comercialização, mas sim que a proposta da Justa Trama atinja e conscientize um maior número de pessoas. Hoje em dia é quase mais fácil vender os produtos da Justa Trama para a Europa do que para o Brasil, mas nosso objetivo é só a venda? Claro que não, se fosse assim abria uma empresa comum. Assim nosso crescimento em relação a sustentabilidade está diretamente ligado ao crescimento de consciência da população.” (Representante da Fio Nobre- SC)

De qualquer forma, seja com o objetivo de conscientizar um maior número de pessoas ou de aumentar o espectro de comercialização, como já referido, os espaços de comercialização atuais da Justa Trama são muito frágeis e pouco divulgados, sendo necessário espelhar-se em parcerias que já deram certo, como a de Itajaí, entre universidades, prefeituras e movimentos sociais, para a consolidação de espaços adequados de venda.

III - Ampliação da gama de produtos

Por fim, um terceiro elemento que se apresenta como desafio interno é o de ampliar a gama de produtos produzidos através do algodão ecológico. Na medida em que a Justa Trama passa a ser cada vez mais conhecida e reconhecida, diversos empreendimentos de Economia Solidária, com boa qualidade de produção, interessam-se pela proposta e assim surge a possibilidade de desenvolver produtos que a cadeia ainda não contempla. Contudo, a possibilidade de ampliação esbarra na falta de resolução definida referente ao último desafio citado, isto é, sustentabilidade da cadeia e o que priorizar (venda ou consciência) na hora da comercialização.

“O que é certo hoje é que nós precisamos crescer, abrir, mas não podemos fazer isto sem uma garantia melhor para os grupos que iniciaram se não se corre o risco de acabar com todos, dividindo as migalhas então precisamos de algo mais forte, mais estabelecido, para aí sim fazer essa abertura.” (Representante da Fio Nobre- SC)”

“Nós aqui com esse grupo de mulheres pensamos em fazer além do tecido, pensamos em costurar uma linha de roupas infantis da Justa Trama.” (Costureira da Cooperstylus-SP)

“Nós estamos estudando para ano que vem nós poder fazer roupas de cama, mesa e banho desse tecido ecológico aí, acho que vai dar certo, é mais um produto pra Justa Trama né?!” (Costureira de Moreira Sales- PR).

Como referem Balestrin e Verschoore (2008), o primeiro ganho percebido quando se trata de formação de redes de cooperação é a capacidade de ampliação da capacidade produtiva através da união entre instituições. A esse ganho competitivo dá-se o nome de maior escala e poder de mercado, obtido diretamente pelo aumento no número de associados. Em última análise este

fenômeno diminui o custo de produção, pois aumenta o poder de negociação e amplia o campo de representatividade e abrangência da rede.

Assim, concluímos a análise desta terceira e última categoria referente à gestão da cadeia produtiva descrevendo pontualmente algumas das principais colocações expostas nesta seção:

- A Justa Trama nasce a partir da articulação de militantes egressos de diversos movimentos sociais que em determinado momento encontram-se engajados nas discussões sobre geração de trabalho e renda nos espaços articulados pela Economia Solidária.
- O apoio e fomento de entidades, principalmente estatais, ainda mostra-se fundamental para a existência da cadeia.
- A comunicação interna da cadeia produz nos trabalhadores a necessidade de apropriação das novas tecnologias da informação, em última análise, estimulando reflexões mais amplas a respeito deste tema.
- A dinâmica adotada no processo de tomada de decisões da cadeia instiga a participação e garante a autogestão no processo. Contudo, para a qualificação destes espaços ainda é necessária a reflexão aprofundada sobre as formas de compreender e canalizar as situações conflitivas.
- Podemos identificar três elementos essenciais que formam o tripé na gestão da cadeia: comunicação, cooperação e autogestão.
- Apresentam-se como desafios fundamentais da Justa Trama, buscar compatibilidade produtiva e de posicionamento ideológico entre os diversos elos, assim como a construção de espaços mais adequados de comercialização e a abordagem mais efetiva ao público consumidor.

Por fim, com o objetivo de aprofundarmos nossa análise sobre a Cadeia Produtiva Justa Trama buscamos referencial no material desenvolvido pelo grupo de pesquisa em Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, coordenado pelo professor Luis Inácio Gaiger. Este material sugere que, para compreendermos de maneira coerente a dinâmica interna dos empreendimentos econômicos solidários e seus arranjos, devemos estar cientes de dois vetores fundamentais destas experiências: o vetor econômico e o vetor solidário. O vetor econômico encontra-se apoiado primordialmente sobre dois conceitos: eficiência e viabilidade. Por sua vez, o vetor solidário encontra-se embasado em dois outros conceitos: cooperação e autogestão. (www.ecosol.br, 2008)

Gráfico 6: Elementos que compõem um EES:



A seguir apresentamos rápida definição de cada um destes conceitos orientados sobre o material desenvolvido por este grupo de pesquisa.

EFICIÊNCIA: Qualidade da ação referente à capacidade de atingir os objetivos previamente estipulados, conceito relacionado a idéia de benefícios, resultados e qualidade;

VIABILIDADE: Estudo prévio e ação de avaliação continuada relacionada à capacidade do empreendimento em dar conta adequadamente da demanda, conceito relacionado às idéias de perenidade, exequibilidade, auto-suficiência e eco- sustentabilidade;

COOPERAÇÃO: Práticas de trocas e ajuda mútua consciente entre trabalhadores e empreendimentos dentro dos processos produtivos, conceito relacionado às idéias de mutualidade, colaboração, gratuidade e compromisso;

AUTOGESTÃO: Conjunto de práticas que propicia a autonomia de um coletivo responsável por suas próprias concepção e decisões, conceito relacionado às práticas de democracia, autonomia e participação.

Definidos os conceitos que embasam a compreensão das estruturas internas de um empreendimento, o trabalho elaborado pelo Grupo de Pesquisa ECOSOL direciona-se no sentido de traçar indicadores que possibilitem o maior ou menor grau de desenvolvimento e maturidade desses vetores dentro dos EES. Utilizaremos estes indicadores para a realização de uma análise pontual a respeito da Justa Trama, assinalando sempre os indicadores que se fazem presentes na maioria dos empreendimentos que compõem a Cadeia:

VETOR ECONÔMICO**Eficiência:**

- Remuneração igual ou superior ao mercado
- Melhoria nas condições de vida dos membros
- Fundos Sociais (seguridade, saúde, descanso, etc.)
- Ações de cultura e lazer
- Preservação do capital do empreendimento
- Preservação da liquidez (capital de giro)
- Adimplência econômica financeira
- Controle de qualidade do produto
- Ambiente de trabalho gratificante
- Preservação do quadro de associados
- Contabilidade financeira
- Cálculo de custo dos produtos
- Estratégia para fixação de preços
- Remuneração do trabalho como variável diferenciada dos demais custos
- (11) Total da cadeia em relação aos 14 indicadores de eficiência: Referente a 78,6%

Viabilidade:

- Planejamento de médio e longo prazo
- Fundo de investimento de médio e longo prazo
- Expansão do trabalho ou da produção
- Ampliação do capital do empreendimento
- Diversificação ou expansão do mercado
- Auto-suficiência econômica e financeira
- Aumento da remuneração média dos associados
- Ampliação do quadro de associados
- Uso de insumos e tecnologias limpas
- Utilização de matérias primas recicláveis
- Tratamento de resíduos e efluentes
- Ações gerais de preservação do meio ambiente
- Processo de qualificação da força de trabalho
- Melhorias tecnológicas

- Ações educativas dos associados
- Elevado número de parceiros e articulações
- (10) Total da cadeia em relação aos 16 indicadores de viabilidade. Referente a 62,5%

VETOR SOLIDÁRIO:**Cooperação:**

- Propriedade coletiva dos principais meios de produção
- Processo de trabalho coletivo
- Rotatividade de funções e tarefas no trabalho
- Remuneração pelo trabalho
- Minimização das diferenças de remuneração
- Práticas de reciprocidade e ajuda mútua
- Práticas de convivência ou mística grupal
- Admissão de sócios segundo os princípios
- Dispositivos de diluição de conflitos
- Elevado comparecimento nas instâncias deliberativas e consultivas
- Assistência a membros desfavorecidos
- Ações em prol da comunidade
- Práticas de comércio justo e intercooperação
- Filiação às instituições representativas
- Participação em movimentos sociais
- Práticas visando efeito irradiador ou multiplicador
- (14) Total da cadeia em relação aos 16 indicadores de cooperação. Referente a 87,5%

Autogestão:

- Decisões fundamentais tomadas pelo conjunto de associados
- Princípio: um associado um voto
- Eleições diretas e livres dos dirigentes
- Voto secreto nas decisões fundamentais
- Uso de atas e outros registros oficiais
- Regularidade das reuniões decisórias
- Renovação dos quadros diretivos
- Órgãos fiscalizadores independentes da direção
- Socialização das informações entre os membros

- (X) Trabalhadores não associados apenas em caráter restrito
- (X) Atividades-fim realizadas apenas pelos sócios
- (X) Envolvimento dos membros na gestão cotidiana
- (X) Participação igualitária de sócios homens e mulheres
- (10) Total da cadeia em relação aos 14 indicadores de autogestão.

Referente a 71,4%

Realizando uma média no sentido de identificarmos os percentuais de cada vetor teremos: Vetor **Econômico: 70,55%** e no Vetor **Solidário: 79,15%**. Esta diferença percentual entre os vetores representa com fidedignidade as análises qualitativas realizadas ao longo desta seção, visto que, de fato, os elementos ligados aos aspectos sociais se sobressaem em relação aos elementos ligados aos aspectos econômicos, primeiramente por ser no campo das lutas e militâncias sociais que se encontra a gênese da idéia da Cadeia Produtiva Justa Trama. Em segundo lugar, justamente por serem estas experiências de empreendimentos econômicos solidários fruto da ação coletiva de trabalhadores que concretamente encontram dificuldades em gerir e conquistar melhores condições econômicas no mercado formal colocam como apontado no capítulo de contextualização, a centralidade da influência dos quadros de desemprego e a consolidação do mercado informal na emergência destas práticas alternativas de geração de trabalho e renda.

De maneira geral, traçando uma média entre os dois vetores, chegamos a um coeficiente de 74,8% em relação aos índices ideais propostos pela pesquisa para a caracterização e um empreendimento econômico solidário. Evidentemente, para uma análise minuciosa sobre o caso específico das cadeias produtivas, alguns destes indicadores provavelmente seriam alterados ou outros acrescentados, mas tal análise comprova empiricamente o real potencial da Cadeia Produtiva Justa Trama, assim como assegura que seu desenvolvimento, suas lutas, expectativas e necessidades caminham no sentido correto em relação aos preceitos da Economia Solidária.

Passaremos a seguir para a última parte de nossa análise, denominada por Thompson (2000) de Interpretação/Reinterpretação.

4.3 INTERPRETAÇÃO/REINTERPRETAÇÃO

O objetivo da interpretação/reinterpretação é realizar certa construção sobre a análise sócio-histórica e a análise formal. Implica em um movimento novo de pensamento, procedendo a síntese por construção criativa de possíveis significados. Ao mesmo tempo é um processo de reinterpretção, pois transcende as formas simbólicas tratadas como produtos socialmente situados e o fechamento das formas simbólicas tratadas como construções que apresentam uma estrutura articulada. (THOMPSON, 2000)

Ao reger uma interpretação que é regida pelos métodos da Hermenêutica de Profundidade, estamos interpretando um campo pré-interpretado, estamos projetando um significado possível que pode divergir dos significados construídos pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico, sendo assim, é um processo necessariamente arriscado, cheio de conflito e aberto a discussões. (THOMPSON, 2000, P. 376).

Para a realização de tal interpretação/reinterpretação, iniciamos explicitando três apontamentos observados ao longo deste trabalho e que servem como premissas às colocações que serão realizadas posteriormente. São elas:

- 1- No quadro social contemporâneo, a busca por formas alternativas de trabalho é característica marcante na história daqueles que lutam por uma melhor condição de vida,
- 2- Dentro destas alternativas laborais, as experiências guiadas através de grupos e coletividades apresentam-se como um possível e eficiente caminho,
- 3- A Economia Solidária constitui-se como uma realidade concreta e com grande potencial deste caminho.

Estas colocações situam a Economia Solidária enquanto possibilidade imperativa na busca pela melhor qualidade de vida e na diminuição das desigualdades sociais. Contudo, ainda existe um quarto elemento a ser previamente considerado, elemento este que embasamos em profundidade ao longo de nossa contextualização. Refere-se à influência de dois fenômenos sócio-históricos (trabalho e movimentos sociais) na consolidação dessa outra economia.

Ao longo de nossa revisão bibliográfica, percebemos que as análises que se propunham regatar o processo de nascimento da Economia Solidária geralmente priorizam um ou outro desses elementos, contudo, através de nosso estudo, somos capazes de afirmar que qualquer exercício que se dedique a reconstruir os elementos históricos que influenciaram no nascimento desta economia e que não levem em consideração as transformações sociais referentes ao trabalho e aos movimentos sociais em nossa sociedade, corre o risco de pecar em sua fidedignidade com a realidade estudada.

Pontualmente destacamos dois elementos específicos que representam simbolicamente um contexto social propício para o nascimento de tais práticas: pelo lado do trabalho, destacamos a cristalização do mercado informal na sociedade brasileira a partir, principalmente, dos anos 90. Na esfera dos movimentos sociais, destacamos a reorganização de suas práticas de intervenção comunitária durante a época da ditadura militar e, posteriormente, no movimento de redemocratização do país.

Explicitados estes quatro apontamentos gerais sobre o fenômeno estudado, passaremos para a articulação entre os elementos percebidos e trabalhados ao longo da exposição e análise dos três grandes eixos desta pesquisa (subjetividade, gestão e desenvolvimento local). Para isto, propomos uma linha de pensamento que interliga todos estes eixos em uma profunda relação de complementaridade.

Iniciamos por um dos elementos que foram expressos ao longo de nossa pesquisa como contra-regra daquilo que usualmente possa se pensar sobre a opção das pessoas em trabalhar em experiências associativas. O senso comum aponta para o fato de que as pessoas que trabalham em empreendimentos solidários direcionam-se a este tipo de grupo produtivo por não possuírem outra opção de ganhar a vida. Dentro desta concepção o trabalho associativo recebe uma conotação pejorativa e um status passageiro. Evidentemente as estruturas formais de assalariamento ainda constituem, por mais que precária, uma rede de seguridade social ainda não atingida de forma consistente pelas experiências da Economia Solidária; contudo, as falas de nossos entrevistados deixam explícita uma tendência racional e consciente no processo de escolha de muitos trabalhadores por essa forma de trabalho. Associar-se, para muitos, é uma questão de opção e não apenas de necessidade. Em última análise, este elemento contribui para a desmarginalização da Economia Solidária e a desvitimização dos trabalhadores envolvidos em suas propostas.

Realizada tal opção desencadeia-se, dentro do grupo, a necessidade de uma apropriação do trabalhador sobre o coletivo. A forma encontrada pela Justa Trama no sentido de instigar tal apropriação parte dos processos rotativos de representatividade da marca principalmente nos espaços de comercialização. Na medida em que cada trabalhador encontra-se incentivado a realizar viagens, feiras, eventos em que deve representar a Justa Trama, inicia-se um processo de identificação com a marca que, ao encontrar reverberação positiva no público consumidor, assim como em seus pares, se fortalece, trazendo ao trabalhador a real dimensão de seu trabalho.

Em nossa pesquisa mostra-se evidente que quanto maiores as bases estruturais do grupo de trabalho, suas frentes de produção e seu número de associados, maior é a dificuldade em realizar esse processo de apropriação, visto que a atividade da Justa Trama é uma das atividades desempenhadas dentro dos empreendimentos, mas não a única.

Esse processo de identificação do trabalhador com a marca Justa Trama é fortalecido na medida em que ele percebe-se participante dos processos de tomada de decisão, vê seu trabalho sendo externamente reconhecido e passa a ser protagonista de sua própria história profissional. Chegamos assim a um apontamento fundamental: o grande público presente nas bases produtivas dos empreendimentos solidários busca algo para além de uma remuneração financeira imediata, buscam também reconhecimento de sua cidadania, de seus direitos e de suas histórias de vida.

Apoiados nisto sugerimos uma íntima aproximação do conceito de empreendimento econômico solidário ao de coletivos-fortes, proposto por Castel (1997). Como vimos, tais coletivos possibilitam que os sujeitos retomem seus vínculos sociais dentro de suas próprias comunidades. São coletivos que se preocupam sim com a renda, mas também e tanto quanto, com a dimensão humana do trabalhador.

Esta aproximação conceitual aponta para a necessidade de relativizarmos a lógica de análise empregada para avaliar a eficiência dos empreendimentos em todo o campo da economia solidária, visto que para estas análises são, geralmente, levados em consideração apenas os aspectos de retorno financeiro ao trabalhador. Deixando claro, sugerimos que qualquer análise que busque a compreensão e a efetividade de um EES deve colocar em pé de igualdade aspectos empreendedores – financeiros e sócio-culturais (reconhecimento da cidadania, dos direitos, retomada dos vínculos sociais, promoção das culturas locais).

Adotada esta concepção, passamos a promover certa inversão da lógica pela qual compreendemos o trabalho em nossa sociedade, pois como salientamos ao longo de nossa contextualização, o trabalho se constitui contemporaneamente como elemento que possui em si mesmo seu fim último. Isto é, trabalha-se por que se precisa trabalhar, ou ganhar dinheiro para sobreviver, mas esta nova lógica sugere que o trabalho passe a ser visto como um meio, não como um fim; um meio para, em última análise, promover reconhecimento.

A busca por reconhecimento é um dos elos entre os dois públicos percebidos dentro da Cadeia Produtiva Justa Trama. Delimitamos de um lado certo público oriundo dos programas assistenciais, que vive, ou até então vivia, em condições precárias de vida e que em algum momento de suas trajetórias enfrentaram incompatibilidades com o mercado de trabalho formal e, de outro lado, existe a figura do militante, aquele que possui uma visão ampliada da missão desse projeto solidário e encontra-se encarregado de articular e manter viva e intensa a chama da motivação dentro do movimento. Os primeiros lutam por reconhecimento de suas demandas básicas e cotidianas e ao longo do tempo são sensibilizados para a importância dessa proposta maior que carrega a Justa Trama; os segundos lutam por sua utopia, por sua história de vida

engajada, pelo sonho de uma sociedade diferente, buscam reconhecimento social do movimento em que militam.

A figura do militante mostra-se com central importância na história da Justa Trama, são eles que naturalmente são escolhidos como representantes e líderes dos grupos de trabalho. Seu papel congrega a ação específica de produção, a articulação interna da cadeia, a representação externa da cadeia e, ainda, o exercício de instigar a participação das bases.

Neste ponto é relevante ressaltarmos uma constatação evidente nas experiências dos trabalhadores engajados na Justa Trama: se de alguma forma, para alguns, o retorno financeiro ainda não se encontra dentro de suas expectativas, os ganhos subjetivos são eminentes e acontecem de forma muito rápida. Percebemos isto com clareza nos relatos entusiasmados dos plantadores frente ao fato de não precisarem plantar com agrotóxicos químicos, nas costureiras de São Paulo ao constituírem um grupo de amigas, na plantadora do Paraná ao ser convidada para viajar e representar a Justa Trama em outros Estados, enfim, em uma série de relatos que, de forma sutil, apresentam elementos primordiais na constituição de uma relação mais humanizada e protagonista do trabalhador com seu trabalho.

Sem dúvida, entre os três eixos analisados, o campo da subjetividade é o que apresenta ganhos mais efetivos dentro da experiência da Justa Trama até o momento.

Este reconhecimento, assim como os diversos ganhos, é fruto de um processo interno diferenciado de gestão da estrutura em que se encontra inserido o trabalhador, pois a Justa Trama propõe um processo diferenciado nas formas de organizar fluxos, participações e ganhos dentro da cadeia. Como analisamos, esta forma diferenciada pode ser pensada como um tripé, composto pelos princípios de comunicação clara, cooperação consciente e da autogestão.

Este tripé garante a participação e a valorização do trabalhador, servindo assim de mola propulsora ao processo de identificação relatado anteriormente. Além disto, garante autonomia da cadeia frente a seus apoiadores e garante também que os processos burocráticos (necessários para a gestão da cadeia) sejam facilitadores e não limitadores das ações desenvolvidas pelos trabalhadores.

Contudo, uma dificuldade pode ser apontada frente à questão da participação: é necessário que a Justa Trama traga para dentro de seus empreendimentos uma discussão profunda no sentido de resignificar o conceito que as pessoas carregam sobre a idéia de conflito. Foram muitos os casos observados de omissão de trabalhadores por acreditarem que ao darem sua opinião, geralmente contrária a de alguém, estariam criando um clima de indisposição pessoal que afetaria diretamente a relação entre estas pessoas. Como vimos em nossa revisão bibliográfica, o conflito possui uma dimensão extremamente positiva desde que trabalhado com foco e clareza.

Cooperar de forma participativa não é tarefa simples e nos remete à necessidade de desenvolvermos uma pedagogia da cooperação. A maioria dos trabalhadores da Economia Solidária é oriunda de estruturas formais de trabalho, onde impera a lógica da individualidade e da competitividade. Como levantado durante o Fórum Mundial de Educação 2008, a Economia Solidária, ao sugerir um embate às lógicas profundamente enraizadas na cultura capitalista, vê-se necessitada de desfocar, por alguns momentos, suas intervenções no campo econômico; na busca de promover profundas transformações sociais é necessário que ela conjugue ações com outros movimentos, como o da educação, da saúde, do meio ambiente, etc. Neste ponto percebe-se a real importância do procedimento denominado por Santos (2007) de Tradução, que busca inteligibilidade entre as diversas ações sociais.

Neste sentido surge a necessidade da constituição de uma pedagogia da cooperação que, inclusive, extrapole os limites da geração do trabalho e renda e passe a permear os espaços permanentes de educação, como as escolas primárias, secundárias e as universidades, promovendo uma grande reavaliação das estruturas curriculares, da postura do educador e das próprias premissas da educação em nosso país. Como refere Freire (1982) ainda formamos nossas crianças sobre e sob uma educação bancária que deposita conteúdos a serem reproduzidos de forma individual e competitiva no futuro.

Ainda sobre a gestão da cadeia produtiva, percebe-se a necessidade de certa definição a respeito da postura e estratégia a ser tomada a respeito de sua sustentabilidade. Parece-nos que até o atual momento não há uma definição clara a respeito desta questão dentro do quadro diretor da Justa Trama. Em última análise, esta definição exerce influência direta sobre a compatibilidade de posturas entre os elos, afeta diretamente a ampliação ou não de grupos e produtos dentro da cadeia e define de forma geral a postura da marca Justa Trama frente ao mercado consumidor.

A respeito dessa definição, o que atualmente fica explícito nas falas de nossos entrevistados é a compreensão de que a Justa Trama é algo muito além do que um projeto financeiro para gerar renda aos trabalhadores excluídos das estruturas formais, ela caracteriza-se como um processo conscientizador e desta forma cresce e ganha autonomia de maneira proporcional ao crescimento de consciência da sociedade em geral a respeito dessa ampla gama de temas que a Justa Trama aborda, como ecologia, sustentabilidade, protagonismo profissional, remuneração justa ao trabalhador, diminuição das desigualdades sociais, etc.

De qualquer forma, independente da postura a ser adotada a respeito da sustentabilidade da cadeia, é de fundamental importância que apontemos: mostra-se necessário e urgente promover articulações, como as ocorridas em Itajaí, para que se constituam espaços adequados de comercialização dos produtos da Justa Trama, sob pena, caso isto não ocorra, de não conquistar sua

sustentabilidade (se isto for o desejado) e pior, de não atingir o público alvo a ser sensibilizado por sua ação conscientizadora.

Ao pensarmos na necessidade de conscientizar a sociedade a respeito desses temas entramos no amplo campo do desenvolvimento local. O caso da Justa Trama apresenta duas diferenciadas dimensões a respeito destes processos: internamente aos grupos, percebe-se um grande ganho para os trabalhadores: temos exemplos de erradicação do analfabetismo, agregação de qualidade, saúde e segurança nos processos produtivos, melhoria no reconhecimento, participação e remuneração de grande parte dos associados. Contudo, quando voltamos nossa análise para o entorno dos empreendimentos, para as comunidades onde se encontram inseridos, percebemos grande fragilidade em suas ações.

A respeito dessas dificuldades, percebe-se uma falta de articulação com outros movimentos sociais locais no sentido de trazer debates, ações, intervenções diferenciadas para dentro das comunidades, uma falta de prioridade por consumir insumos de comércios locais e uma frágil participação dos empreendimentos em instâncias deliberativas comunitárias. Uma hipótese para tal fragilidade pode ser encontrada no fato de serem, quase todos estes que compõem a Justa Trama, empreendimentos ainda em processo de estruturação, demandando assim extrema dedicação às questões internas, não conseguindo envolver-se com as demandas de seu entorno.

Por outro lado, o simples fato de tais empreendimentos participarem de uma cadeia produtiva que cada vez ganha mais reconhecimento em escala nacional e internacional já traz gradualmente a possibilidade de crescimento e reconhecimento local. Isto que abordamos ao tratarmos da inserção do local no global via participação na Justa Trama refere-se a colocar grupos, pessoas, municípios e produtos em circuitos político-produtivo-sociais aos quais outrora não tinham acesso nem reconhecimento.

Analisando todos estes elementos referentes a cada um dos eixos analisados, encontramos, inclusive na reconstrução histórica do nascimento da Justa Trama, ressonância de sua missão com aquilo que Santos (2007, p. 111) aponta como movimentos sociais que buscam a consolidação de um senso comum emancipatório “construído para ser apropriado privilegiadamente pelos grupos sociais oprimidos, marginalizados ou excluídos, e, de fato, alimentado pela prática emancipatória destes”. O autor aponta que este novo senso comum deve ser construído sobre seis domínios tópicos básicos: o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e o espaço mundial.

Percebemos através de nossa análise que a experiência da Justa Trama vem contemplando de maneira adequada todos estes domínios, colocando-se assim como fenômeno social pertencente às práticas que compõem o que Boaventura de Sousa Santos (2007) convencionou chamar de

Paradigma Emergente – um paradigma que se empenha na produção de um conhecimento prudente para uma vida descecente embasada na emancipação e na solidariedade.

Neste sentido a experiência da Justa Trama levanta pelo menos duas questões pertinentes ao movimento da Economia Solidária. Primeiramente traz a questão: qual é o lugar jurídico da Economia Solidária em nossa sociedade? Visto que atualmente este movimento é guiado pela lei do cooperativismo que, como podemos perceber ao entrar em contato com a realidade, na maioria das vezes mais representa um empecilho do que um auxílio aos grupos de geração de trabalho e renda. A resposta para esta questão encontra força nas lutas que buscam a consolidação de políticas públicas e constituição de leis específicas para a ECOSOL.

A segunda pergunta refere-se à forma como se estrutura o movimento social de Economia Solidária: será que, na mesma medida em que propõe outra forma de produzir, consumir, valorizar o trabalhador, relacionar-se com o meio ambiente entre outros, a Economia Solidária também não teria força e responsabilidade de propor outra estrutura de movimento social? Esta indagação surge na medida em que percebemos reproduzir-se dentro deste movimento características dos movimentos sociais clássicos como a hierarquização, a escolha política de delegados para assembleias, a disputa política por representatividade em espaços de decisão, elementos que produzem mais fragmentação do que coesão do movimento (vide a última Assembleia Nacional da Economia Solidária realizada em Brasília em agosto de 2008).

Nos dias atuais esta questão apresenta-se inclusive na dúvida de onde alocar politicamente a economia solidária nas estruturas de governo. Dentro do próprio movimento existe o imperativo que deveríamos caminhar no sentido da criação do Ministério da Economia Solidária, o que representaria um avanço imensurável até o momento para todas as facetas deste movimento. Contudo, os atuais arranjos políticos apresentados pela recentemente eleita presidente Dilma Rouseff indicam a manutenção da economia solidária em status de secretaria e o pior, sob o risco de ficar sob a égide do mais novo ministério da micro e pequena empresa, o que ao nosso ver, é um erro que peca desde a conjugação dos princípios básicos até as práticas efetivas destes dois movimentos (economia solidária e o empreendedorismo individual da micro e pequena empresa).

Assim, fica clara a necessidade de uma reflexão profunda sobre nossas práticas de organização interna enquanto movimento social e ao mesmo tempo, uma reavaliação de nossas estratégias de relação e persuasão política em relação a outras esferas do governo.

Para concluirmos, resgatamos o nosso problema inicial de pesquisa, a pergunta que foi lançada no início destas páginas: *em que aspectos as práticas de gestão, desenvolvidas pelos Empreendimentos Solidários que compõem a Cadeia Produtiva Justa Trama, propiciam*

alternativas objetivas e subjetivas frente à lógica vigente de relações e produção na esfera do trabalho?

Respondemos a tal questão apontando que as práticas desenvolvidas pela Justa Trama mostram-se como alternativas ao vigente na medida em que promovem protagonismo e reconhecimento do trabalhador. Se nas estruturas de produção convencionais o produto e os lucros são o foco das intervenções, nas práticas elaboradas por esta cadeia produtiva o trabalhador está em primeiro lugar, esta é a fundamental diferença e é também a base para as possíveis alternativas.

Governar-se para quê?

Governar-se para ter autonomia e assim obter reconhecimento, governar-se para ser o principal beneficiado com seu próprio trabalho, governar-se para livrar-se dos laços de dependência que infantilizam a pessoa, governar-se para ser um trabalhador comprometido que encontra prazer e não fardo em seu trabalho, governar-se para utilizar o trabalho como ferramenta para outras conquistas e não como uma simples forma de sobrevivência, governar-se para poder escolher o sonho de tentar mudar o mundo, governar-se para também escolher fazer o que se gosta, governar-se para ser mais humano, mais cidadão, governar-se para ser mais feliz.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Teodoro. **Dialética do Esclarecimento**. Zahar, Rio de Janeiro, 1985.

AQUINO, Tomaz Guimarães. **O papel das visitas na aprendizagem nas práticas de controle social**. *Brazilian Business Review*, V. 5, 2008.

ARAÚJO, M. **Capital Social**. Coleção Ciências Sociais Passo a Passo. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003. n. 25.

BALESTRIN, Alsones e VERSCHOORE, Jorge. **Redes de Cooperação Empresarial: Estratégias de gestão na nova economia**. Bookman, Porto Alegre- RS, 2008.

BALTAZAR, B. **Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana**. *Psicologia – Teoria e Pesquisa*, (2004, maio/ago.).

BAUER, M. & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa de texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro-RJ, Zahar, 2003.

BENEVIDES, Regina. **Complexidade, transdisciplinaridade e produção de subjetividade**. IN: *Cartografias e devires: A construção do presente*. (Org. Tânia Galli e Patrícia Kirst), UFRGS, Porto Alegre – RS, 2003.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. UFPR, Curitiba, 2003.

CAIAFFO, Stéfani Silveira. **Resistência e Militância: Cartografias contemporâneas**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade. PUCRS, Porto Alegre - RS, 2004.

CANDEIAS, Cezar e MACDONALD, José. **Economia Solidária e Autogestão: Ponderações teóricas e achados empíricos**. UFAL, Maceió, 2005.

CASTEL, Robert. *As Transformações Sociais*. In: BELFIORE, Wanderley. (orgs). *Desigualdades e a questão social*. EDUC, São Paulo, 1997.

CASTRO, Antonio Maria. **Cadeia Produtiva e prospecção tecnológica como ferramentas para gestão da competitividade**. USP, São Paulo, 2002.

CATTANI, David. **Dicionário A Outra Economia**. Porto Alegre, Veraz, 2003.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **A gestão territorial através do diálogo e da participação**. IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre - RS, UFRGS, 2007.

- DEDECCA, Cláudio e BALTAR, Andrade. **Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90**. INICAMP, São Paulo, 1997.
- DOIMO, Ana. **Movimento Social Urbano, Igreja e participação Popular**. Petrópolis, Vozes, 1986.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. - New York: Bookman, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. Martina Fontes, São Paulo, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Graal, Rio de Janeiro- RJ, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Veja, Rio de Janeiro – RJ, 1992.
- FRANÇA, Genauto e SANTANA, Gildásio. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma contribuição para a redefinição de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia**. Salvador - BA, UFB, 2007.
- FRANTZ, W. **Educação e poder na racionalidade da cooperação**. Florianópolis: Amped-sul, 2002.
- FRASER, Nacy. **Reconhecimento sem ética?** In SOUSA, Jessé e MATOS, Patrícia. Teoria Crítica do Século XXI. São Paulo- SP, Anneblume, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Sobre Educação: Diálogos**. Paz e Terá, Rio de Janeiro – RJ, 1982.
- FUKUYAMA, F. **Confiança: As virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- GAIGER, Luis Inácio. **A Economia Solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas**. Cayapa, Revista Venezuelana de Economia Social. Mérita, Universidade de Los Andes, (p. 7-35) 2004.
- GAIGER. Luis Inácio. **A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários**. Revista Sociedade e Estado. Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2006.
- GAIGER. Luis. **Empreendimentos Econômicos Solidários**. IN: A outra economia. Porto Alegre:Veraz, 2003.
- GEHLEN, Ivaldo e RIELLA, Alberto. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável**. In: Dossiê – Sociologias, Porto Alegre – RS, 2004.
- GILL, R. **Análise de discurso**. In: BAUER, M. & GASKELL, G. Pesquisa qualitativa de texto, imagem e som: Um manual prático. Vozes, 2003, Petrópolis, RJ.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. Loyola, São Paulo, 2000.
- GÓIS, Cezar. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza - CE, Instituto Paulo Freire, 2005.

GRUPO DE TRABALHO DA 8ª FEIRA ESTADUAL DE ECOSOL. **A economia popular solidária na perspectiva de um desenvolvimento solidário e sustentável** – Subsídio de Formação. Porto Alegre, 2006.

GUARESCHI, P. *Psicologia Social crítica como prática de libertação*. Petrópolis: Vozes, 2004. 3.ed.

GUARESCHI, Pedrinho e BIZ, Osvaldo. **Mídia e Democracia**. Copyrigh, Porto Alegre, 2005.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 2003. 14ª edição.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1993. 3ª edição.

GUILLEN, J. **Reflexões sobre uma teoria da cooperação: O cooperativismo como caso especial de cooperação organizada**. Revista de Estudos Cooperativos - 1994.

GUIMARÃES, Pedro. **Cadeias produtivas e desenvolvimento local**. UFG, Goiânia, 2004.

HEGEL. W. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis - RJ, Vozes, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Senso – 2006**. São Paulo, 2006.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. NERI, Marcelo e CAMARGO, José. (ORG). **Mercado de Trabalho nos anos 90: fatos estilizantes e interpretações** – Texto para discussão número 743. Rio de Janeiro, 2000.

KOURI, Joffre e SANTOS, Robério. **A recuperação da produção do algodão no Brasil**. EMBRAPA, São Paulo, 2007.

LACERDA, Luiz Felipe. **Auto-Imagem dos Jovens de comunidades periféricas**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia, PUCRS, 2005.

LANE, Silvia. **Parar para Pensar... e depois fazer!** Psicologia e Sociedade/ ABRAPSO, V. 8, N°1, São Paulo – SP, 1996.

LEPAGE, H. **Autogestion y capitalismo: respuestas a la anti-economía**. Masson., Paris, 1978.

LIMA, Pedro e CASTRO, Teógenes. **Algodão Orgânico: Desenvolvendo uma proposta agroecológica com agricultores familiares de Tauá, Ceará**. ESPLAR, Fortaleza, 2002.

MANCE, Euclides. **Cadeias Produtivas Solidárias**. IN: A outra economia. Veraz, Porto Alegre, 2003.

MARTINS, Carlos. **O que é sociologia**. Brasiliense, São Paulo – SP, 54ªEd. 2004. (coleção Primeiros Passos).

- MÉDA, D. **Lê Travail**: une valuer em voie de disparition. Paris, Auto Aubier, 2005.
- MERRIAM, S. **Case study research in education**. San Fransico: Jossey-Bass. 1998.
- METELLO, Daniela. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama - Cadeia solidária de algodão agroecológico**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- MILL, S. **Utilitarismo**. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal: Traduzido integralmente por NEIVA, R. São Paulo: Escala, N° 70, 2007.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2005). **Termo de referência em Economia Solidária: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007**. Brasília - DF: SENAES.
- MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: Uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas de futuro**. Rio de Janeiro - RJ, Rosa dos tempos, 1992.
- NANCI, Valadares de Carvalho. **Autogestão: O nascimento das ONGs**. Brasiliense, São Paulo. 1993.
- NARDI, Henrique. **Ética, trabalho e subjetividade**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e Economia Solidária**. Site: <www.anteag.org.br> Acesso em: 14/08/2007.
- PARREIRAS, Luiz. **Negócios Solidários em Cadeias Produtivas**. Rio de Janeiro, IPEA, 2007.
- PEREIRA, William. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Petrópolis, Vozes, 2001.
- PINTO, J.R. **Economia Solidária: de volta a arte da associação**. UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- ROLIM, Cássio. **Efeitos regionais da abertura comercial sobre a Cadeia Produtiva de algodão, têxtil, vestuário**. UFRP, Curitiba, 1997.
- ROLNIK, Suely. **CARTOGRAFIA SENTIMENTAL: Transformações contemporâneas do desejo**. Vozes, Petrópolis – RJ, 1987.
- ROUSSEAU, Jean- Jaques. **Do Contrato Social**. Martin Claret, São Paulo – SP, 2007.
- SANTOS, Boaventura. **A Crítica da Razão Indolente: Contra a lógica do desperdício da experiência**. Cortez, São Paulo – SP, 2007.

SANTOS, Boaventura. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. Cortez, São Paulo -SP, 2008.

SANTOS, Boaventura. **A reinvenção solidária e participativa do Estado**. Seminário Internacional sobre a reforma do Estado. Faculdade de Economia de Coimbra, Portugal. Centro de Estudos Sociais, 2006.

SAWAIA, Bader. **Comunidade**: Apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina (org). *Psicologia Social e Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis – RJ, Vozes, 2002.

SCARPARO, Helena. **Psicologia social comunitária**: Possibilidade de sensibilidade social e discutibilidade na história da ciência psicológica. *Revista PSICO*, V.3, N° 2, EDPUCRS, Porto Alegre 2000.

SCHOLZ, Robinson e VERONESE, Marília. **Liderança na Economia Solidária**: o caso da cooperativa metalúrgica Cooperei. ESAC – Economia Solidária e Ação Cooperativa. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo – RS, 2007.

SCHULTZ, Duane e SHULTZ, Sydney. **História da Psicologia Moderna**. Cultrix, São Paulo – SP. 2006.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária. Mapeamento Rio Grande do Sul**. Brasília, 2008.

SENETT, R. **A corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**: São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Herbert. **Participação**. In: www.mre.gov.br, coletado em 24/09/2007.

SPYBEY, Willian. **Processos de Globalização em pequenos vilarejos**. Cortez, São Paulo-SP, 2007.

STAKE, R. **Case study methods in educational research**: seeking sweet water. IN: Jaeger, R. M. (Org). *Complementary methods for research in education*, Washington: AERA, 1988.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria Social Crítica na era dos meios de comunicação de massa. Vozes, Petrópolis- RJ, 2000.

TITTONI, J. **Subjetividade e Trabalho**. Porto Alegre, Ortiz, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **O retorno do actor**. Lisboa, Instituto Piaget, 1984.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

VERONESE, Marília. & GUARESCHI, **Pedrinho**. **Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho**: campo fértil para a prática da Psicologia Social crítica. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), pp. 58-69, maio-agosto, 2005.

VERONESE, Marília. **A Psicologia na transição paradigmática**: um estudo sobre o trabalho na Economia Solidária. Tese de Doutorado, PUCRS, Porto Alegre, 2004.

VERONESE, Marília. **Economia Solidária e Subjetividade**. Colección Lecturas de Economía Social. Altamira, Buenos Aires, 2007.

VILLWOCK, Luis H. **Linha de pesquisa**: Trabalho, cooperação e solidariedade. São Leopoldo: Unisinos, 2007. (material não publicado).

VINADÉ, Thaiané.; GUARESCHI, Pedrinho. **Inventando a contra-mola que resiste**: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. São Paulo – SP, 2007.

WANDERLEY, Luiz. **A questão social no contexto da globalização**: o caso latino-americano e caribenho. EDUC, São Paulo, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume I, 4 ed. Universidade de Brasília – DF, 2004.

YIN, R. **Case study research**: design and methods. Newbury Park: Sage, 1984.

ZYLBERSZTAJN, Décio. & SZTANJ, Rachel. **Economia dos Contratos**: a natureza contratual das firmas. IN: *Direito e Economia: Análise Econômica do Direito e das Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SITES:

WWW.ANTEAG.ORG.BR, consultado em 23/10/07.

WWW.ECOSOL.ORG, consultado em 17/10/07

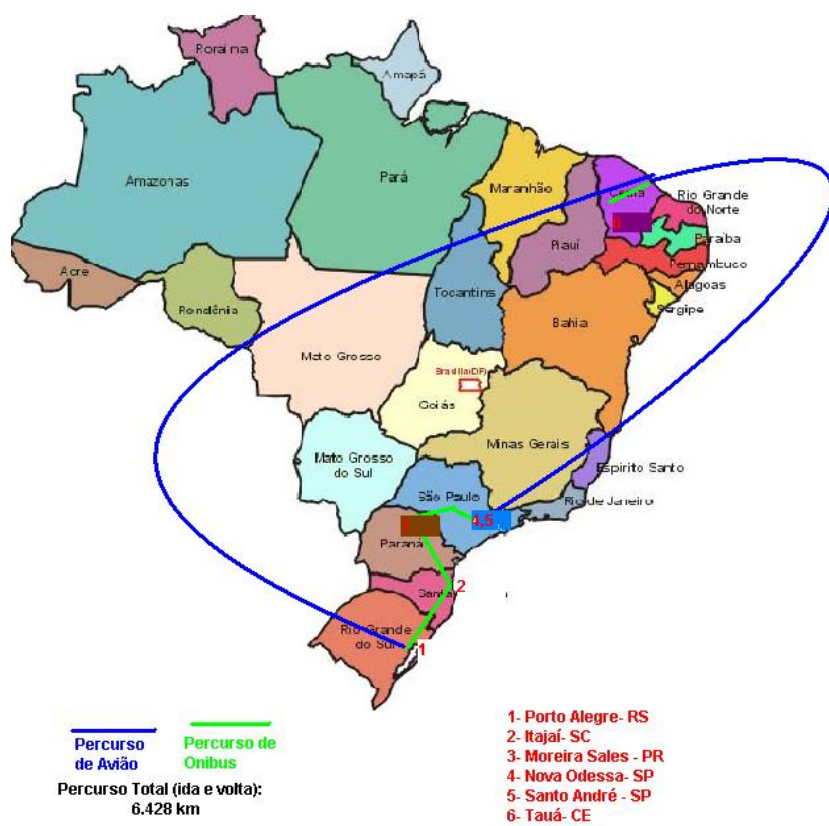
WWW.MTE/SIES.GOV.BR, consultado em agosto de 2008.

WWW.UN.ORG, consultado em setembro de 2007.

WWW.PNUD.ORG.BR, consultado em julho de 2008.

ANEXO I

Percurso percorrido ao longo do trabalho de campo



ANEXO II- Imagens que falam



Formatado: Normal

Ilustração 1: Grupo de costura de itajaí

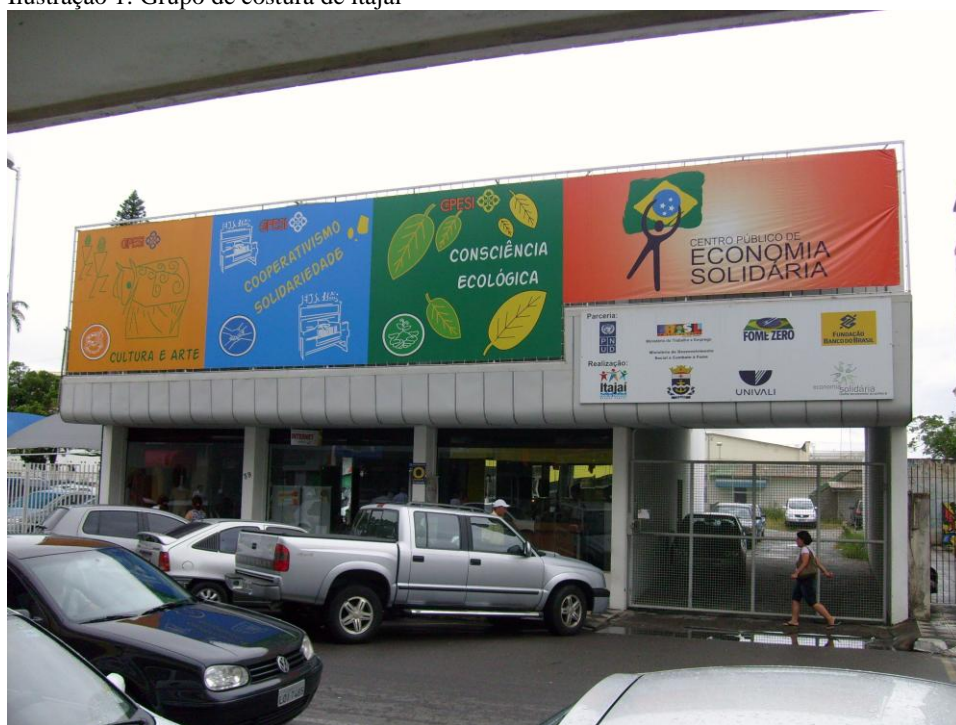


Ilustração 2: Loja da Economia Solidária em Itajaí

Formatado: Normal



Figura 3: Seu Raimundo, 73 anos, plantador de algodão no Ceará



Figura 4: Costureiras de Itajaí e as roupas da Justa Trama



Figura 5: Dia de formação de agricultores de Moreira Sales, Paraná



Figura 6: Descanso após almoço comunitário e imagem representativa da união comunitária posta dentro de igreja



Figura 7: Plantação de algodão ecológico de Moreira Sales, Paraná



Figura 8: Cooperativa CONES, Nova Odessa, São Paulo



Figura 9: Depósito de trabalho com algodão ecológico



Figura 10: Fiação do algodão



Figura 11: Máquina de fiação do grupo Coperstylus que aguarda reforma, em Santo André, Santo Paulo



Figura 12: Costureiras de Santo André, trabalhando e discutindo questionário de pesquisa

ANEXO III- Tópico guia da entrevista semi-estruturada

FICHA DO GRUPO

- Nome grupo:
- Endereço para contato:
- Número de participantes: (homens, mulheres):
- Data de fundação:
- Formalização:
- Situação da sede:
- Principal matéria prima:
- Principal produto produzido:

ORGANIZAÇÃO INTERNA DO GRUPO E SOBRE A CADEIA PRODUTIVA:

1. Como este grupo se formou, desde quando ele existe?
2. Quais as maiores dificuldades e desafios enfrentados nesta caminhada?
3. Aqui no grupo, o que é realizado de forma coletiva pelos sócios? Produção, comercialização – venda, uso de equipamentos e máquinas, poupança ou crédito...?
4. O que é Justa Trama?
5. Como veio o convite ou a idéia de fazer parte da Justa Trama?
6. O que a Justa Trama representa para o grupo e o que mudou depois dela?- Remuneração, encomendas, motivação, etc...
7. Como o grupo participa da Cadeia Produtiva? (na venda, na produção, na divulgação...) E a remuneração da Cadeia Produtiva, como é feita?
8. Qual a importância de trabalhar com o tipo de material que a Justa Trama trabalha?
9. Quais são os espaços coletivos de decisão que o grupo possui? Assembléia Geral, diretoria, conselho diretor ou coordenação, etc... E na Cadeia Produtiva, como se participa das decisões?
10. A Cadeia Produtiva possui um fundo de reserva? De onde vem a verba da Cadeia Produtiva?
11. Quando uma decisão no grupo tem que ser tomada de forma muito rápida, como acontece? E na Cadeia Produtiva?
12. Como acontece o processo de comunicação e troca de informação entre os grupos que compõem a Cadeia Produtiva?

13. As decisões sobre o destino das sobras no grupo, como é feito? E na Cadeia Produtiva?
14. Existem eleições para o cargo de coordenador/presidente ou representante formal do grupo? E da Justa Trama, como são escolhidos os representantes?
15. É feita a prestação de contas da Cadeia Produtiva?
16. A Economia Solidária tem alguma coisa de novo ou de diferente para contribuir para o trabalhador ou não?
17. O grupo discute assuntos como política, educação, saúde, comunidade ou fica apenas nas questões específicas do trabalho?
18. O que, para você, significa autogestão? Ela acontece no grupo? E na Cadeia Produtiva?

Compromisso social: compromisso com a demanda comunitária, posicionamento crítico frente às questões sociais, preocupações ecológicas e práticas de auto-sustentabilidade, etc. (questões relacionadas a alternativas para o paradigma vigente)

19. Todos os associados são pessoas da comunidade onde o empreendimento está instalado?
20. O grupo promove palestras e outros eventos para as pessoas da comunidade falando de assuntos como desemprego, drogas, violência etc?
21. Você acha que a Justa Trama já trouxe algum benefício para esta comunidade aqui de vocês?
22. A comunidade compra e usufrui os produtos que o empreendimento produz? E da Cadeia Produtiva?
23. O grupo faz divisão do lixo que produz, separando lixo seco, orgânico, etc?
24. Sobre os produtos usados para a confecção e também para limpeza e organização do espaço de trabalho, são produtos naturais, que não agredem o meio ambiente e podem ser reciclados ou são produtos industrializados? Estes produtos são comprados nos estabelecimentos da própria comunidade?
25. Para você, o que significa desenvolvimento local? Você acha que o grupo contribui com isto? E a Justa trama?
26. Existem espaços de participação na comunidade e na cidade em que os componentes do grupo participam?

Realização pessoal: Flexibilidade na carga horária, sentimento de pertença, remuneração desejada, aumento na qualidade de vida, etc. (questões relacionadas ao processo de subjetivação e as formas alternativas de trabalho).

27. Porque você buscou trabalhar neste grupo?
28. Quais são os pontos positivos de trabalhar neste tipo de grupo?
29. Quais são as maiores dificuldades?
30. Como é a relação entre as pessoas do grupo? Como era antes de entrar no grupo?
31. Como é ser dono do próprio negócio e trabalhar com mais tantas pessoas que também são donas?
32. Enquanto profissional, o trabalho neste grupo lhe possibilita uma remuneração adequada?
33. O que mudou em sua vida depois de entrar em um grupo de Economia Solidária?
34. Trabalhar em um empreendimento de Economia Solidária e trabalhar em uma empresa formal é a mesma coisa?
35. Complete a frase para mim faz favor: hoje, quando penso no meu trabalho penso em...